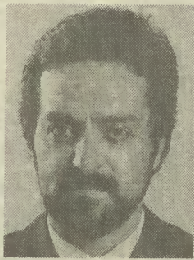


Finanças Locais - um combate a prosseguir

Tão importante como recusar uma política do «mal menor» é recusar a política do quanto pior melhor, sobretudo quando as populações podem ser afectadas. Não há que perder nunca de vista os objectivos finais de uma luta. E não há que apagar o papel específico e indispensável do PCP no funcionamento das instituições, em especial da Assembleia da República e das autarquias.



■ Luís Sá Pág. 20

A segunda esquadra de F16

A esquadra de F16 que Portugal compra aos EUA é constituída por 25 aviões, dos quais, depois do processo de recuperação e modernização, ficarão 20 operacionais. Para virem para Portugal, são encaixotados, visto não estarem em condições de voo.

■ João Amaral Pág. 21

Emigração, remessas, desenvolvimento

Nem o anterior governo nem o actual têm valorizado a importância dos emigrantes e a sua contribuição para a estabilidade económica do País.

■ António Cruz Pág. 22

A violência no mundo

A violência não é exclusividade dos povos que vivem no subdesenvolvimento e a chamada «educação» (confundida com ensino escolar) não civiliza os seus beneficiados.

■ Zillah Murgel Branco Pág. 23

Neste número

Na festa!
Oscar Niemeyer
JCP organiza concurso literário



Exposições do Pavilhão Central

De 150 anos do Manifesto do Partido Comunista
- Uma esperança que vive, um ideal com futuro
- Socialismo uma causa com futuro - Revolução de Outubro
- O capitalismo transita? - Marx tinha razão
- O capitalismo não é solução - Democracia e Socialismo

Um Partido mais forte, novo rumo para Portugal

- o futuro de Portugal - 150 anos depois... cá estamos!
- Os comunistas no Parlamento Europeu
- Clusões com as novas alterações do IFA do trabalho
- Privatizações
- «Dança das cadeiras»
- Melhor segurança social

Política actual
- Intercâmbio voluntário de granel
- Referendo sobre a regionalização e a Europa
- Os comunistas na Assembleia da República
- O Partido e o mundo
- O mundo e o Partido
- PCP na internet, uma janela aberta para o mundo
- Imprensa clandestina (Avante! e Militante)

A imprensa do Partido
- O Partido e o mundo
- O mundo e o Partido
- PCP na internet, uma janela aberta para o mundo
- Imprensa clandestina (Avante! e Militante)

Avante!

Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário • ISSN 0870-1865 • 16 de Julho de 1998 • Preço: 180\$00 (IVA incluído) • N.º 1285 • Director: José Casanova

Comité Central do PCP acusa

Governo sempre, sempre ao lado do capital



Reunido no sábado, dia 11, o Comité Central do PCP aprovou uma resolução em que acusa o Governo de avançar «com propostas, medidas e objectivos com conteúdos marcadamente de direita», de que são exemplos, entre outros, o favorecimento e o reforço do poder dos grandes grupos económicos e financeiros e as tentativas para pôr em causa alguns dos princípios fundamentais dos direitos dos trabalhadores.

Págs. 5 e 6



Hotelaria

Uma luta de cinco estrelas

No sector da Hotelaria, o «lado de lá» está longe de ter o brilho reservado aos clientes. A exploração está na ordem do dia, o despedimento no horizonte próximo. Lutar pelos seus direitos é a alternativa dos trabalhadores. E vale a pena lutar, como contam, ao «Avante!», Rodolfo Caseiro, Leonor Carvalho, Maria do Carmo Rodrigues, Gabriel Ferreira, Alfredo Soares e Gabriela Grancho, protagonistas das recentes lutas nos hotéis Ritz, Sheraton Tivoli e Penta.

Centrais



Os ferroviários da CP estiveram em greve

RESUMO

8
Quarta-feira

O Presidente da República apresenta cinco dúvidas ao Tribunal Constitucional sobre a pergunta do referendo sobre as questões europeias ■ Carlos Carvalhas termina uma visita de quatro dias a Angola ■ O Governo anuncia que três mil desempregados se vão ocupar da limpeza das matas nacionais ■ O escritor José Cardoso Pires é internado, em Lisboa, em coma profundo ■ Na Irlanda do Norte, várias centenas de orangistas continuam acampados junto ao bairro católico de Drumree ■ O governo militar nigeriano é dissolvido pelo chefe de Estado, enquanto a população se manifesta nas ruas de Abeokuta contestando a versão oficial da morte do opositor Moshood Abiola.

9
Quinta-feira

Um violento sismo nos Açores provoca oito mortos, 110 feridos e 1500 desalojados ■ Tem lugar a I Assembleia da Organização dos Intelectuais Comunistas de Évora ■ As autoridades argelinas anunciam a morte do chefe do GIA em Argel ■ O primeiro-ministro britânico reúne-se com representantes da Ordem de Orange, mas não sai qualquer decisão do encontro ■ Têm início, no Kosovo, as patrulhas de equipas de observadores estrangeiros ■ A violência alastra na Nigéria, na sequência da morte de Moshood Abiola ■ O presidente eleito da Colômbia, Andrés Pastrana, encontra-se com um líder da guerrilha das FARC.

10
Sexta-feira

O Tribunal de Contas critica a forma como o Governo contabilizou as receitas das privatizações em 1996 ■ São enterradas as oito vítimas do sismo que afectou o arquipélago dos Açores ■ Dois arguidos do caso FP-25 são detidos por ordem do Tribunal de Loures ■ Realiza-se, em Sintra, a VIII Conferência Ibero-Americana de Educação ■ A França anuncia que está a elaborar, juntamente com a Grã-Bretanha, um projecto de resolução do Conselho de Segurança da ONU sobre o Kosovo com fim a terminar o conflito.

11
Sábado

O Comité Central do PCP reúne-se, em Lisboa ■ No Faial, regista-se uma réplica muito forte do sismo de quinta-feira, provocando novos estragos materiais ■ O Senado dos EUA aprova por unanimidade uma resolução que apela a Clinton que assegure o cumprimento das resoluções na ONU sobre Timor-Leste ■ João de Deus Pinheiro, o comissário europeu para a África, reafir-

ma o apoio da UE ao presidente da Guiné-Bissau ■ Na Irlanda do Norte, iniciam-se negociações «indirectas» entre os protestantes da Ordem de Orange e os católicos de Garvaghy Road, em Portadown.

12
Domingo

Ocorre um incêndio na zona de Lousa, em Castelo Branco ■ Na Guiné-Bissau, três jornalistas portugueses são detidos por soldados senegaleses ■ A imprensa noticia que milhares de indonésios residentes em Timor-Leste estão em fuga devido aos recentes incidentes ■ No Ulster, três crianças morrem carbonizadas, depois de extremistas protestantes deitarem fogo à sua casa ■ Iniciam-se, na Alemanha, negociações entre os guerrilheiros colombianos da ELN e delegados da sociedade civil ■ Realizam-se eleições para o Senado do Japão ■ A França vence o Campeonato do Mundo de Futebol.

13
Segunda-feira

Os ferroviários da CP fazem greve ■ Durante uma visita de António Guterres à Lisnave, os trabalhadores da Sodis realizam uma manifestação por causa da ex-fábrica da Renault ■ A União Europeia defende a realização de um referendo em Timor-Leste sobre o futuro do território... ■ ... e apela a cessação imediata das hostilidades no Kosovo e ao reinício do processo político, denunciando os apoios extremos aos independentistas ■ Na Irlanda do Norte, a Ordem de Orange realiza a sua marcha, sem que se registem incidentes ■ O primeiro-ministro japonês, Ryutaro Hashimoto, demite-se, devido aos maus resultados que o seu partido obteve nas eleições.

14
Terça-feira

Carlos Carvalhas, acompanhado por uma delegação do PCP, visita a cidade de Santarém, a convite do Presidente da Câmara Municipal local ■ Inicia-se a Cimeira da CPLP, na Praia, em Cabo Verde ■ Realiza-se o funeral das três crianças assassinadas no Ulster ■ Navio português "Ponta de Sagres" parte de Cabo Verde para Bissau com mais de 600 toneladas de alimentos e medicamentos ■ Unita prossegue ofensiva militar iniciada há algumas semanas ■ O Exército de Libertação Nacional da Colômbia propõe a convocação de uma assembleia constituinte para recompor o poder político no país ■ Dados divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística indicam que a inflação média poderá situar-se nos 2,4% no final do ano, acima dos valores previstos ■ Confirmada prisão preventiva do antigo ditador argentino Jorge Videla, acusado de rapto, dissimulação e detenção de menores.

Vale a pena lutar

De referendos simultâneos, estamos falando: está abundantemente demonstrado que essa absurda pretensão do PS, do PSD e do PP, na igualmente absurda hipótese de ir por diante, viria a traduzir-se numa monumental mascarada impeditiva de um debate sério e de um esclarecimento susceptível de contribuir para que os eleitores e eleitoras possam pronunciar-se em consciência.

Aliás, conhecidas que são as preferências desses partidos pelas águas turvas e pela baralhação de dados, é mais que legítimo presumir que foi essa, precisamente, a sua intenção ao proporem a simultaneidade dos referendos.

Todavia, a questão de forma alguma ficará resolvida com a simples exclusão da simultaneidade. Com efeito, a realização de um referendo sobre as questões europeias colocaria, por si só, não menos importantes e graves problemas. Como sublinha o Comité Central do PCP, "é indispensável recordar que, desde Outubro de 1997, o PCP denuncia vivamente o carácter manifestamente fraudulento das perguntas então propostas pelo PS e pelo PSD e que se vieram a fundir na pergunta aprovada, uma vez que está escandalosamente orientada para obter um "sim" esmagador no quadro de uma consulta que ou será desprovida de reais consequências ou conterà consequências que só confirmarão a natureza desonesta e capciosa da pergunta". Por tudo isto, considera o Comité Central que "o Presidente da República prestaria um serviço à democracia se, no exercício dos seus legítimos poderes constitucionais e independentemente das decisões do Tribunal Constitucional, recusasse a convocação do referendo sobre matéria europeia".

Também o processo que conduziu ao referendo sobre a regionalização aparece gravemente ferido de ausência de seriedade e de transparência. A postura do PS tem sido a de, sistematicamente, obstaculizar a regionalização - atrasando o processo, criando-lhe entraves vários, dirimindo publicamente ridículas disputas internas e produzindo afirmações de tal forma disparatadas que dir-se-ia terem como objectivo essencial impedir a concretização da regionalização. É caso para dizer que com tais amigos a regionalização não precisa de inimigos.

Como é sabido mas nunca é de mais lembrar, a regionalização só não foi já concretizada, concretamente até há um ano, porque mercê de negociatas, acordos, conluos e cambalachos envolvendo os suspeitos do costume e sempre com papel destacado do PS, se procedeu a uma alteração da Constituição de forma a tornar obrigatória a realização de um referendo. Para que, também neste caso, não restem quaisquer dúvidas sobre a verdade dos factos, o Comité Central do PCP entendeu acentuar que "quanto à regionalização, é de recordar que o PCP se opôs à imposição constitucional de um referendo para a sua concretização e é completamente alheio não

só a todas as trapalhadas criadas pelos acordos entre PS, PSD e PP mas também à realização desse referendo nomeadamente nas presentes condições políticas".

Entretanto, e porque nem só de referendos - mais ou menos apalhaçados e ofensivos da inteligência dos portugueses e portuguesas - deve viver o País, a luta continua. Pela simples razão que, como todos os dias observamos, o Governo do engenheiro Guterres prossegue diligentemente a tarefa de levar à prática uma política cada vez mais traduzida em medidas, propostas e objectivos marcadamente de direita. Uma política de classe que, por um lado, tem como preocupação básica e permanente o favorecimento e o reforço do poder dos grandes grupos económicos e financeiros e, por outro lado, complementarmente, faz dos trabalhadores portugueses, dos seus direitos e conquistas o alvo preferencial dos seus ataques.

Entretanto, e porque nem só de referendos - mais ou menos apalhaçados e ofensivos da inteligência dos portugueses e portuguesas - deve viver o País, a luta continua.

É assim que assistimos à intensificação e aceleração do processo de extermínio total do sector público, num caminho que conduz, de forma assumida por parte do Governo, a uma cada vez maior subordinação do poder político ao poder económico. É assim, igualmente, que este Governo ao serviço dos interesses do grande capital lança uma ofensiva de alteração da legislação laboral que constitui um dos mais violentos ataques de

sempre aos direitos dos trabalhadores - ao mesmo tempo que, hipocritamente, faz questão de afirmar, em palavras, a sua condição de Governo de "esquerda"...

Daí a intensificação e ampliação das lutas dos trabalhadores em variadíssimos sectores e empresas. Refere a Resolução do Comité Central do PCP que "nos transportes ferroviários e rodoviários, nos hotéis de Lisboa, na metalurgia, no vestuário, nos Estabelecimentos Fabris das Forças Armadas, na Administração Central, Regional e Local, e em diversas empresas, nos enfermeiros e nos professores, a luta assumiu novos contornos nomeadamente quanto ao envolvimento e nível de participação dos trabalhadores, incluindo jovens com vínculos precários". É justo e indispensável sublinhar que, em diversos casos, estas lutas têm conduzido a importantes vitórias dos trabalhadores que assim viram satisfeitas as suas justas reivindicações, como é o caso do sector da Hotelaria a que, nesta edição do Avante! se dá o devido destaque. Tudo isto a confirmar que a luta não só é necessária como vale a pena e que, se é certo que ela nem sempre conduz a resultados positivos imediatos, mais certo é que sem ela nada se consegue.

Vale a pena lutar! Contra as manobras e golpes, referendários e outros, da tríade partidária que é responsável pela política de direita. Contra o domínio do poder do grande capital. Contra a legislação antilaboral que o Governo e o grande patronato pretendem impor. Pela vitória do "sim" no referendo sobre a regionalização. Pela defesa dos interesses e direitos dos trabalhadores, do povo e do País.

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português
Rua Soeiro Pereira Gomes
— 1699 Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO:
Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX.
Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex 18390
Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO:
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis — 90,
7.ª A, 1100 Lisboa.
Capital social: 15 000 000\$00. CRC matriculada: 47058.
NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO:
DISTRIBUIÇÃO ADE's
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis, 90, 7.ª A,
— 1100 Lisboa
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11
Fax: 815 34 95

Alterações de remessa:
Até às 17 horas de cada sexta-feira:
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL
DELTA PRESS

Delegação Lisboa:
Tapada Nova
Capa Rota — Linhó — 2710 Sintra
Telef. (01) 924 04 47

Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B Lt. 227 — 4470 Maia
Telef. (02) 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7.ª A 1100 Lisboa
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90, 7.ª A 1100 Lisboa
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

Composição e Impressão
Heska Portuguesa, SA
R. Elias Garcia, 27
Venda Nova — 2700 Amadora
Depósito legal nº 205/85

TABELA DE ASSINATURAS*

PORTUGAL (Continente e Regiões Autónomas)	EXTRA-EUROPA
50 números: 8 100\$00; 25 números: 4 200\$00	50 números: 46 100\$00
EUROPA	GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE e MACAU
50 números: 28 600\$00	50 números: 33 850\$00

* IVA e portes incluídos

Nome _____

Morada _____

Código Postal _____

Telef. _____

Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.

O cinismo que se segue

No último «Expresso», exprimindo um conhecido ódio de estimação a «*figuras mediáticas*» que fizeram campanha pelo fim à despenalização do aborto, o sempre profundíssimo José António Saraiva veio desafiar aquelas figuras a «*usar a sua influência para esclarecer as mulheres e reunir meios financeiros com vista a organizar comícios e sessões de esclarecimento nas escolas, divulgar os métodos contraceptivos e os cuidados a ter para evitar a gravidez, alertar para os perigos físicos e psicológicos do aborto*».

E depois deste desafio, este mestre da «política à portuguesa» logo perpetrava a torpe insinuação de que, se o não fizerem, isso fará pensar que «*há quem tenha interesse em que esse flagelo nunca acabe*» para que «*ano após ano (...), a lei de despenalização seja levada ao Parlamento, até à liberalização total*».

As «*figuras mediáticas*» responderão como quiserem ao cínico desafio do Arq. Saraiva. Mas a nós também nos assiste o direito de dizer alguma coisa que vá para além da evidência de que ele ou não sabe, ou finge não saber, o que toda a gente sabe sobre parte importante

das circunstâncias que originam o recurso ao aborto.

Por isso, começamos por dizer ao Arq. Saraiva que, sobre haver quem tenha interesse em manter o «*flagelo*», já está tudo conversado através do voto que cada um meteu na urna no passado dia 28, uma vez que o não teve como única consequência manter o «*flagelo*» e mantê-lo na pior forma possível: a clandestina e a insegura.

De seguida, importa dizer ao Arq. Saraiva que quem há muitos anos luta pela generalização do planeamento familiar e da educação sexual não precisa de conselhos daqueles que só agora descobriram essas causas e que as usam só para dar verniz modernizador à sua retrógrada atitude favorável a manutenção do aborto clandestino. De qualquer modo, parece-nos que o desafio do director do «Expresso» seria melhor dirigido aos recém-convertidos ao planeamento familiar e à educação sexual que fizeram campanha pelo não, dado que, como neófitos que são, devem estar cheios de entusiasmo para se estrear.

Por fim, fazendo de conta que nos convertemos aos argumentos da campanha do não, apetece sobretudo dizer ao Arq.

Saraiva que, imperdoavelmente, ele se esqueceu do principal, ou seja, do «*crime*» contra o «*direito à vida*», da «*eliminação de seres humanos*» e da «*matança de bebés*» que, segundo ele e outros defensores do não, o aborto representaria e, portanto, o aborto clandestino também não pode deixar de representar para eles.

E, por isso, queremos confessar que, quando vimos que o texto de J.A. Saraiva se intitulava «*A campanha que se segue*», pensámos que vinha aí algum desafio às «*figuras mediáticas*» do não para sacrificarem as suas férias e os seus cruzeiros de Verão. E organizarem homilias quotidianas, promoverem procissões, desfiles e manifestações semanais e afixarem centenas de cartazes com tocantes imagens de crianças e as suas pungentes interpelações.

Tudo, é claro, sempre pelo «*direito à vida*» e sempre com aquele sobressalto de alma e indignação que usaram contra uma lei de despenalização que, por ela, não «*matava*» ninguém, antes podia poupar algumas mortes e muito sofrimento de mulheres.

■ Vítor Dias

Um peso na consciência

Para alguns, nada melhor, no quadro da perda de referência com os quais provavelmente se identificam, do que procurar generalizar juízos e apreciações sobre condutas na vida política nacional.

Vêm estas primeiras palavras a propósito da densa malha de artigos e comentários que a propósito dos referendos, passados e anunciados, vários articulistas e jornalistas têm produzido com o indisfarçável intuito de confundir, diluir responsabilidades, ilibar procedimentos.

Em seu entender os actos e quem os assume não têm rosto, nome, decisores.

Assim, e perante a imposição do referendo no processo de aprovação da legislação sobre a interrupção voluntária da gravidez e face à falta de empenhamento que conduziu à elevada abstenção que dizem verberar, perante a convocação de um referendo cujo conteúdo se não distancia do domínio da farsa política e é objecto crescente de condenação e face à absurda decisão de convocar em simultâneo dois referendos, é vê-los de dedo em riste a manifestar a sua vida indignação. Dirigida a quem?

Óbvio e naturalmente àquilo que em abstracto denominam de «*responsáveis do País*», «*políticos e deputados*», «*classe política*», «*nata dirigente*» sem nunca cuidarem de fazerem aquele esforço elementar e mínimo de observação, que a sua própria actividade exigiria.

Sem qualquer ponta de sobrançeria ou impertinência aqui fica a sugestão.

A de lhes pedir que façam o modesto gesto de reconhecer que houve quem sobre estas matérias tomou posição distinta e oposta à que prevaleceu. De lhes pedir que façam aquele esforço mínimo para reconhecer que há ainda quem, como o PCP, rejeite assumir a política como sinónimo de tacticismo, jogo de bastidores, espaço de ludíbrio de vontades e mentalidades. De lhes pedir ainda em nome, senão da imparcialidade, pelo menos da honestidade e objectividade que devem assumir, que há ainda quem, como o PCP, está na política por causas e ideias que vão muito para além do estrito horizonte da busca de jobs, lugares e poder.

Para que por razão de preconceito se não vejam permanentemente obrigados a carregar na consciência o peso de um trabalho sempre construído ao lado da verdade, dos factos e da vida real.

E para se não se sujeitarem a que se cimente a legítima suspeita de que, mais do que a manifestação de sinceras discordâncias sobre estes processos políticos, busquem a liberação daqueles mesmos que não podem desconhecer serem os responsáveis por aquilo que aparecem a condenar.

■ Jorge Cordeiro

COLÔMBIA

Encontro histórico

A notícia correu mundo. O *Herald Tribune* de 11/12 de Julho, por exemplo, dá conta do acontecimento publicando uma grande foto do encontro de Manuel Marulanda, o responsável principal das FARC colombianas, e de Andrés Pastrana, o conservador presidente-eleito da Colômbia, que havia prometido, nas eleições de 21 de Junho, empenhar-se na procura da paz incluindo através do diálogo directo com as forças guerrilheiras.

É ainda muito cedo para vaticinar onde conduzirão os contactos em curso com as guerrilhas colombianas. Para além deste encontro com as FARC nas zonas sob o seu controlo, há também contactos com o ELN em Mayença, como tem sido notificado. Veremos se, uma vez empossado, Pastrana dará provas do mesmo realismo ou se se trata de uma pura manobra política para semear expectativas - o povo colombiano anseia pela paz - e compensar a sua mais que débil base de apoio. Ou se, tendo Pastrana coragem e vontade política real, poderá ir mais longe frente a um aparelho de estado enfeudado à reacção e ao imperialismo norte-americano, penetrado pelas mafias do narcotráfico, pelos paramilitares assassinos e a corrupção generalizada. Notícias posteriores ao encontro de Pastrana com "Tirofijo" mostram que o governo continua as operações militares. De qualquer modo, trata-se de uma significativa vitória política das FARC - apodadas de "terroristas" e miseravelmente acusadas de fomentar o negócio da droga -; do reconhecimento da incapacidade para "erradicar a mais antiga guerrilha marxista" da América Latina pela violência militar; do triunfo das teses de negociação política como via para ultrapassar - pela esquerda naturalmente, com reais transformações democráticas - o histórico conflito em torno da terra e da democracia que está na origem das FARC como força de autodefesa camponesa e do seu corajoso combate de quase 40 anos, por "paz com justiça social".

Notar-se-á que a Colômbia é tema de dois artigos sucessivos nesta coluna do "Avante!". O "histórico encontro" de 9 de Julho "algures na Colômbia" justifica-o inteiramente, embora, talvez com vantagem, outro poderia ser o assunto. Por exemplo: a **luta pelas 35 horas** que se desenvolve na Europa e que se deseja - como se viu na reunião de Berlim - tornar em objecto de acção comum ou convergente dos partidos comunistas e outras forças de esquerda da Europa. O grande fracasso do governo de Hashimoto nas eleições para a Câmara Alta do Japão do passado dia 12 a par do **grande avanço dos comunistas japoneses** que fraternalmente saudámos. O relançamento das **grandes greves dos mineiros na Rússia**, com o bloqueio do transsiberiano e das lutas de médicos, cientistas, operários, professores, enquanto, afundado no pântano da corrupção e da crise, o poder ieltsiano negocia novos acordos leoninos com o FMI. A **persistente luta do povo timorense** que com novas e grandes acções de massas e com o sacrifício de mais vidas diz não à anexação disfarçada de autonomia que lhe propõem os sucessores e continuadores de Suharto e persiste na luta pelo reconhecimento do seu direito à autodeterminação e independência. As grandes **acções de massas na Nigéria** na sequência da morte suspeita de Mohood Abiola na cadeia de Lagos e contra a ditadura militar chefiada pelo general Abubakar. As extraordinárias **manifestações de dor e de protesto em Argel e na Kabília**, face ao cobarde assassinato do grande cantor berbere Lounes Matoub pelos bandidos fascistas do GIA.

Na verdade, a resistência e a luta dos trabalhadores e dos povos desenvolve-se em todos os continentes. Ainda predominantemente defensiva. Ainda insuficientemente concertada e coordenada como se torna necessário face à internacionalização do grande capital. Mas, contra o que pretendem os apologistas do pensamento único, real e com perspectivas libertadoras. A Colômbia e a luta dos comunistas e revolucionários colombianos - que historicamente têm dado mostras de grande tenacidade e coragem, grande ligação às massas, grande criatividade nas formas de luta e na capacidade de as combinar - é apenas um exemplo das inúmeras batalhas que estão em curso por esse mundo fora e cujo conhecimento e valorização dá mais sentido e mais força à nossa própria luta.

■ Albano Nunes



Foto: Jorge Caria

SEMANA

A final

Milhões de pessoas viveram, durante semanas, a grande festa do futebol. O Mundial foi, para muita gente, o assunto do dia durante os dias todos que durou. Os média dedicaram-lhe o tempo e o espaço adequados à sua específica dimensão de massas. E tudo correu como estava previsto, excepto os resultados dos jogos decisivos e, por via disso, as posições finais das equipas. O Brasil prometeu-nos, desde o início, o título de pentacampeão. Esqueceu-se que não basta gritar aos sete ventos "nós somos os melhores"... A França, que nada prometeu, foi fazendo o melhor que podia e sabia. E na final esmagou o campeão anunciado.



Camada de ozono

As novas substâncias químicas usadas pelas indústrias para substituir os clorofluorcarbonetos (CFC) prejudicam igualmente a camada de ozono, segundo as conclusões de um grupo de peritos reunidos em Genebra.

O grupo propôs a adopção de medidas para limitar a exportação de produtos que contenham gases prejudiciais para a camada de ozono, em especial frigoríficos, que os países industrializados podem enviar ao terceiro mundo ou Europa de leste.

O protocolo de Montreal, que proíbe de forma escalonada o uso dos CFC, foi, segundo os peritos, um êxito.

Durante a reunião, os especialistas analisaram também um sistema de autorizações para as trocas comerciais de substâncias prejudiciais para a camada de ozono, que permitirá aos serviços aduaneiros lutar melhor contra o tráfico destes produtos, que é cada vez maior.

As propostas dos especialistas nesse sentido serão conhecidas no próximo mês de Novembro, durante a décima reunião dos Estados signatários do Protocolo de Montreal.

Amanhã, cansados da felicidade de festejar a vitória, os adeptos dos vencedores voltarão aos problemas do dia-a-dia, com a certeza de que a festa acabou. E os derrotados, reacendendo a chama da esperança num penta que há-de vir, voltarão aos problemas do dia-a-dia, em Quarta-Feira de Cinzas, como o Vinicius escreveu e a Nara cantou: "Acabou nosso carnaval/ninguém ouve cantar canções/ninguém passa mais, brincando feliz/e nos corações/saudades e cinzas foi o que restou."

Bem vistas as coisas, afinal, a final não passou, para vencedores e para vencidos, de um breve instante de (in)felicidade.

Bandeiras negras em Ormeau

A marcha da Ordem de Orange pela zona católica da estrada de Ormeau, em Belfast, decorreu pacificamente.

Os residentes católicos de Ormeau protestaram em silêncio nos passeios, com bandeiras e balões negros, em memória de Richard, Mark e Jason Quinn, os irmãos de 10, 9 e 8 anos, queimados vivos no domingo passado, em sua casa, onde um incêndio deflagrou devido a uma bomba incendiária lançada por extremistas protestantes. Nas faixas penduradas ao longo da estrada podia ler-se "Vergonha".

Os orangistas passaram por uma casa onde num quadro negro estavam inscritos os nomes de dois adolescentes e três adultos assassinados na zona pelos lealistas em 1992.

Um porta-voz da polícia do Ulster (RUC) reiterou, entretanto, que a morte de Richard, Mark e Jason Quinn está relacionada com o clima de violência alimentado pela Ordem de Orange, e que se inscreve na oposição protestante ao projecto de paz adoptado em Abril, referendado pelo eleito-



rado em Maio e consagrado no início deste mês com a eleição e formação da assembleia legislativa autónoma.

UE defende referendo em Timor

A União Europeia defendeu a realização de um referendo à população timorense sobre o futuro do território.

Depois de um primeiro balanço da recente deslocação de uma missão da UE a Timor-Leste, o Conselho de Ministros dos Negócios Estrangeiros dos Quinze considerou que se deverá proceder a uma consulta ao povo timorense sobre o futuro estatuto do seu território, considerando imperativo que o diálogo sobre Ti-



mor-Leste envolva os dirigentes timorenses, a par de medidas de desenvolvimento e confiança.

O relatório da UE considera existir "uma nova oportunidade para encontrar uma solução

realista e justa para o problema de Timor-Leste, que respeite os direitos e as legítimas aspi-

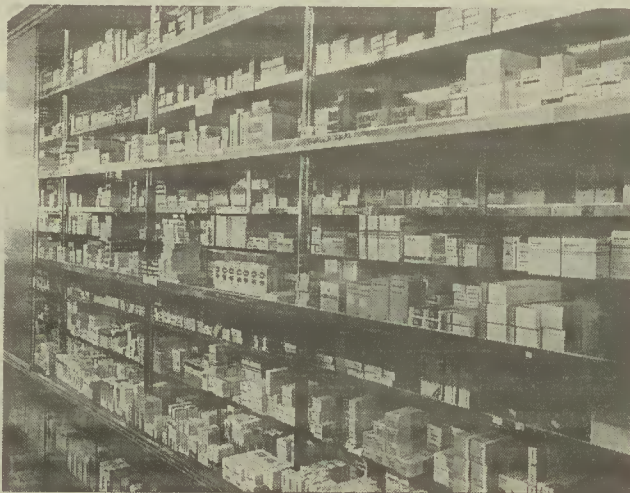
rações do seu povo, em conformidade com as normas e princípios internacionais".

Medicamentos falsificados

O Ministério da Saúde brasileiro divulgou uma lista de 61 medicamentos falsificados, nomeadamente antibióticos, contraceptivos e remédios contra o cancro, vendidos nas farmácias e distribuídos nos hospitais do país.

Esta e outras medidas foram tomadas na sequência de inúmeras denúncias referentes a medicamentos falsos e do recente escândalo que envolveu falsas pílulas contraceptivas do laboratório alemão Schering.

A venda de medicamentos produzidos pela Schering foi temporariamente suspensa.



Médicos protestam

A Federação Nacional dos Médicos (Fnam) acusa o Ministério da Saúde de contemporizar com "os grandes interesses económicos que se degladiam no sector", pelo que o direito à saúde está a ser "subalternizado e transformado numa importante área de negócios".

Reunidos durante o fim-de-semana em Coimbra, a Federação exige "uma clara delimitação entre sector público e privado" e reclama o combate aos grupos de lobbies que "não têm como objectivo uma melhor saúde, mas um melhor negócio".

Cuba/Portugal

Os ministros dos Negócios Estrangeiros de Cuba, Roberto Robaina, e de Portugal, Jaime Gama, assinaram, dia 9, três acordos de cooperação.

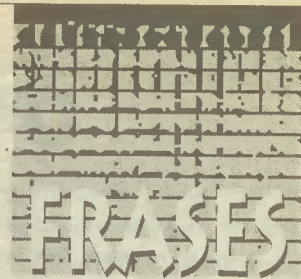
Os acordos subscritos referem-se à cooperação para a promoção e protecção recíproca de investimentos, à luta contra o narcotráfico e à área da cultura.

Jaime Gama referiu que o governo português apoia a integração de Cuba na família ibero-americana e que a

ilha desempenhe um papel mais activo nas relações entre a União Europeia e a América Latina.

O ministro cubano, Roberto Robaina, destacou a assinatura do acordo de promoção e protecção recíproca dos investimentos, que considerou estimular os laços económicos e comerciais em

benefício de ambas as partes, realçando ainda o facto de o acordo ter sido assinado com um país membro da União Europeia.



“Se é confirmada a subavaliação de 186 milhões de contos do défice, em 1986, devido a operações de tesouraria “ilegais”, não só estavam certos os números apregoados em 1995 quanto ao “buraco” de 200 milhões de contos no ano seguinte - o que o Governo ridicularizou -, mas também é reforçada a previsão do grande aperto a que o País será sujeito logo que terminem as privatizações e que tanto terá de condicionar o futuro político de António Guterres.”

(Victor Cunha Rego, *Diário de Notícias*, 14.7.98)

“Com o Governo anterior, o Tribunal de Contas existia, era uma “força de bloqueio”; com o Governo actual, o Tribunal de Contas pura e simplesmente não existe, não tem resposta. Em ambos os casos nada é esclarecido.”

(Francisco Azevedo e Silva, *idem*)

“O avanço do Governo é imparável e não há tempo a perder nem contas a corrigir. É verdade que mudaram o estatuto ao Tribunal de Contas, que lhe deram mais meios, só não lhe dão é troco, porque o diálogo não se coaduna com “forças de bloqueio”.”

(*idem, ibidem*)

“É grave este eleitoralismo de direita dentro do PS. É grave esta cultura caudilhista. Ofende o PS e o próprio António Guterres. É grave que tudo se resume a ganhar ou perder. Que se esteja disposto a vender a alma em troca de votos e das ilusões do poder.”

(Manuel Alegre, *Expresso*, 11.7.98)

“Mas há hoje na política gente capaz de tudo. São os do poder pelo poder. Também estão no PS. São talvez um certo PS. E talvez um certo país, o tal que não se preocupa, nunca se preocupou nem se preocupará senão consigo mesmo. Mas não são a esquerda. É há outro povo, há outro Portugal.”

(*idem, ibidem*)

“Entre Manuel Alegre e alguns seus “compagnons de route” de um lado, e o chamado “núcleo duro” do outro, há um deserto - uma mole de cidadãos anestesiados, mais ou menos bem instalados no aparelho de Estado, atentos, veneradores e desobrigados de pensar, temendo que uma só palavra ou acção vá contra o inconstante pensamento do líder, quotidianamente legitimado pela única coisa que verdadeiramente o preocupa - os números, não os de Cavaco, mas os das sondagens.”

(Ana Sá Lopes, *Público*, 11.7.97)

“O Governo e o partido que o suporta têm um único objectivo: a maioria absoluta em 1999. Se essa prioridade coincidir com as verdadeiras necessidades do país, tanto melhor. Se não, o país pode continuar a esperar.”

(Paulo Ferreira, *Diário Económico*, 13.7.98)

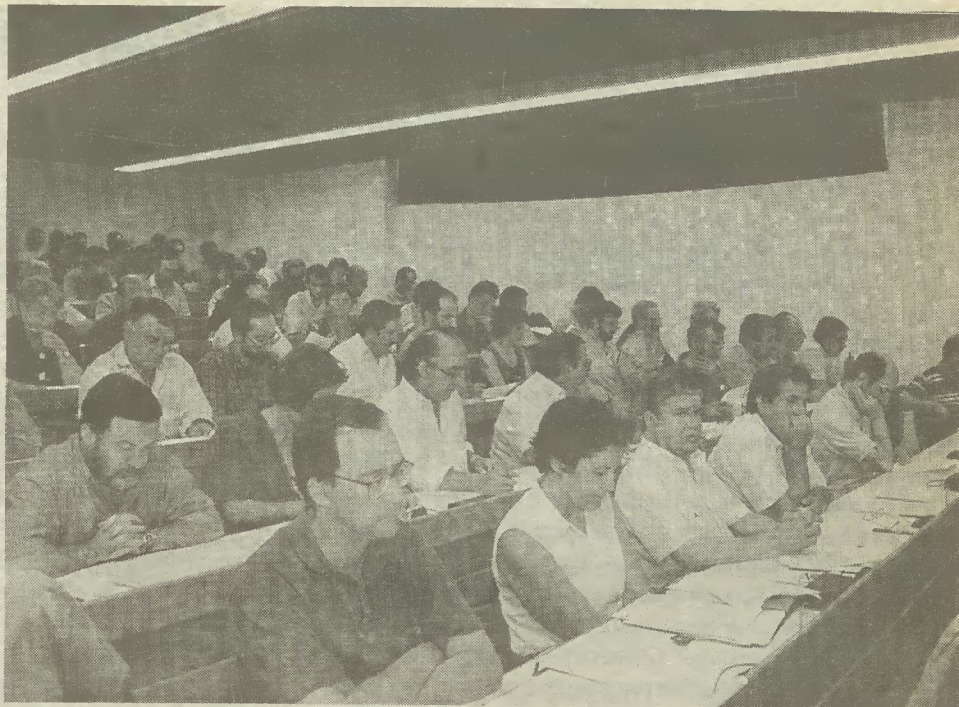
“Estivesse o dr. Jorge Coelho mais atento e talvez fosse curial perguntar ao dr. Proença de Carvalho onde andava ele e que opiniões tinha quando por unanimidade se votaram as regiões no texto constitucional de 1976.”

(Ricardo Leite Pinto, *Diário de Notícias*, 11.7.98)

Resolução do Comité Central do PCP

O Governo «abandonou o princípio básico e constitucional da subordinação do poder económico ao poder político», considerou o Comité Central do PCP na sua reunião de sábado passado.

Na Resolução Política que aprovou (que a seguir se transcreve), o Comité Central, além da actualidade política nacional e internacional, analisou ainda o elevado dinamismo que marca a intervenção política do Partido e as tarefas que hoje se colocam aos comunistas portugueses.



Política laboral do Governo ameaça novas gerações

1. O Comité Central do PCP, num breve balanço da situação do país e do que tem sido a acção do Governo nos meses decorridos desde a sua última reunião, entende salientar que: o Governo tem vivido um período de «festa em contínuo», procurando capitalizar o colorido da EXPO'98 e a intensa «vida social» e política que ela envolve para prosseguir as mesmas linhas da política que adoptou desde a sua tomada de posse e que nas questões mais essenciais não se distinguem das dos governos do PSD.

As mudanças políticas que a maioria dos portugueses esperavam poder concretizar com o seu voto em Outubro de 1995 continuam a ser sistematicamente defraudadas e inviabilizadas.

Em vez de adoptar uma política de esquerda para as mudanças necessárias, o Governo avança com propostas, medidas e objectivos com conteúdos marcadamente de direita.

É o caso, designadamente, do favorecimento e do reforço do poder dos grandes grupos económicos e financeiros, que se torna cada vez mais saliente na prática do Governo.

É assim que prossegue e se acelera a liquidação total do sector público (depois das recentes privatizações de mais fatias da CIMPOR, da EDP, da linha ferroviária da Ponte 25 de Abril, já se preparam as da CP, da TAP, dos portos e aeroportos, dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo, da Portucel, de vastas áreas da Administração Pública e de sistemas de águas e saneamento), com o conseqüente benefício dos grupos económicos.

Abandonando o princípio básico e constitucional da subordinação do poder económico ao poder político, as decisões do Governo cada vez se pautam mais pelo serviço aos grandes senhores do dinheiro de que alguns «negócios» publicamente denunciados são exemplo escandaloso. Esta fusão de interesses revela-se, ainda, na ocupação de lugares, com destacados membros do PS a saltarem de altos cargos na Administração Pública para lugares nos grupos económicos e, inversamente, de pessoas ligadas às administrações de grupos económicos a assenhorearem-se da gestão de empresas do sector público.

Particularmente revelador da situação é o promíscuo almoço realizado em Cascais, que juntou à mesma mesa o Governo em peso e a nata da nata do grande capital nacional.

É também o caso da subordinação da economia aos critérios de Maastricht e da decisão da adesão ao EURO.

Trata-se de uma decisão de enorme alcance político, que condiciona o futuro de Portugal e dos portugueses. Mas a decisão foi tomada sem consulta popular, sem o debate sério e aprofundado que se exigia e sem o esclarecimento público do exacto alcance das suas conseqüências, designadamente para a soberania nacional, a economia portuguesa e os trabalhadores.

A forma como esta decisão foi tomada mostra o que significa o proclamado «diálogo» do Governo.

Quando se trata de uma decisão com o valor estratégico e condicionante que esta tem, já não há «diálogo», nem referendo, «nem livro branco»!

Quando se trata do grande capital, o «diálogo» do Governo significa a aceitação das suas exigências.

Quando se trata dos trabalhadores, o «diálogo» do Governo traduz-se na tentativa de imposição de leis de regressão social que permitam maiores taxas de exploração.

2. O Governo pode continuar «sempre em festa» e auto-elogiando-se à sombra de uma conjuntura económica favorável. Mas

isso não apaga os traços caracterizadores da sua política nem as debilidades estruturais da economia portuguesa.

Essa conjuntura não se reflecte favoravelmente nem no fortalecimento do nosso aparelho produtivo, nem na balança comercial, nem na distribuição do Rendimento Nacional e na justiça social. E nos relativamente baixos índices de frequência da EXPO'98, em relação às previsões, está a imagem de uma população com muitas dificuldades, sem garantias sólidas quanto ao seu futuro, com centenas de milhar de reformados a viverem com pensões de miséria, com centenas de milhar de desempregados.

A realidade virtual tem o seu reverso nestes portugueses que esperam mudanças que o Governo não faz nem quer fazer, seja nas opções de política interna seja nas questões europeias e na política externa.

O Governo é mais lesto a disponibilizar, por exemplo, a base das Lajes para as aventuras anti-iraquianas do imperialismo norte-americano do que a mostrar uma atitude de efectiva firmeza na defesa dos interesses nacionais na reforma da PAC e dos fundos estruturais.

É mais expedito a propor uma viciação do sistema eleitoral (iniciativa em que, aliás, sofreu uma derrota) e a limitar direitos dos trabalhadores, do que em responder às necessidades de combate ao desemprego e de desenvolvimento nacional e regional como ficou ilustrado no exemplo recente da nova Lei das Finanças Locais que, apesar de alguns tímidos passos positivos, fica muito aquém do que seria necessário e desejável para um efectivo reforço da descentralização para os municípios e freguesias, possibilitando-lhes uma maior intervenção ao serviço das populações.

3. Na situação actual, assume uma particular gravidade o facto do Governo lançar um processo de alteração à legislação laboral que a ser concretizado constituiria um dos mais violentos ataques aos direitos dos trabalhadores.

Procurando impedir que a Assembleia da República discuta e legisle sobre algumas matérias que são da sua competência exclusiva, aproveitando o período de férias para desvalorizar o direito constitucional de participação das organizações de trabalhadores na legislação laboral e esperando que o calendário político de Outubro e Novembro silencie e secundarize a discussão e votação de algumas peças mais gravosas para os trabalhadores, **o Governo PS quer pôr em causa alguns dos princípios fundamentais dos direitos dos trabalhadores.**

No quadro das orientações neoliberais, das directivas da União Europeia e das imposições da Moeda Única e do Pacto de Estabilidade que perfilha, o Governo pretende realizar mais alterações legislativas no mercado da força do trabalho, criando uma relação de forças mais desfavorável aos trabalhadores e uma permanente pressão para a redução dos custos de mão-de-obra.

Nessa linha de desregulamentação flexibilizadora através da alteração de conceitos e legislação estão ameaçados o direito à segurança no emprego, à retribuição, às férias, à profissão, com desvalorização da contratação colectiva.

Constitui uma manobra de diversão do Governo o recurso à separação em três partes do que em conjunto seria um pacote laboral, intercaladas com uma ou outra medida avulsa de alcance reduzido e para diluir os conteúdos de maior gravidade contidos, designadamente, nas propostas de trabalho a tempo parcial, conceitos de retribuição, de profissão, «lay-off», férias e trabalho nocturno.

O diferimento no tempo de aplicação de algumas das medidas mais graves significa que o Governo escolhe como alvo principal os jovens trabalhadores, com o objectivo de criar no futuro uma geração de trabalhadores sem direitos.

Em quase todas as propostas, se por um lado se procura desregulamentar e retirar direitos aos trabalhadores, por outro, acrescentam-se privilégios ao grande capital pela via de menos descontos para a Segurança Social e menos impostos para o Estado.

O Governo do PS revela uma chocante e completa cumplicidade para a situação antidemocrática que se vive hoje numa grande maioria das empresas, com o espeznimento dos direitos laborais e com gravíssimas limitações da acção dos sindicatos e comissões de trabalhadores. Este novo conjunto de leis iria agravar substancialmente esta situação, permitindo uma maior sujeição e exploração dos trabalhadores.

Esta ofensiva contra a legislação laboral está claramente articulada com as graves alterações ao sistema de Segurança Social que o Governo se prepara para encetar.

Tentando instituir um tecto nas contribuições e nas pensões, que resultará em menos receitas para o sistema público de Segurança Social em benefício das seguradoras privadas, querendo introduzir medidas de selectividade que mutilariam o princípio que o direito dos trabalhadores a receberem prestações é determinado pela relação de trabalho de cada um, premiando quem foge aos impostos e propondo a antecipação do acesso à reforma por velhice em condições que poderiam resultar numa desvalorização de 50% da pensão, o Governo PS prossegue o objectivo da destruição do carácter universal do sistema de Segurança Social, consagrado na Constituição, e a sua privatização parcial.

4. Estes meses não são só marcados por uma política no essencial lesiva dos interesses e aspirações do povo português, mas por um novo desenvolvimento da luta em diversas empresas e sectores.

Nos transportes ferroviários e rodoviários, nos hotéis de Lisboa, na metalurgia, no vestuário, nos Estabelecimentos Fabris das Forças Armadas, na Administração Central, Regional e Local, e em diversas empresas, nos enfermeiros e nos professores, a luta assumiu novos contornos nomeadamente quanto ao envolvimento e nível de participação dos trabalhadores, incluindo jovens com vínculos precários.

A luta, traduzida em greves de grande impacto, em concentrações e acções de rua e que prossegue em algumas empresas e sectores, permitiu que fossem alcançadas justas reivindicações salariais e garantidos direitos. A luta da juventude estudantil, designadamente no ensino superior na sua reclamação pela revogação da lei de financiamento e aprovação de uma lei nova e mais justa, assumiu uma dimensão particularmente expressiva. A luta dos agricultores teve igualmente uma ampla dimensão.

A evolução da situação, os sinais de descontentamento e protesto social mostram cada vez mais a necessidade de construção de uma alternativa que realize uma política de esquerda.

5. A vitória - ainda que tangencial - do «não» no referendo de 28 de Junho sobre a despenalização do aborto, ocorrida no contexto de uma abstenção muito alta, representa um desfecho pro-

Resolução do Comité Central

fundamente negativo do processo erradamente imposto ao país pelas cedências do PS ao PSD já depois de estar aprovada uma lei na Assembleia da República.

Para a vitória do «não» terá concorrido uma desfavorável convergência de factores e circunstâncias, em que será justo destacar a manifesta falta de empenho do PS e da maior parte dos seus dirigentes e organizações (agravada pela posição pública do seu Secretário-Geral), a campanha agressiva, propositadamente chocante e de forte coacção moral e religiosa desenvolvida pelos sectores e instituições que defendiam o «não», e ainda a insuficiente compreensão da importância da questão social em causa e do dever de votar por parte de muitos eleitores que, perfilhando posições favoráveis ao «sim», entretanto lamentavelmente se abstiveram, inclusive por excesso de confiança.

O PCP foi o único dos quatro principais partidos que fez campanha activa e empenhada pelo «sim» e deu uma importante contribuição para o resultado que alcançou, como se atesta pelo facto de as mais altas votações pelo «sim» terem ocorrido em regiões de sua maior influência eleitoral. Honrou assim plenamente as suas responsabilidades e apareceu seguramente aos olhos de muitas portuguesas e muitos portugueses, designadamente de amplos sectores da juventude e do eleitorado do PS, como uma força séria, responsável e coerente que não pactua com a direita e faz corajosamente frente às concepções retrógradas.

Naturalmente que não é possível ignorar as dificuldades - aliás logo acrescidas pela atitude assumida pelo PS - que o resultado do referendo traz à luta pela despenalização do aborto, mas tal resultado não modificou nenhum dado essencial do problema maior que estava em causa e a que urgia responder: o aborto clandestino, a sua desumanidade intrínseca, os sofrimentos e vítimas que causa, a ofensa à dignidade das mulheres que constitui.

Neste quadro, o Comité Central reafirma que o PCP não abdica nem do direito nem da intenção de, no momento que considerar mais adequado, apresentar iniciativas legislativas para eliminar do Código Penal a pena de prisão até 3 anos para as mulheres que recorram ao aborto e consagrar a possibilidade da sua realização, em certos prazos e circunstâncias, em condições de assistência médica e segurança, assim protegendo a saúde e dignidade das mulheres.

6. O Comité Central sublinha que a aprovação pela Assembleia da República, na base das «negociatas» firmadas entre PS, PSD e PP, das propostas de realização próxima de referendos sobre a regionalização e sobre matéria europeia (e que aqueles partidos desejam simultâneos) põe uma vez mais em evidência as gravíssimas responsabilidades do PS em processos que degradariam a vida democrática e concorreriam largamente para o desprestígio das instituições.

Quanto à regionalização, é de recordar que o PCP se opôs à imposição constitucional de um referendo para a sua concretização e é completamente alheio não só a todas as trapalhadas criadas pelos acordos entre PS, PSD e PP mas também à realização desse referendo nomeadamente nas presentes condições políticas.

Quanto ao referendo sobre matéria europeia, é de recordar que, com a firme oposição do PCP, tanto o PS como o PSD impuseram na última revisão constitucional uma norma premeditadamente redigida para impedir que o povo português pudesse ser consultado sobre o que PS e PSD consideram «o adquirido» da construção europeia ou sobre qualquer matéria efectivamente importante.



Carlos Carvalhas, acompanhado de Arménio Carlos, Silvestrina Silva e António José Rodrigues

É ainda indispensável recordar que, desde Outubro de 1997, o PCP denuncia vivamente o carácter manifestamente fraudulento das perguntas então propostas pelo PS e pelo PSD e que se vieram a fundir na pergunta aprovada, uma vez que está escandalosamente orientada para obter um «sim» esmagador no quadro de uma consulta que ou será desprovida de reais consequências ou conterà consequências que só confirmarão a natureza desonesta e capciosa da pergunta.

Acresce que a pretendida simultaneidade dos referendos sobre regionalização e matéria europeia constitui uma proposta totalmente absurda, impeditiva de qualquer debate sério e potenciadora da maior confusão e abstenção.

Nestes termos, o Comité Central considera que o **Presidente da República prestaria um serviço à democracia portuguesa se, no exercício dos seus legítimos poderes constitucionais e independentemente das decisões do Tribunal Constitucional, recusasse a convocação deste referendo sobre matéria europeia.**

Elevado dinamismo marca acção do Partido

1. O Comité Central salienta o elevado dinamismo da acção e intervenção partidária. No seguimento das orientações para um novo impulso na organização, intervenção e afirmação política do Partido, decidido na última reunião do CC, para a concretização das orientações do XV Congresso que se reafirmam, as organizações e militantes têm realizado uma intensa, profunda e diversificada actividade no reforço orgânico do Partido, em estreita ligação com os problemas e aspirações dos trabalhadores, das classes e camadas que são atingidas pela política de direita, apresentando propostas e iniciativas, debatendo com outros sectores e individualidades, afirmando o projecto de democracia e socialismo do PCP, num processo capaz de abrir caminho para a alternativa progressista e de esquerda que a situação do país exige.

2. São de destacar:

- O contributo de primeiro plano que o PCP deu para o desenvolvimento da luta dos trabalhadores e das populações, para a defesa de direitos e da dignidade de quem trabalha, contra as discriminações, pelo aumento de salários, contra as privatizações, os aumentos de preços de produtos e serviços com destaque para a acção contra a taxa de activação dos telefones.

- A realização pelo Partido da Campanha Nacional em defesa dos direitos dos trabalhadores «Valorizar o Trabalho e os Trabalhadores, Defender e Concretizar Direitos» que empenhou activistas de todo o país no contacto directo com mais de 250 000 trabalhadores em cerca de 900 empresas e locais de trabalho, com uma grande receptividade e que constitui uma importante linha a prosseguir no trabalho permanente do Partido junto dos trabalhadores, como estilo de intervenção e com o desenvolvimento de novas campanhas.

- A contribuição fundamental dada através de iniciativas e da campanha do «Sim» no Referendo de 28 de Junho, para a necessidade do ataque ao flagelo do aborto clandestino, para a defesa da causa da despenalização do aborto, do respeito pela saúde e dignidade das mulheres e dos valores de uma maternidade consciente e responsável.

- Uma diversificada apresentação de propostas sobre importantes aspectos da vida nacional nomeadamente: defesa dos direitos dos trabalhadores, contra as alterações à legislação do trabalho, prolongamento do subsídio de desemprego; criação de um imposto de solidariedade sobre as grandes fortunas; fim da discriminação dos jovens no salário mínimo nacional; defesa da Segurança Social, aumento extraordinário das pensões de reforma; prevenção da toxicod dependência e combate ao tráfico de droga e branqueamento de capitais; melhoria do Serviço Nacional de Saúde, introdução imediata dos medicamentos genéricos; valorização da educação pública, nova lei de financiamento do ensino superior; agenda 2000 e defesa dos fundos estruturais; melhoria do rendimento dos agricultores e reforma da PAC.

- O arranque do «Portugal 2000 — Debates para uma política de esquerda», com a realização de um diversificado conjunto de contactos e dos primeiros debates, cujo acolhimento muito favorável confirma as condições existentes para o desenvolvimento de um alargado e genuíno processo de diálogo e de debate à esquerda.

- O prosseguimento e aprofundamento do trabalho autárquico dos comunistas e dos seus aliados da CDU, na valorização do seu projecto autárquico ao serviço das populações.

- Uma qualificada intervenção na Assembleia da República e no Parlamento Europeu.

- Um amplo conjunto de acções de afirmação do projecto e ideais do PCP, com destaque para as iniciativas realizadas a propósito dos 150 anos do Manifesto Comunista.

3. O Comité Central sublinha que, tendo sempre presente o objectivo da ampliação da sua influência na classe operária, nos trabalhadores, no povo português, a realização desta intensa afirmação e intervenção política do PCP se associou à materialização de muitas das orientações e medidas orgânicas decididas pela reunião do Comité Central de Fevereiro, ainda que com dificuldades, atrasos e diferenças regionais acentuadas.

São de realçar: a realização de um elevado número de Assembleias das Organizações (mais de 150, estando previstas cerca de 200 para o 2º semestre), de diversas reuniões de militantes para a dinamização

da vida orgânica e intervenção política; os progressos verificados no rejuvenescimento e constituição de organismos; na responsabilização de mais militantes e no recrutamento de 1000 novos membros com uma muito elevada percentagem de jovens.

Também no desenvolvimento da organização no seio dos trabalhadores se deram alguns passos, embora insuficientes, com responsabilização de quadros e a criação de estruturas próprias.

Devendo fazer em momento posterior um balanço e debate mais aprofundado e global das orientações da sua última reunião, considera o CC a necessidade de manter e alargar a atenção às respostas orgânicas conseguidas. Em particular, deve colmatar-se o défice de uma informação sistemática sobre a reflexão e o debate que vão sendo feitos sobre as dificuldades, problemas e respostas encontradas, na organização e na acção políticas do Partido.

Intensificar a luta por mais justiça social

1. Examinando as principais exigências que se colocam à acção do Partido nos próximos meses, o Comité Central salienta a **indispensabilidade de o Partido continuar a desenvolver linhas de trabalho em curso que são essenciais para o seu reforço e maior afirmação política e manter uma elevada e dinâmica intervenção em torno dos problemas mais sentidos pelos portugueses.** E, face à mais que provável convocação do referendo sobre a regionalização, considera necessário e urgente dar a maior atenção e prioridade à preparação da intervenção do Partido com vista à vitória do sim nessa consulta.

2. O Comité Central, de acordo com os compromissos programáticos do Partido, reafirma que a regionalização constitui uma necessária e importante reforma democrática que o PCP concebe como um valioso instrumento de democratização, descentralização e desenvolvimento, num quadro de fortalecimento da coesão nacional.

Com vista a este referendo e no quadro de uma forte campanha autónoma do PCP, o Comité Central sublinha especialmente a urgência do arranque programado de um vasto conjunto de iniciativas e acções de esclarecimento. Demarcando-se de atitudes ou declarações irresponsáveis de alguns dirigentes do PS e fazendo frente à argumentação desonesta, mentirosa e demagógica do PSD e do PP, importa responder às dúvidas e perplexidades que, de boa-fé, muitos cidadãos partilham sobre a regionalização e contribuir para um vasto e esclarecido movimento de opinião favorável à criação das regiões administrativas no Continente.

3. O Comité Central considera que a gravidade do ataque aos direitos dos trabalhadores com as alterações à legislação laboral em articulação com a ofensiva ao sistema da Segurança Social que o Governo se propõe levar por diante nos próximos meses reclamam do Partido, do movimento sindical e de outros movimentos sociais um firme combate, esclarecendo e mobilizando os trabalhadores como condição para sustentar e derrotar estes objectivos do executivo de Guterres.

O Comité Central apoia e apela ao desenvolvimento da acção e da luta neste mês de Julho como primeira resposta ao ensaio do Governo

para fazer passar e credibilizar em pleno período de férias, um simulacro de discussão pública de algumas propostas de alteração da legislação laboral à revelia da Assembleia da República.

O Comité Central manifesta o seu apoio e estímulo ao desenvolvimento das lutas reivindicativas pela valorização da contratação colectiva, pelos direitos sociais e laborais e contra as privatizações.

4. O Comité Central alerta vivamente para a ofensiva em curso contra a Segurança Social e que vai intensificar-se a partir de Setembro com base nas propostas apresentadas pelo Governo e pelo PP em relação à Lei de Bases da Segurança Social. E, confirmando a próxima apresentação de uma proposta legislativa do PCP no mesmo domínio, apela ao desenvolvimento de um muito vasto movimento de esclarecimento e mobilização dos trabalhadores e dos cidadãos, em defesa e pela melhoria da Segurança Social pública.

5. O Comité Central salienta também a importância de intensificar a luta por uma reforma fiscal orientada para a justiça social e pela capacidade contributiva, que tribute efectivamente os rendimentos de capital, alivie o peso da tributação sobre os rendimentos do trabalho e combata a evasão fiscal.

6. O Comité Central, num quadro particularmente complexo e exigente, sublinha a importância do prosseguimento da concretização das orientações definidas na sua reunião de 14 de Fevereiro nomeadamente visando: a dinamização, rejuvenescimento, reforço da organização e intervenção junto dos trabalhadores e fortalecimento da organização do partido, sustentando os passos já dados, intensificando esforços e associando o reforço orgânico a uma forte intervenção política; a intensificação das iniciativas de reflexão e diálogo político inseridas no «Portugal 2000 - Debates para uma política de esquerda»; e a preparação da «Festa do Avante!» com vista a assegurar o seu êxito, como é indispensável para marcar, após as férias, uma confiante e decidida perspectiva de intervenção do Partido.

SETÚBAL

Uma experiência a seguir

«O processo da Sodía aproxima-se da sua fase final.» Um processo doloroso para cerca de 600 trabalhadores e suas famílias e que, desde a primeira hora, mereceu o acompanhamento e a solidariedade da Comissão Concelhia de Setúbal do PCP.

Trata-se de uma luta que, levada a cabo com «bom senso, capacidade negocial e diálogo» pelos trabalhadores e os seus órgãos representativos, a par da realização de plenários, greves, concentrações e desfiles de rua, impediu que o Governo PS fugisse completamente às responsabilidades que detinha no processo e levou à obtenção de direitos e regalias que, inicialmente, algumas pessoas «não acreditavam que fosse possível».

«A luta dos trabalhadores da Sodía teve particularidades que importa estudar e colher como experiência para o movimento operário», diz o PCP. E manifestando o seu orgulho pelo comportamento dos militantes comunistas, destaca como grande exemplo de firmeza os órgãos representativos dos trabalhadores - que só na tarde do último dia assinaram a rescisão do contrato.

CALDAS DA RAINHA

Animação no Mercado-Festa

Com a participação de várias centenas de pessoas, realizou-se no passado dia 5 de Julho o tradicional Mercado-Festa do PCP nas Caldas da Rainha.

Durante a iniciativa, que decorreu no Parque das Merendas da mata e teve um bar a apoiá-la, almoçou-se, procedeu-se à venda de produtos agrícolas, realizaram-se vários leilões e uma quermesse. O momento político, que não foi naturalmente esquecido, esteve a cargo de Odete Santos, deputada do PCP na Assembleia da República.

O Grupo «3 Abril» animou musicalmente o Mercado, que terminou em ambiente de animação e com um «adeus, até 1999!».

ALENTEJO

Luta prossegue

O Organismo Inter-Regional do Alentejo do PCP, considerando que a lei de Finanças Locais aprovada está longe de corresponder às necessidades e expectativas do poder local e das populações, promete continuar a lutar por uma lei mais justa.

Contrariamente ao que havia prometido, o Governo do PS não duplicou as verbas a transferir para as autarquias e a lei apresentada pelo PCP, mais favorável aos municípios quer quanto ao valor a atribuir quer quanto à sua distribuição, foi rejeitada. Apesar disso, o PCP absteve-se e viabilizou a lei porque, apesar de má, contém algumas melhorias. Entretanto, o OIRA manifesta o seu mais vivo repúdio pelo facto de 16 dos 47 municípios do Alentejo - contemplado com mais 3 milhões e duzentos mil contos que no ano anterior - não terem usufruído de qualquer reforço financeiro. Ao mesmo tempo, denuncia «a demagogia e o populismo» do PSD que, apresentando-se agora como «campeão em defesa das autarquias», ao longo de 12 anos de poder só contribuiu «para a degradação da capacidade financeira das mesmas.»

BRAGA

Grundig engana trabalhadores

Por sua vez, a Comissão Concelhia de Braga denuncia a situação dos 180 trabalhadores da Audio Hi-Fi Grundig transferidos para a OEM - Norwegian Original Equipment Manufactures -, que se encontram com salários em atraso.

Na altura da transferência, a Grundig, afirmando que se tratava de uma empresa sólida e que o Governo havia já aprovado o projecto de instalação, escondeu dos trabalhadores que a OEM falira na Noruega e havia tido que devolver 150 mil contos por um projecto fracassado em Estarreja.

Ou seja, para os comunistas, a Grundig arranhou uma forma «habilitada» de «despachar» 180 trabalhadores para uma empresa falida e sem património, sem lhes pagar indemnizações. Enquanto isto, negocia mais apoios financeiros do PEDIP, invocando o aumento do número de trabalhadores.

«Quem consente este escândalo?», pergunta a Concelhia do PCP, exigindo a intervenção do Governo no sentido de obrigar a administração da Grundig a assumir as suas responsabilidades.

Pelo seu lado, o PCP, através do seu Grupo Parlamentar, apresentou já um requerimento ao Governo, indagando das razões que o levaram a apoiar a instalação desta empresa em Braga e sobre como pensa resolver o problema dos salários em atraso e dos postos de trabalho dos 180 trabalhadores da Audio Hi-Fi Grundig.

Comissão Política sobre os Referendos

Perguntas geram verdadeiro clamor

«A pergunta do referendo sobre a integração europeia, além de ferida de inconstitucionalidade, é hoje uma evidente fraude reconhecida pela generalidade dos cidadãos.» Por outro lado, a possível simultaneidade dos dois referendos, impedindo «a mobilização e esclarecimento do eleitorado sobre as questões em causa», apenas contribuirá para desacreditar ainda mais o referendo como instrumento democrático. Assim, a Comissão Política do PCP, no passado dia 8 de Julho, em declaração proferida por Agostinho Lopes (que a seguir se transcreve), considera que, por uma questão de «simples bom senso» e «lídima vontade de melhorar a participação política dos portugueses em importantes questões da sua vida colectiva», o Presidente da República deve anular o referendo sobre a questão europeia.

1. A Comissão Política do PCP analisou as consequências resultantes da aprovação na Assembleia da República pelo PS, PSD e PP das perguntas dos referendos sobre a União Europeia e sobre a regionalização, e da possibilidade de esses referendos poderem vir a ser marcados para o mesmo dia, tudo isto num contexto político inevitavelmente marcado pelo impacto da forte abstenção verificada no referendo de 28 de Junho. A Comissão Política reafirma, pela sua inteira validade e justeza, as intervenções feitas na Assembleia da República pelos deputados do PCP, que dissecaram pormenorizadamente, no momento próprio, os conteúdos e significados da aprovação de tais perguntas.

2. A Comissão Política do PCP considera que o verdadeiro clamor público da generalidade dos comentadores, analistas, constitucionalistas e personalidades políticas dos mais diversos quadrantes ideológicos e partidários, que ecoou nos principais órgãos de comunicação social do País após o conhecimento concreto das perguntas dos referendos e do contexto do referendo sobre a despenalização do aborto, questionando a forma e conteúdo das perguntas, a sua constitucionalidade, os problemas decorrentes da sua possível simultaneidade e, inclusive, a realização dos referendos por razões políticas, jurídicas ou de simples bom senso, **veio fortalecer e sublinhar a justeza das posições assumidas pelo PCP ao longo deste atribulado processo.**

3. A Comissão Política do PCP julga-se no inteiro direito de exigir o completo esclarecimento das responsabilidades políticas pela situação a que se chegou, elucidação que não deve deixar margem para qualquer dúvida. O PCP recorda que esteve desde muito cedo contra opiniões e decisões do PS, PSD e PP sobre esta matéria em sede das direcções partidárias, da Assembleia da República e do Governo, que acabaram por configurar um processo que agora desembocou nas perguntas que são conhecidas. As apreciações e

considerações agora feitas por outros repetem várias questões para que, em tempo oportuno, o PCP alertou e previu. Assim, o PCP não aceita que, a coberto de diversos substantivos colectivos, da abstracta «classe política», dos «políticos» ou dos «dirigentes partidários», baseados no puro e simples esquecimento das diferentes posições assumidas pelo PCP, se procure meter e misturar tudo e todos no mesmo saco. Tudo e todos amalgamar numa informe (ir)responsabilidade colectiva, assim promovendo a absolvição segura dos partidos que têm pesadas culpas no cartório. **O PCP não aceita que se faça tábua rasa dos acordos, negociatas, conluíus, reviravoltas, cedências e cumplicidades do PS, PSD e PP que, às claras e às mais das vezes às escuras, por tacticismo, eleitoralismo ou pura e simples falta de coragem política, provocaram toda esta embrulhada.** No processo de revisão constitucional. No processo da regionalização. No processo de abordagem da questão europeia. Como, aliás, no processo do referendo sobre a despenalização do aborto.

4. A Comissão Política do PCP insiste em afirmar que:

- A pergunta do referendo sobre a integração europeia, além de ferida de inconstitucionalidade, é hoje uma evidente fraude reconhecida pela generalidade dos cidadãos. Tal referendo só pode ser defendido por quem tem a consciência pesada e teme o esclarecimento e a livre opção do eleitorado sobre as questões da União Europeia que, de facto, deviam ser sujeitas a referendo. As recentemente sugeridas saídas para um possí-

vel «não» no referendo europeu, só podem ser admitidas como exercício de ficção política e, a serem perflhadas pelos responsáveis governamentais, só confirmariam uma de duas coisas: ou que a pergunta foi de facto redigida para obter um sim esmagador, ou que o referendo não serve para nada;

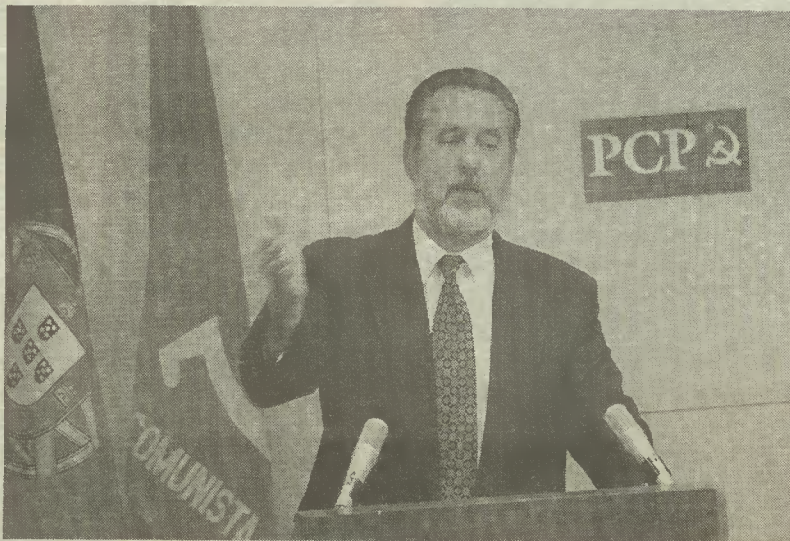
- A possível simultaneidade dos dois referendos, para lá da duvidosa constitucionalidade, só pode ser defendida por quem, intencionalmente ou não, não quer uma efectiva mobilização e esclarecimento do eleitorado sobre as questões em causa. Basta recordar, como tem sido evidenciado por muitos face ao acontecido no referendo sobre a despenalização do aborto, o significado perturbador e confusionalista de duas campanhas simultâneas, com duas séries de tempos de antena, a multiplicidade de variantes dos apelos ao voto, a que se somariam inevitáveis e

complexos problemas técnicos não desprezíveis em matéria de participação eleitoral: mesas com dois cadernos eleitorais ou um caderno com duas colunas, dois boletins de voto, duas urnas, etc., etc. Pode dizer-se que a pretendida simultaneidade contribuirá para desacreditar ainda mais o referendo como instrumento da democracia portuguesa, já seriamente abalado com a experiência de 28 de Junho!

5. A Comissão Política do PCP reafirma a necessária convergência de opiniões e vontades para evitar o que deve e pode ainda ser evitado, reduzindo ao mínimo os evidentes custos políticos de algumas decisões, no mínimo pouco reflectidas. Um clamoroso erro não pode ser corrigido com um erro maior. O simples bom senso, uma lídima vontade de melhorar a participação política dos portugueses em importantes questões da sua vida colectiva, a defesa dos créditos democráticos do referendo que merece sobrepor-se a estritos e curtos interesses partidários, devem prevalecer para anular o referendo sobre a questão europeia, decisão que, no entender do PCP, o Presidente da República deve assumir para defesa do prestígio das instituições democráticas e por respeito pelo povo português.

É com este sentido democrático, cívico, e a consciência tranquila de quem não contribuiu para a confusão instalada, bem pelo contrário, que o PCP continuará a pronunciar-se e a intervir sobre estes assuntos.

Assim, o PCP vai solicitar uma audiência ao Presidente da República para, de viva voz, lhe transmitir a sua apreciação e as suas preocupações sobre a actual situação e as questões dos referendos.



Borba

PS bloqueia obras

Depois de reduzir os Fundos Comunitários para o Alentejo, o Governo decidiu devolver à Câmara de Borba projectos no valor de 531 mil contos já aprovados (obras na Estrada das Cortes, alargamento e repavimentação de arruamentos, etc.), alguns deles agora comprometidos e outros só viabilizáveis se o Governo criar condições para que a Câmara receba as verbas previstas.

Face à situação, a CDU apresentou na Assembleia Municipal uma moção exigindo que a Câmara de Borba fosse reembolsada das verbas que deveria receber. Mas, «inexplicavelmente», segundo a Comissão Concelhia de Borba do PCP, o Partido Socialista votou contra a moção, deixando claro «quem defende Borba e quem se deixa conduzir por interesses partidários».

Com esta atitude, acusam os comunistas, o PS acaba por transformar-se «em oposição bloqueadora, não apenas ao trabalho dos órgãos autárquicos, mas claramente aos interesses dos municípios e do concelho».

Emigração

Ensino do Português
é decisivo para a integração

A Direcção da Organização na Emigração do PCP realizou em Lisboa, no dia 9 de Julho, uma mesa-redonda sobre o Ensino e a Língua Portuguesa que reuniu várias dezenas de especialistas do ensino, representantes de organizações convidadas e quadros do PCP com responsabilidades na emigração em diferentes países e contou com a participação do deputado do PCP especializado nas questões da emigração, José Calçada, de João Armando, do Comité Central, e de Henrique Sousa, membro do Secretariado.

Na reunião, onde foram apresentadas importantes comunicações de especialistas convidados (caso das professoras da Universidade do Minho, Maria Engrácia Leandro e Sofia Afonso), participaram também dirigentes da CGTP-IN, da FENPROF, do Sindicato dos Professores no Estrangeiro, do Sindicato dos Trabalhadores Consulares e Diplomáticos, da Obra Católica das Migrações, do Centro Europeu de Formação e Estudos sobre Migrações, do Groupe de

Recherches Inter Disciplinaire sur le Français.

O grau de eficácia do ensino da nossa língua e cultura no seio das comunidades portuguesas foi um dos pontos que ressaltou no debate como factor decisivo para uma integração bem sucedida dos jovens originários da nossa emigração no sistema educativo português. Razão por que o Estado português deve fazer aqui um investimento quantitativo e qualitativo muito maior, de forma a vencer as gra-

ves carências existentes, designadamente na melhoria da programação da RTP.

No decurso da discussão foi apontada a necessidade da criação de um serviço especializado de aconselhamento quanto aos problemas da transição dos sistemas educativos de outros países e acesso ao ensino de Português - apoiado na rede de serviços consulares e ligado ao Ministério da Educação - e a constituição de bases de dados para consulta de professores e jovens lusodescendentes acerca, por exemplo, de currículos e evolução do sucesso escolar.

Um programa de Cursos de Verão para jovens que querem preparar o regresso ou projectam uma relação mais estreita com Portugal, a organização de cursos intensivos de língua e cultura portuguesa como complemento do sistema de ensino e a viabilização oficial de formas de comunicação entre profes-

res e responsáveis dos estabelecimentos de ensino de origem noutros países e das escolas portuguesas foram ideias que também surgiram. Para José Calçada, a resolução dos problemas passa pela «defesa de uma escola pública de qualidade como matriz central de uma política de educação democrática e não pela via da desresponsabilização social do Estado», sendo de valorizar o trabalho dos professores que procuram responder «ao problema da língua portuguesa não ser já para muitos lusodescendentes a sua língua materna», apesar de se situar entre as 6 línguas mais faladas no mundo.

Henrique de Sousa, do Secretariado do CC e responsável no PCP pelo sector das Migrações, afirmou, por sua vez, no encerramento dos trabalhos, que «apostar» no ensino da língua e da cultura portuguesa nas comunidades portuguesas «não é uma



O encontro chamou a atenção para o facto de muitos lusodescendentes já não considerarem o Português a sua língua materna

despesa mas um investimento decisivo para o futuro da relação de Portugal com a nossa diáspora e para o próprio desenvolvimento de Portugal.» E chamando a atenção para a influência da emigração portuguesa e das suas remessas na economia do País, considerou «chocante» a distância entre as palavras do Governo e a realidade de um investimento muito baixo no apoio à emigração portuguesa e ao ensino da nossa língua e cultura.

«Não podemos aceitar», disse Henrique de Sousa, que para uma estimativa oficial de 4,6 milhões de portugueses espalhados pelo mundo haja apenas pouco mais de 57 000 alunos nos cursos de língua portuguesa e pouco mais de 900 professores. Nem que, atingindo as

remessas dos emigrantes para Portugal os 3000 milhões de contos nos últimos cinco anos, apenas estejam previstos 5,7 milhões de contos no Orçamento de Estado para este ano para o ensino da língua portuguesa.

O dirigente do PCP defendeu, assim, que «só uma política diferente», com «um investimento qualitativa e quantitativa mais largo e avançado quanto ao ensino e divulgação da língua e da cultura portuguesas lá fora e no apoio aos que pretendem integrar o nosso sistema educativo», será possível contrariar a tendência para uma crescente integração das comunidades portuguesas nos países de acolhimento e para uma redução do ritmo de regresso.

Mercado do azeite

Regulamento privilegia
países do Norte

A Direcção Inter-Regional do Norte do PCP realizou, na passada sexta-feira, uma conferência de imprensa onde deu conhecimento da sua posição face às medidas da Organização Comum de Mercados (OCM) para o Azeite, aprovadas pelo Conselho de Ministros da Agricultura da UE e as suas implicações para Portugal e os olivicultores portugueses.

Face às más condições climáticas que têm prejudicado fortemente os agricultores da região, José Brinquete, membro do Comité Central, Honório Novo, deputado europeu, e Vítor Martins, membro da Comissão de Agricultura da DIRN, começaram por reivindicar do Governo português a indemnização justa dos agricultores pelos prejuízos sofridos.

Quanto ao regulamento aprovado, sublinharam que o mesmo foi condicionado pela imposição de não aumentar as dotações orçamentais actualmente afectadas ao sector do azeite, condição que, em sua opinião, perspectiva privilegiar as produções do Norte da União e preterir a refor-

ma de sectores estratégicos - como o azeite - para o desenvolvimento sustentado da agricultura nos países do Sul, impõe uma evolução neutra ou mesmo negativa a estes países e põe em causa princípios de solidariedade financeira e critérios de coesão.

Entretanto, o Conselho de Ministros aumentou em 13,8% o valor proposto pela Comissão Europeia para a Quantidade Máxima Garantida (QMG), fixando para Portugal uma Quantidade Nacional Garantida (QNG) superior à que havia sido proposta pela CE mas, em contrapartida, o Governo português abdicou da extensão das ajudas aos produtores de carne de vaca por mais um ano.

Também a possibilidade aberta a Portugal de plantar mais 30 000 ha de olival é mais teórica que prática, diz o PCP, já que, apesar deste aumento, a QNG aprovada para o País tem um valor inferior ao valor apontado pelo Comité Oleícola. Embora permita a Portugal, em 2001, dispor de condições potenciais de produção para reivindicar um substancial aumento de QNG.

O regulamento acaba ainda com o regime fixo de apoio aos pequenos produtores (com produção inferior a 500 kg/ano), ou seja, a mais de metade dos produtores de azeite do país que não só deixarão de ter aquele regime como irão ver diminuído o valor das respectivas ajudas. Aliás, as previsões feitas, apontando para uma diminuição de cerca de 11% no rendimento dos pequenos produtores, particularmente da região da Terra Quente e do Douro Superior, impõe a criação de apoios nacionais específicos e a criação, como em Espanha, de linhas nacionais e regionais de apoio à produção de azeite pelos pequenos produtores.

Por outro lado, o desaparecimento do preço de intervenção no mercado desprotege os olivicultores face às oscilações das produções e excessivo abaixamento de preços de mercado e, ao não proibir a mistura de azeite com outros óleos, põe em causa a qualidade do produto final e permite situações de fraude.

Por fim, os comunistas consideram a decisão do Conselho de Ministros, de não criar qualquer regime especial de apoio à produção de azeitona de mesa (apenas abrindo a possibilidade de os Estados membros virem a afectar uma parte das respectivas QNGs) ferida de «ambiguidade», razão por que entendem ser exigível que o ministro da Agricultura, em articulação com os produtores e as suas organizações, definam propósitos e objectivos em relação a esta produção.

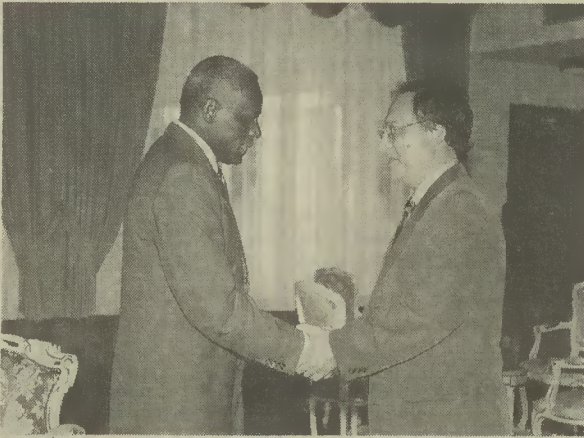
Carlos Carvalhas em Angola
Cooperação devia estar
noutro patamar

A convite do MPLA, no quadro do aprofundamento das relações e cooperação luso-angolanas e do estreitamento das relações entre os dois povos e os dois países, o Secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, visitou Angola, de 4 a 7 de Julho, tendo sido recebido pelo Presidente da República, José Eduardo dos Santos.

Durante o encontro, Carlos Carvalhas, referindo-se à cooperação entre os dois países, con-

de uma solução de paz, afirmando ser «hoje muito claro que há uma força - o MPLA - que tudo tem feito para que a paz seja uma realidade» e outra - a UNITA - «que não cumpre, que tudo faz para impedir que a recuperação económica se consolide, porque joga na instabilidade e com o sofrimento do povo», procurando aquilo a que chama a «guerra social». O que «é intolerável», não se podendo, pois, pedir ao governo «que fique eternamente de braços cruzados ou de mãos atadas».

Para Carlos Carvalhas - recebido no Futungo de Belas durante cerca de uma hora -, também a comunidade internacional, os EUA e a ONU são merecedores de crítica e não podem «continuar a ter uma posição hipócrita, uma postura de dois pesos e duas medidas, como se verifica em Angola e Timor, em comparação com as posições tomadas em relação ao Iraque». Mesmo o Governo português, também ele deve ter «uma posição muito clara», não se



Carlos Carvalhas manifestou a José Eduardo dos Santos a solidariedade do PCP para com o povo angolano no seu esforço por uma solução de paz

siderou que o actual governo português «deu alguns passos mas a cooperação podia e devia estar noutro patamar. Podia e devia ter-se feito mais e melhor». A parceria, disse, «deve ser feita com os angolanos e a cooperação deve ser mutuamente vantajosa e não numa visão unilateral, lucrativista e de vistas curtas». Portugal «deve ter os olhos postos no futuro, estendendo os seus projectos de cooperação a todos os cidadãos angolanos, independentemente de terem ou não origem portuguesa».

Carlos Carvalhas manifestou ainda o apoio e a solidariedade dos comunistas portugueses ao esforço do povo angolano na busca

pode «colocar na posição de Pilatos».

Por outro lado, em relação às últimas medidas decididas pelo Conselho de Segurança, de condenação da UNITA, Carvalhas diz que «são medidas mais de recorte político e psicológico», sendo necessário «ir mais longe».

Por fim, o Secretário-geral do PCP, na audiência com José Eduardo dos Santos, defendeu que, «de acordo com o que tem ouvido inclusive da comunidade portuguesa radicada em Angola», o futuro mediador da ONU deveria «ser uma personalidade africana que desse suficientes garantias de isenção e determinação».

CAMARADAS FALECIDOS

Germínio Martins Lourenço

Faleceu, no passado dia 30 de Junho, com 68 anos de idade, o camarada Germínio Martins Lourenço, residente na Pontinha. Encadernador, reformado, foi um lutador pelos direitos dos trabalhadores. Estava organizado na freguesia da Pontinha, onde, durante muitos anos, foi responsável de Fundos.

Aos familiares e amigos do comunista falecido, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

Açores

Reconstrução exige solidariedade

Oito mortos, mais de uma centena de feridos, cerca de 1500 desalojados, um cenário de ruínas com 1300 casas danificadas, é o balanço provisório do sismo de 5,8 pontos na escala Richter que, na madrugada de quinta-feira passada, abalou os Açores. Um sismo que não terá tido consequências mais trágicas – embora surpreendendo as pessoas ainda a dormir nas suas casas - porque as zonas atingidas são sobretudo rurais.

No início desta semana, a Ribeirinha, freguesia mais afectada pelo abalo telúrico, continua sem abastecimento de água, devido aos estragos verificados em várias condutas. Uma falta que tem tido consequências negativas em termos de saúde pública, uma vez que a sua necessária racionalização faz com que a higiene dos sinistrados seja descuidada.

Um exemplo solto dos muitos problemas a que urge dar resposta. Entre os quais, as sequelas psicológicas não serão dos menores, prevendo-se que, ao medo hoje manifestado de novos abalos, ou de viver sob o tecto de uma casa de pedra, se venham a seguir, nas palavras de psicólogos já a actuar junto da população do Faial, “situações de stress maiores”.

Para já, a reconstrução é uma preocupação maior. Um processo que não poderá ignorar o facto de a maior parte dos moradores das freguesias mais atingidas serem idosos com fracos recursos.

O que reforça a responsabilidade das entidades públicas pela recuperação das suas habitações.

De par da reconstrução de habitações – já foram detectados graves danos em pelo menos 300 casas do Faial, do Pico e de São Jorge -, coloca-se a necessidade das reparações de estradas, pontes, viadutos, aquedutos, bermas, valas e da limpeza das ribeiras e ainda a reparação de condutas de água e instalações eléctricas.

Os elevados prejuízos em explorações agrícolas é outro problema maior, tanto mais que nas freguesias mais devastadas pelo sismo – Ribeirinha, Salao, Cedros, Castelo Branco e Pedro Miguel – a população vive principalmente da agricultura.

Ao drama humano poderão seguir-se reflexos negativos no plano económico. Não é apenas a agricultura a ser atingida. Também o turismo poderá ressentir-se de alguma fuga de turistas. Entretanto, impôs-se o cancelamento da Semana do Mar, uma festa que, só entre as

ilhas do Pico, Faial e São Jorge, faz movimentar milhares de pessoas.

Solidariedade

Face à dramática situação gerada, manifestaram-se desde logo diversas formas de solidariedade. De par dos apoios institucionais, foram lançados movimentos no sentido de recolha de alimentos e bens de primeira necessidade e de fazer chegar donativos.

O PCP tornou naturalmente posição, em mensagem que transcrevemos na íntegra.

O Partido Ecologista “Os Verdes” e o seu grupo parlamentar enviaram uma mensagem em que se solidarizam “com as mágoas das vítimas de mais uma catástrofe natural” que afectou a população açoriana, “associando-se à dor da perda de vidas humanas e

lamentando os prejuízos de bens e haveres sofridos”.

Vai ser hoje votada, na sessão plenária do Parlamento Europeu, uma proposta de resolução apresentada pelos deputados do PCP ao PE.

O texto proposto – passível naturalmente de alguma alteração – manifesta condolências às famílias das vítimas e solidariedade com as populações atingidas. Sublinha a necessidade de adopção de medidas de urgência que permitam encontrar os desaparecidos, socorrer os feridos e, em geral, apoiar as famílias atingidas, nomeadamente assegurando o rápido realojamento daquelas cujas casas foram destruídas. Apela à Comissão Europeia a disponibilização de meios financeiros que permitam materializar uma adequada e eficaz solidariedade, na base de uma cooperação estrita com as autoridades nacionais, regionais e locais.



Imagem das destruições do sismo de 1981. Um drama que se repete

PCP solidário com população açoriana

O Comité Central manifesta a sua total e profunda solidariedade às famílias das vítimas, aos mais de 100 feridos, aos 1500 desalojados e à população em geral das ilhas do Faial, Pico e São Jorge.

Tendo em conta a magnitude do sismo de 8 de Julho, e cujas réplicas continuam a semear a insegurança generalizada nas populações das zonas atingidas, o Comité Central considera que se impõe, a todos os níveis institucionais, a tomada de medidas urgentes e concretas de apoio efectivo e imediato às populações, à demolição de centenas de casas que ficaram inabitáveis, à limpeza dos arruamentos e remoção de todos os escombros.

O Comité Central valoriza a coragem, a entejuda, a solidariedade humana com

que o povo açoriano enfrentou e está a enfrentar mais este momento tão dramático da sua vida.

O Comité Central valoriza também a intervenção das organizações populares e populações, entre os quais os dirigentes e militantes do PCP, da Protecção Civil local e regional, das Associações de Bombeiros, de outras associações de voluntários e empresas privadas, na disponibilização de esforços e meios com vista a mais rapidamente minorar o sofrimento e cuidar das populações atingidas.

O Comité Central considera que se impõe igualmente a elaboração e execução, com carácter de emergência e grande celeridade, de um plano de reconstrução, o qual deve caracterizar-se pela soli-

dez e qualidade das construções e não pelo seu carácter precário, a fim de melhor poderem garantir a necessária segurança e bem-estar a que as populações têm direito.

O Comité Central é de opinião de que, quer o Governo da República quer a Comunidade Europeia, devem dar o apoio necessário às autoridades regionais e municipais, para fazer face à catástrofe que mais uma vez atingiu o povo açoriano.

O PCP intervirá na Assembleia da República, na Assembleia Legislativa Regional e dará seguimento à intervenção no Parlamento Europeu, com a apresentação de propostas próprias ou apoiando outras, no sentido de concretizar a solidariedade efectiva que a situação exige.



Gouveia Monteiro, Vítor Dias e Fernando Rosas, alguns dos intervenientes no debate

Coimbra
Esquerda em debate

Promovido pela Direcção da Organização Regional de Coimbra do PCP, realizou-se, no passado dia 1 de Julho, em Coimbra, um debate subordinado ao tema «O Projecto de Esquerda e de Poder - Que políticas? Com que forças? Por que caminhos?».

No auditório da Faculdade de Economia, que acolheu cerca de 200 pessoas e teve como convidados Boaventura Sousa Santos, Fernando Rosas, Manuel Villaverde Cabral e Vítor Dias, aconteceu um debate vivo e participado que se prolongou pela noite dentro, só terminando à uma e meia da manhã.

As intervenções, quer da mesa quer dos outros participantes, reflectiram diferenças de análise e caracterização da situação mundial e portuguesa e de propostas para o Projecto de Esquerda. Sobre o conteúdo das intervenções, em próxima edição do «Avante!» será dado aos leitores um conhecimento mais detalhado.

Entretanto, era geral a satisfação dos presentes pela iniciativa do PCP de proporcionar um tipo de debate que, como este, pode representar um contributo significativo para os objectivos do Portugal 2000. Enfim, um franco debate à esquerda, respeitador da pluralidade das expressões e das diferenças.

Porto 2001

Um projecto de pontes

Porto – capital europeia da cultura 2001, a posição da CDU foi tema de uma conferência de imprensa, realizada segunda-feira no Centro de Trabalho da Boavista, que contou com a participação de Ilda Figueiredo, vereadora da Câmara Municipal do Porto, e dos deputados municipais Rui Sá, Jorge Sarabando e José Luís Borges Coelho.

Pluralidade, participação, transparência, operatividade são princípios fundamentais que a CDU defende, num projecto “que deve ser estratégico e estruturante no desenvolvimento da cidade”. Um *projecto de pontes* – “pontes entre antigos e novos públicos, entre a cidade, a cultura e a escola, entre património e modernidade, entre criação artística e intervenção cívica, entre memória e devir, entre a cidade com a sua identidade, o País e a Europa”.

Uma outra preocupação, que deve estar sempre presente – “a de que o ciclo de comemorações anunciadas para o Porto não se esgote no efémero, no transitório, que divirta, cultive, eduque, mas seja também estruturante, não se esfume no último dia de 2001 mas deixe obra perdurável, enriquecedora, uma cidade mais moderna e desenvolvida”.

Partindo destes princípios, a CDU avança com um conjunto de propostas:

- A convocação, em tempo útil, de um Fórum da Cultura Portuense, “para o qual sejam convidados artistas e produtores culturais, escolas artísticas, principais colectividades e associações, autarcas, organismos dependentes do

Ministério da Cultura, pelouros culturais e municípios do Grande Porto”.

- A criação de um pelouro que leve o título “Rio Douro”, “como museu vivo da cidade e da região, que permita ordenar e organizar o conjunto de iniciativas necessárias na Marginal, no Centro Histórico, no rico património arquitectónico envolvente, e configurar os elementos de formação de um Museu aberto, na perspectiva de uma abordagem integrada da política cultural, com ligações ao ambiente, ao desporto, à investigação e à economia, com destaque para o turismo cultural”.

- Aproveitamento e qualificação do conjunto de espaços e equipamentos vocacionados para a actividade cultural.

- A constituição de uma Sociedade de capitais públicos para enquadrar todo o processo, como uma solução adequada. Impondo-se, entretanto, “definir as fontes de financiamento, bem como tornar claro que não devem ser associadas ao “Porto 2001” verbas e investimentos relativos a obras e projectos já decididos e orçamentados noutras contas”.

“Vivemos um momento decisivo para o renascimento cultural da cidade do Porto”, sublinha-se no documento divulgado na conferência de imprensa. Para concluir: “Não basta convocar os notáveis e os favoritos habituais. É preciso realizar um inventário do muito trabalho valioso e qualificado que tem sido feito, conhecer melhor o património de cultura popular, dar oportunidade aos artistas da região, muitos deles jovens mas com reais capacidades, que é útil dar a conhecer e projectar.”

TRABALHADORES

"Nobre Escolha"

Os 25 trabalhadores despedidos do supermercado "Nobre Escolha", de Elvas, manifestaram-se segunda-feira à porta da sede da empresa, em Lisboa, para reclamar o pagamento de salários e das indemnizações previstas na lei.

De acordo com os responsáveis do Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços de Portugal, os trabalhadores ainda não receberam o salário de Junho e o subsídio de férias, tendo apenas sido contactados para aceitar o pagamento, em doze prestações, de um terço da indemnização prevista na lei. Os trabalhadores exigem ainda que a empresa entregue a carta de rescisão do contrato e inicie negociações visando o pagamento das indemnizações e de todos os restantes valores em dívida. O supermercado, recorde-se, encerrou no dia 22 de Junho, por determinação do tribunal de Elvas, por atraso no pagamento do aluguer das instalações.

Oeiras

Após uma greve que se prolongou por três noites consecutivas, em protesto pela falta de condições de trabalho e de higiene, os trabalhadores da recolha de lixo de Oeiras obtiveram do presidente da Câmara Municipal o compromisso de que seria aberta a discussão sobre as razões que estiveram na origem desta luta. A análise destas matérias com a administração da autarquia constitui, na perspectiva dos trabalhadores, um passo importante, na medida em que permite discutir conjuntamente, por um lado, as degradantes condições em que exercem o seu trabalho, e, por outro lado, os gestos de coacção, autoritarismo e prepotência das chefias do sector. A este propósito, em abaixo-assinado enviado ao presidente da Câmara, Isaltino Morais, os trabalhadores recordam, por exemplo, a imposição da entrega do seu cartão, pessoal e intransmissível, diariamente, enquanto desempenham as suas funções. Destacado é ainda o que consideram ser a "prepotência e falta de capacidade de diálogo" do responsável dos serviços (eng. Raimundo), actuação que conta com a cumplicidade, acusam, do vereador José Eduardo Costa.

Ferrovários cumprem greve e acusam Governo é responsável pelo conflito

Os trabalhadores ferroviários cumpriram segunda-feira uma greve de 24 horas que voltou a registar um elevadíssimo grau de adesão. Na CP, Refer e Emef, segundo a Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Ferroviários Portugueses (FSTFP), a paralisação situou-se "na ordem dos 100 por cento na maioria dos locais de trabalho".

Os ferroviários lutam por melhores condições salariais e laborais, sendo a greve de segunda-feira a quarta realizada este ano com vista a pressionar as administrações da CP, Refer e Emef a satisfazerem as suas reivindicações.

"Com excepção dos troços Vila Franca de Xira/Gare do Oriente e Queluz-Massamá/Lisboa, toda a circulação ferroviária esteve suprimida em todo o país, no que se refere a comboios de passageiros e mercadorias", refere a FSTFP em comunicado.

Responsabilizando o Governo pelo conflito, a Federação dos Sindicatos Ferroviários realça a unidade e firmeza dos trabalhadores, que, sublinha, souberam de novo manifestar o seu "descontentamento e revolta" perante a intransigência do Governo e dos seus gestores.

Uma intransigência cujos contornos se afiguram pouco claros e que leva a Federação dos Ferroviários a acusar o Governo de "utilizar pessoas e organizações estranhas ao actual conflito para bloquear soluções", pedindo-lhe simultaneamente explicações sobre os motivos que impedem a que se chegue a um acordo. Com efeito, depois de terem sido criadas expectativas quanto a um entendimento, o conselho de gerência voltou atrás, ao que tudo indica em resultado do envolvimento de grupos de pressão encabeçados por dirigentes político-sindicais.

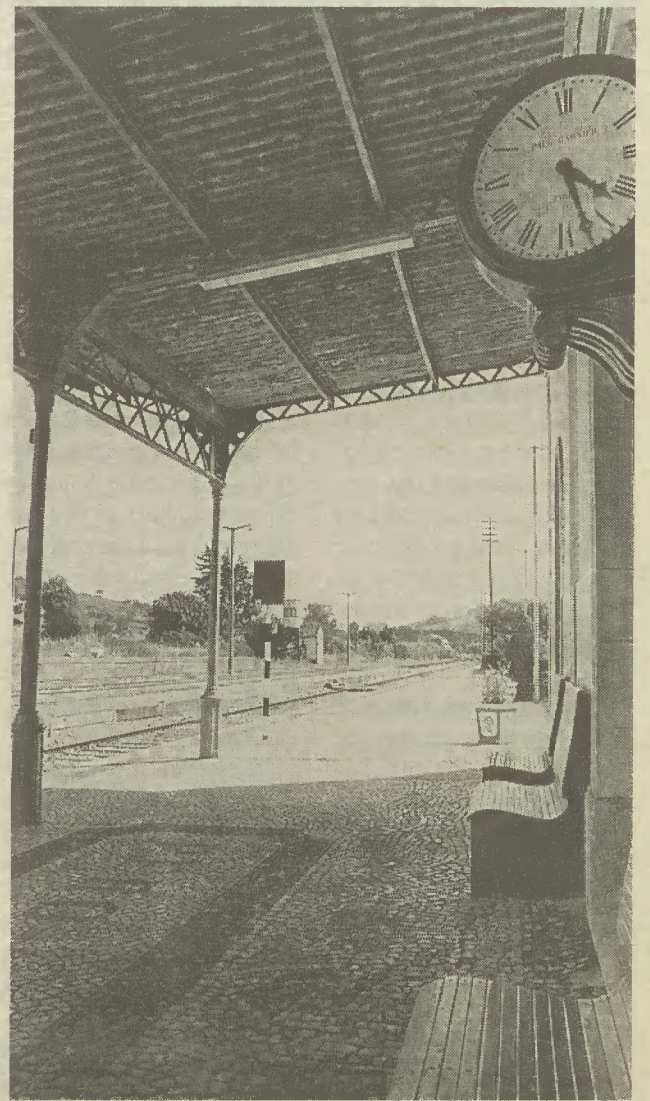
"Que reais interesses se escondem por detrás desta posição? Estará o Governo mais interessado nos transportes alternativos? Estará a criar justificações para começar a falar na privatização?",

interroga-se aquela estrutura sindical.

Acusando ainda os responsáveis da empresa de terem tentado pôr comboios a circular, em violação das normas de segurança e dos equipamentos (como foi o caso da mesa de comando de Vila Franca), a Federação sublinha que só a firmeza do piquete de greve impediu que em Coimbra se tivesse procedido à substituição de trabalhadores - como pretendia o mesmo responsável da CP que em 19 de Junho evidenciara em Aveiro o seu desprezo pela legalidade - , evitando assim a violação da Lei.

Depois de lembrar que os ferroviários "têm razões acrescidas para lutarem", o comunicado reitera o empenho da Federação dos Ferroviários "na resolução do conflito pela via da negociação", salientando que esta "tudo fará para que haja um acordo no decurso desta semana".

"Caso contrário - avisa - , ver-nos-emos obrigados a marcar novas formas de luta, que podem passar por novas greves no sector."



Ferrovários voltaram a paralisar por melhores condições salariais e laborais

Marinha Grande

Trabalhadores da IVIMA manifestam-se

Os vidreiros da IVIMA, na Marinha Grande, manifestaram-se no final da passada semana, nas ruas da cidade, exigindo a clarificação do quadro accionista da empresa e a sua viabilização.

Empunhando bandeiras negras e vermelhas e faixas onde se lia "250 anos do vidro? Deixem-se de m... e resolvam os problemas" e "Basta de mentiras e vigarices: é tempo do Governo assumir as suas responsabilidades", os operários concentraram-se frente à Câmara Municipal, durante 15 minutos, seguindo depois para a Praceta do Vidreiro, onde estiveram cerca de uma hora.

Na base desta paralisação, iniciada faz hoje oito dias, está a inexistência de garantias quanto ao abastecimento de fuel para alimentar o forno. "Os trabalhadores decidiram pôr o forno à brasa (apenas aquecido mas sem hipótese de produção), gastando menos cerca de 40 por cento de combustível, para o aguentarem aceso o maior tempo possível",

explicou, na ocasião, em declarações à Agência Lusa, o coordenador do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Vidreira, Sérgio Moiteiro.

Importa assinalar que o forno, caso seja arrefecido repentinamente, pode rebentar, colocando em causa a possibilidade de recomeço da laboração na em-

presa, existindo simultaneamente o receio de que se esgotem as reservas de combustível para manter o forno à brasa.

Entretanto, os operários exigem uma definição "rápida" do quadro negocial entre o Estado, os accionistas e a Atlantis, empresa apontada como interessada na compra da IVIMA.

"Os accionistas desapareceram, a empresa está entregue aos trabalhadores e estes já não sabem para quem trabalham, pelo que é preciso rapidamente haver uma clarificação da situação", disse Sérgio Moiteiro, acrescentando que os operários não aceitam "a perda de direitos sobre os créditos, caso a Atlantis fique com a IVIMA".

Com cerca de 350 trabalhadores e um passivo de 7,7 milhões de contos - o Estado é o maior credor, através do fisco e da Segurança Social - a IVIMA atravessa uma grave crise, surgindo a possibilidade de aquisição por parte da Atlantis, de Alcobaça, como uma das mais credíveis soluções para o problema da vidreira marinhense.

Já no próximo dia 21

Pilotos das barras voltam à greve

Na sequência de uma luta que paralisou os portos nacionais durante onze dias em Junho, os pilotos das barras ameaçam recorrer de novo à greve a partir do próximo dia 21.

O Sindicato dos Quadros Técnicos do Estado (STE), que representa a maioria dos pilotos, anunciou, face ao silêncio do Governo perante as reivindicações apresentadas, a marcação de três novos períodos de greve. O primeiro desses períodos vai de 21 a 24 de Julho, seguindo-se outro de 27 a 31 de Julho e um terceiro de 3 a 7 de Agosto.

O STE enviou no princípio de Julho um ofício ao Secretário de Estado Consiglieri Pedroso, anunciando que a greve voltaria a ser declarada se não recebesse uma resposta até ao dia 8.

Em comunicado distribuído na semana transacta, o STE diz que até à data não teve qualquer resposta e adianta que "os pilotos não aceitam ser marginalizados" face ao "muro de silêncio que se lhes depara".

As greves realizadas em Junho tiveram uma adesão de 100 por cento e impediram a entrada nos portos nacionais de dezenas de navios de carga e passageiros, o que causou grandes prejuízos económicos.

Os pilotos pretendem ser ouvidos na reestruturação do sector que o Governo prepara e desejam continuar a depender de um Instituto Nacional de Pilotagem e Portos e não serem integrados nas administrações portuárias, onde ficariam sujeitos a critérios de rentabilidade económica, com prejuízo para a segurança dos portos e para a defesa do ambiente marinho.

TRABALHADORES

CGTP-IN convoca plenário nacional para dia 22

Repúdio por alterações à legislação laboral

O plenário nacional de activistas sindicais convocado pela CGTP-IN para o próximo dia 22, no Parque Eduardo VII, em Lisboa, está a suscitar uma forte mobilização em todo o País. Reuniões preparatórias têm vindo a ser realizadas em vários distritos, no quadro das Uniões Sindicais, no sentido de levar à capital uma representação que evidencie o movimento de generalizado repúdio pela recente decisão do Governo de colocar no passado dia 3 de Julho à discussão pública diversos diplomas de alteração à legislação laboral visando precarizar ainda mais o emprego e legalizar o que hoje é ilegal.

Este conjunto de projectos de decretos-lei, recorde-se, foi posto à discussão pública por um prazo de 30 dias, mediante publicação no Boletim do Trabalho e Emprego, o que significa que o Governo decidiu chamar a si a competência para legislar sobre estas matérias.

Ora é exactamente aqui que reside, também, um dos moti-

vos de discordância das organizações sindicais. Entendem que esta é uma competência da Assembleia da República e não do Governo. A União dos Sindicatos de Setúbal, em comunicado onde denuncia veementemente este expediente do Executivo, acusa-o de querer "retirar à Assembleia da República poderes que são da sua exclusiva competência",

lembrando que tal manobra foi já ensaiada por governos anteriores, embora sem êxito, uma vez que foi chumbada pelo Tribunal Constitucional.

Esta opção do Governo só pode entretanto perceber-se num quadro em que se queira "fazer passar diplomas fundamentais para os trabalhadores à margem da participação destes e da opinião pública", segundo a Comissão Executiva da União dos Sindicatos de Setúbal, que fundamenta o seu ponto de vista no próprio facto de os diplomas terem sido colocados à discussão pública precisamente num período em que os trabalhadores se encontram de férias.

Também a Coordenadora das Comissões de Trabalhadores do Distrito de Braga, em nota à imprensa, manifesta o seu repúdio por esta iniciativa

governamental, alertando para a necessidade de ser dada uma resposta, "com unidade e firmeza", contra "este atentado aos direitos dos trabalhadores".

A União dos Sindicatos de Braga, por sua vez, ao mesmo tempo que denuncia este expediente legislativo do Governo, exorta todas as organizações representativas dos trabalhadores a enviarem pareceres para a Assembleia da República reprovando o seu conteúdo.

Intitulado "Governo ataca nas costas dos trabalhadores", a União dos Sindicatos de Évora pronuncia-se igualmente no mesmo sentido, sublinhando que as alterações propostas visam pôr em causa direitos dos trabalhadores. Referida é, concretamente, a alteração ao conceito de retribuição - com a qual o Gover-

no pretende oferecer ao patronato as condições para reduzir generalizadamente o nível médio dos salários -, bem como a flexibilização do horário de trabalho, tentando por essa via pôr em causa o direito ao descanso semanal.

Também a União dos Sindicatos de Santarém veio tomar uma posição pública sobre as intenções do Governo, a quem acusa, para além das já referidas alterações, de ter em preparação um outro pacote de medidas não menos lesivas para os trabalhadores. Oriundas do gabinete do ministro Ferro Rodrigues, alertam, tais alterações visam a redução do período mínimo de férias para 10 dias, a criação de incentivos à contratação a tempo parcial, e a transferência para a Segurança Social dos encargos com o «lay off».

Telecom

Recentemente reunidos em plenário geral, no Porto, os trabalhadores da Portugal Telecom exigiram aumentos salariais que reponham o poder de compra perdido. A harmonização total até Novembro próximo das distorções salariais existentes na empresa, bem como dos valores líquidos das pensões de aposentação/reforma, constituem duas outras reivindicações das dez que integram um corpo de questões constantes da moção aprovada pelos trabalhadores por unanimidade. Nos seus considerandos, a moção faz notar que a actual situação social e laboral da Portugal Telecom é "extremamente preocupante", sublinhando que a sua comissão executiva, perante a complacência do Governo, desrespeita a lei no que se refere à harmonização das pensões de aposentação/reforma, dos horários, dos subsídios e das condições de trabalho. Caso não obtenham resposta às suas reivindicações, de acordo com o texto aprovado, os trabalhadores estão disponíveis para "desenvolver as acções de luta necessárias", tendo ainda delegado no Sindicato Nacional dos Trabalhadores das Telecomunicações e Audiovisual (SINTTAV) poderes de decisão para a escolha dos processos de luta considerados mais ajustados à defesa dos seus interesses.

Lisboa

O Sindicato dos Trabalhadores do Município de Lisboa solicitou a suspensão da transferência de trabalhadores para o edifício municipal no Campo Grande. Formalizada em ofício ao presidente da Câmara, dado a conhecer a toda a vereação, esta tomada de posição surge na sequência de declarações de um técnico da Sub-Região de Saúde de Lisboa que participou na vistoria ao edifício apontando para a existência de "pontos que merecem atenção por representarem riscos para a saúde".

Embora aguardando pelas conclusões do relatório da vistoria, cuja cópia já solicitaram, o Sindicato entende que a imediata suspensão das referidas transferências constitui uma medida preventiva que não pode deixar de ser adoptada.

OEM/Grundig

Salários em atraso motivam queixa

Os trabalhadores da empresa norueguesa OEM, sediada no Complexo Grundig de Braga, queixaram-se na Inspeção de Trabalho contra o atraso no pagamento dos salários de Junho. Os 185 trabalhadores exigem também a intervenção estatal junto da OEM e da Grundig no sentido de "ser clarificado a quem é que os trabalhadores estão ligados em termos de vínculo contratual".

"Nenhuma das duas empresas quer assumir as suas obrigações jurídicas, já que a OEM diz que a responsabilidade dos contratos é da Grundig e esta diz que é o contrário", declarou o dirigente das comissões de trabalhadores do complexo, Ramos Lopes, para quem "ambas se escudam numa guerra de passa-palavra que só prejudica os trabalhadores".

Para além de responsabilizarem aquelas duas empresas pela actual situação, os trabalhadores denunciam ainda o facto de elas estarem na origem da divulgação de informações falsas relativas à capacidade financeira da OEM para suportar esta actividade industrial, assente na produção de aparelhagens de Hi-Fi para a Grundig.

De acordo com aquele sindicalista, os responsáveis da Inspeção de Trabalho comprometeram-se a promover uma reunião que junte à mesma mesa as duas empresas e as organizações representativas dos trabalhadores.

A deslocação dos trabalhadores à Inspeção de Trabalho

surge na sequência de "atrasos sistemáticos" no pagamento dos salários por parte da OEM - a empresa encarregada da produção de aparelhos de alta-fidelidade para a Grundig - e que apenas prevê pagar o ordenado de Junho em meados de Julho.

A Grundig veio a público negar eventuais responsabilidades no pagamento dos salários com o argumento de que os 185 trabalhadores pertencem à OEM, mas os trabalhadores reafirmam que o único vínculo contratual que sempre tiveram é com a multinacional alemã.

"As duas firmas trocam acusações e recados acerca do saldo das contas correntes, mas os trabalhadores não têm nada a ver com isso", salienta Ramos Lopes.

Entretanto, as organizações representativas dos trabalhadores, em comunicado divulgado no final da passada semana, afirmam que "não é tarde" para a Grundig "provar que não agiu de má-fé" ao transmitir



Manifestando-se no passado dia 8, nas ruas de Braga, os trabalhadores reiteraram a determinação em lutar pela defesa dos seus interesses

aquele segmento da produção para a OEM, "quando estava na posse de dados", que, em seu entender, "tornavam evidente a falta de capacidade técnica e financeira" daquela última para prosseguir com a actividade de audio Hi-Fi.

Nessa medida, reclamam, a "Grundig deverá considerar

nulo o acordo que celebrou com a OEM e reassumir a responsabilidade sobre esta unidade industrial".

Recorde-se que a companhia multinacional norueguesa OEM investiu 1,5 milhões de contos na aquisição de instalações no complexo Grundig/Blaupunkt de Braga, destina-

do à produção de aparelhos de alta-fidelidade e material de telecomunicações, mediante um acordo segundo o qual ficou regulado não só a transmissão da produção mas também a manutenção dos trabalhadores, que conservam os direitos adquiridos como funcionários da Grundig.

Estutura do curso de enfermagem

Sindicato quer suspender despacho

O Sindicato dos Enfermeiros do Norte (SEN) decidiu apresentar em tribunal uma providência cautelar destinada a suspender o despacho que define a estrutura do curso superior de Enfermagem. Em comunicado, o SEN afirma que o despacho conjunto dos ministérios da Saúde e Educação não alterou "em nada" a estrutura anterior do curso, que continua a ser "bacharelato de três anos e especialidades de dois, que apenas podem ser frequentadas com dois anos de experiência profissional".

O sindicato decidiu também "dar um prazo" à ministra da Saúde, Maria de Belém Roseira, até Outubro para alterar o despacho 480/98, "de modo a que o curso passe para licenciatura de base de quatro anos".

O SEN deliberou ainda "discutir com as escolas e outras estruturas sindicais e associações profissionais os moldes em que serão dados os complementos de formação aos profissionais já em exercício", bem como os moldes em que "serão feitas as especialidades".

Debata sobre América Latina no Porto

No quadro dos debates sobre temas da actualidade que o sector intelectual do Porto está a promover, realizou-se na semana passada um encontro sobre a América Latina com a presença do jornalista uruguaio André Martin. Perante uma assistência predominantemente jovem, este conhecido analista fez um breve historial do continente - desde a colonização europeia à actual presença norte-americana - e abordou questões da vida quotidiana, momentos de luta e a situação em diversos países, sublinhando a resistência do povo cubano contra o embargo.

Eleições no Cambodja

O líder do Partido do Povo Cambodjano, Hun Sen, comprometeu-se a «deixar tranquilamente» o poder se o seu partido perder as eleições legislativas que se realizam no próximo dia 26. «Não se preocupem. Se eu perder as eleições, transferirei o poder pacificamente logo após o anúncio dos resultados pelo Conselho Constitucional e pela Comissão Nacional Eleitoral», afirmou Hun Sen, aos jornalistas na sexta-feira passada.

Zedillo recusa mediação da ONU

No fim da semana passada, o secretário-geral das Nações Unidas, Kofi Annan, sugeriu que poderia mediar as negociações de paz entre o governo mexicano e os zapatistas. O executivo liderado por Ernesto Zedillo recusou a oferta. «Não consideramos oportuno internacionalizar o conflito. Trata-se de um gesto de boa vontade, mas creio que podemos solucionar os nossos conflitos entre os mexicanos», afirmou o ministro do Interior, Francisco Labastida Ochoa. Annan chega ao México na próxima terça-feira, onde irá manter contactos com as autoridades e representantes de organizações não governamentais.

Guiné-Bissau

A guerra continua

O conflito na Guiné-Bissau continua sem perspectivas de resolução. A força das armas persiste em abafar as iniciativas diplomáticas, a situação social degrada-se e um número crescente de refugiados encontra-se à mercê da ajuda humanitária. Uma ajuda que a lógica da guerra tem impedido de chegar aos seus destinatários.

Nos últimos dias, notícias contraditórias sobre a permanência de unidades portuguesas em águas guineenses dão nota das dificuldades dum processo que parece esgotar em críticas e desconfianças parte dos esforços que importaria canalizar para a busca de uma solução pacífica do confronto. De concreto sabe-se que regressam a Lisboa as corvetas «Honório Barreto» e «João Coutinho», que faziam parte da Força Naval Portuguesa na região. Em águas guineenses permanece a fragata «Vasco da Gama» e um navio de apoio «Bérrio».

Segundo um comunicado do Estado-Maior da Armada distribuído segunda-feira, as duas corvetas terminaram a sua participação na operação humanitária em que desembarcaram ao todo 571 pessoas retiradas de Bissau e desembarcadas na Cidade da Praia, Cabo Verde.

O regresso das referidas unidades insere-se, de acordo com o documento, «nas medidas superiormente determinadas» de manter «uma presença naval mínima» junto à Guiné-Bissau e «o apoio à mediação de paz».

A explicação não suscitaria dúvidas se, contrastando com a retirada portuguesa, não se registasse a permanência de dois navios de guerra franceses nas águas do rio Geba, alegadamente em «missão humanitária».

Os navios detectados por equipas de televisão portuguesas são o «Foudre» e o «Drougou»; o primeiro, para além de

lanchas de desembarque, tem a bordo dois helicópteros.

Se é de ajuda humanitária que se trata - e bem precisam dela os guineenses -, uma questão obviamente se coloca: o que leva a Guiné-Bissau de «Nino» Vieira a dispensar a ajuda portuguesa?

Um relatório comprometedor

A corrupção é um «fenómeno universal» e a Guiné-Bissau não foge à regra - esta uma conclusão do relatório que a Inspeção Superior Contra a Corrupção (ISCC) enviou em Março último à Assembleia Nacional Popular (ANP) da Guiné-Bissau, e onde se podem encontrar respostas para a compreensão da situação que se vive no país.

O relatório, divulgado pela Lusá, surgiu na altura do alegado apoio militar de Bissau aos independentistas do Movimento das Forças Democráticas de Casamansa (MFDC) e que antecedeu a revolta militar no país, iniciada a 7 de Junho último. Nele se assume claramente a existência de corrupção no país, admitindo o presidente da ISCC, Lassana Seidi (nomeado em 1995 por «Nino» Vieira) que muito pouco se tem feito para que a Inspeção leve a cabo a sua missão com eficácia.

«O mais grave e inaceitável é o facto de, volvidos 24 anos após a nossa Independência, não termos ainda o hábito de apresentar, para apreciação e

aprovação atempada pelos órgãos competentes (ANP e Tribunal de Contas), as Contas Gerais do Estado», afirma.

«Não deixaremos de manifestar a nossa insatisfação pelo facto de, não obstante a ISCC ter já concluído e remetido às autoridades competentes quatro relatórios finais de processos de denúncia, constatarmos uma certa indiferença de algumas dessas entidades em termos de reacção, no sentido de dar seguimento legal e adequado», refere-se no documento.

Segundo Seidi, «o mais grave e preocupante» neste combate à corrupção é de moralização da sociedade guineense surge «quando as resoluções (Lei por excelência) da própria ANP, órgão máximo de soberania do país, começam a cair numa grande caixa, sem fundo e sem qualquer tipo de ressonância».

O relatório, que nunca refere nomes, aponta «a existência de situações em que muitos responsáveis (políticos) exercem actividades empresariais privadas paralelas na área do respectivo pelouro, situações que são, no mínimo, nebulosas, antiéticas e imorais e que, como tal, não devem ser admitidas».

A ISCC sublinha ainda o «enriquecimento súbito e inesperado de muitas pessoas responsáveis, ou que foram responsáveis, pela gestão dos bens, dinheiros ou outros interesses públicos».

Sete causas ... e a consequência

Considera o documento que o «crescente alastramento» da corrupção na Guiné-Bissau «se deve apenas à falta de aplicação adequada e eficaz dos mecanismos e medidas de

«Solidariedade activa»

Reunido no passado sábado, o Comité Central do PCP discutiu a questão da Guiné-Bissau e reiterou a sua posição de defesa por «uma solução pacífica negociada do conflito que permitisse pôr termo à guerra e aos gravíssimos sofrimentos do povo».

«Infelizmente, foi outro o rumo dos acontecimentos, com a falta de resultados de sucessivas tentativas de mediação, o arrastamento do conflito armado, o negativo envolvimento directo de poderosas forças militares senegalesas, pesadas perdas em vidas humanas e bens materiais, centenas de milhares de refugiados», lê-se no documento aprovado.

«É urgente pôr fim à situação dramática que está a devastar um país com muitas fragilidades e economicamente atrasado e a comprometer o futuro e a real independência da República da Guiné-Bissau, independência que foi duramente conquistada através da luta heróica conduzida pelo PAIGC», apela o CC.

Neste sentido, «o PCP considera necessário persistir na procura duma solução política que garanta a paz, no respeito pela independência e integridade territorial da Guiné-Bissau, com o fim da internacionalização militar do conflito, o regresso aos seus países das tropas estrangeiras, a urgente ajuda humanitária às populações (abrindo-se corredores humanitários que permitam a sua justa canalização) que correspondem a interesses e direitos fundamentais que o povo da Guiné-Bissau conquistou e com os quais os PCP é inteiramente solidário».

«Portugal não poderá faltar com a sua solidariedade activa e desinteressada, nomeadamente no plano da ajuda humanitária que ao governo português compete incentivar nesta hora dramática para o povo da Guiné-Bissau», acrescenta o Comité Central.

fiscalização e de controlo, consideradas perfeitamente normais e indispensáveis em qualquer Administração Pública moderna», e enumera sete causas para a corrupção, entre as quais se conta «o depósito, nalguns casos, de dinheiros públicos nas contas pessoais»; «a dispersão descontrolada dos fundos públicos»; e a «omissão de dever de criar ou activar os mecanismos de fiscalização e controlo financeiro regulares sobre as empresas públicas e de capitais públicos, as empresas de economia mista e as empresas concessionárias dos serviços públicos».

«Todas estas situações constituem condições férteis para o florescimento de vários tipos de corrupção, como o suborno, extorsão, jeitinho nos impostos, corrupção judiciária e poli-

cial e corrupção na área administrativa, como são os conhecidos casos de existência de milhares de funcionários fictícios, a criação de lugares ou funções fictícias apenas para suportar amigos, etc.», refere o documento, que alerta para as consequências daí inerentes, em particular no respeitante às desigualdades e injustiças sociais e, sobretudo, ao «comprometimento da paz social reinante».

Escassos meses depois, a 7 de Junho, a Guiné-Bissau mergulhou na guerra. Uma situação que está no centro das atenções da II Conferência da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), a decorrer desde segunda-feira e até amanhã na Cidade da Praia, em Cabo Verde, e em que o grande ausente é justamente «Nino» Vieira.

Negociações de paz avançam na Colômbia

Um dia depois do presidente eleito da Colômbia se ter encontrado com o comandante Manuel Marulanda, das FARC, na selva, iniciou-se no domingo o processo de diálogo entre os guerrilheiros do ELN e delegados do Conselho Nacional de Paz, em Renânia, perto da cidade alemã de Maguncia.

Trata-se de duas iniciativas paralelas, que na opinião do chefe guerrilheiro Francisco Galán (ELN) «são propostas complementares, somam vontades, são convergentes, abrem caminhos de diálogo sobre a crise do país e convocam a unidade nacional». «São duas vias de um mesmo processo, não são caminhos diferentes ou

contraditórios», explicou numa entrevista radiofónica.

A iniciativa não oficial que juntou à mesma mesa elementos do ELN e representantes dos grupos intelectuais, empresariais e sindicatos procurou construir uma base comum para aceitar as negociações de paz, nomeadamente no que diz respeito à questão de recrutamento de crianças, a utilização de minas antipessoais, o sequestro, os atentados a oleodutos e a integração dos guerrilheiros na sociedade civil.

Este é um importante passo para a concretização de um acordo de paz. O conservador Andrés Pastrana, eleito chefe de Estado no dia 21 de Junho, só assume o seu lugar a 7 de Agosto.

Contudo, e tal como se comprometeu durante a campanha eleitoral, já iniciou as diligências para as negociações. Para o comandante Marulanda, o encontro que manteve com o presidente eleito foi «vital, histórico e de grande transcendência».

Pastrana anunciou o acordado, entre o que se conta a promessa de «avançar desde agora com o estabelecimento das condições para a desmilitarização dos cinco municípios e instalar as mesas de negociações nos primeiros 90 dias do meu governo».

As FARC apresentam há vários anos a retirada do exército destes cinco municípios como condição para negociar uma saída política, exigên-

cia que agora será satisfeita. Um total de 47 mil quilómetros quadrados das selvas do sul do país serão a curto prazo abandonadas pelos militares.

«Podemos concluir que a paz já é um processo irreversível na Colômbia», afirmou o actual presidente, Ernesto Samper.

Entretanto, os combates entre o exército e os guerrilheiros continuam. Durante a semana passada, 27 membros das FARC foram mortos, segundo informações veiculadas pelas Forças Armadas.

No terreno, a situação pouco se alterou. A evolução regista-se apenas na área das negociações. O futuro dirá se se estenderá ao terreno.

Angola

Cresce a instabilidade

A situação político-militar que se vive em Angola está a suscitar «extrema preocupação» ao Conselho da República - órgão de consulta do presidente José Eduardo dos Santos -, que já aconselhou o presidente angolano a tomar «algumas medidas». Esta posição, divulgada em meados da semana passada, surge num momento em que se multiplicam as notícias referentes a combates entre forças da Unita e a polícia nacional.

Desconhece-se o tipo de medidas a implementar pelo Chefe de Estado angolano, mas em Luanda admite-se que, a persistir o desrespeito da Unita pelos compromissos assumidos no âmbito dos acordos de paz, o movimento de Jonas Savimbi possa ser ilegalizado e encerrada a sua recém-inaugurada sede na capital do país.

Segundo informações veiculadas pela Lusa, os confrontos estendem-se agora à Província do Cuanza Norte, onde forças da Unita tentaram ocupar a sede municipal de Quiculungo.

A insegurança em Angola pode ser atestada pela saída precipitada da Assistência Médica Internacional (AMI) e das restantes Organizações Não Gover-

namentais (ONG) das províncias de Cuanza Norte e Huíla.

De acordo com um comunicado da AMI, as Nações Unidas e a UE consideram não estarem reunidas as condições mínimas de segurança para a actuação humanitária junto das populações, que agora ficam numa situação que a AMI considera «extremamente preocupante», abandonadas a «um destino marcado pela fome, pela doença, pela guerra e pelas muitas minas espalhadas pelo território».

Sanções em vigor

Portugal pôs entretanto em vigor as sanções adicionais

contra a UNITA aprovadas a 12 de Junho pelo Conselho de Segurança da ONU.

Segundo uma fonte do gabinete do ministro dos Negócios Estrangeiros citada pela Lusa, o Ministério «oficiou oportunamente para os diversos departamentos governamentais competentes a fim de dar execução as disposições relevantes da Resolução 1173 do Conselho de Segurança». Nem outra coisa haveria a fazer, explicou, uma vez que, tendo a União Europeia adoptado a resolução do Conselho de Segurança, «daí resulta a sua aplicabilidade directa e automática na ordem jurídica interna portuguesa».

A decisão da União Europeia foi anunciada quarta-feira, em Bruxelas, e torna obrigatória a aplicação das sanções por todos os 15 Estados-membros. A UE justifica as sanções com a necessidade de punir a Unita pelo incumprimento das suas obrigações no quadro do processo de paz angolano.

A resolução prevê o congelamento de fundos e de outros recursos financeiros detidos pela UNITA, pelos seus dirigentes ou membros, assim como pelos respectivos familiares directos, e proíbe, por outro lado, as importações de diamantes de Angola não acompanhadas de certificados de origem emanados do Governo de Unidade e Reconciliação Nacional.

A resolução proíbe ainda a venda e compra de equipamento de minas, bem como a prestação de serviços nesse domínio a pessoas ou entidades das áreas do território angolano não controladas pela administração do Estado. A venda e compra de veículos motorizados, barcos e peças em separado a par dos serviços de transportes, aéreos ou terrestres, são também abrangidos pela proibição.

Japão

Comunistas duplicam votação

Os eleitores japoneses estão descontentes com as políticas económicas do governo. Prova disso é o resultado das eleições para o Senado, realizadas no domingo, onde se verificou um elevado índice de participação (58 por cento, contra os 44 por cento de 1995) e uma acentuada diminuição dos votos no Partido Democrata Liberal (PDL), no poder.

Reagindo ao escrutínio, o primeiro-ministro, Ryutaro Hashimoto, apresentou a sua demissão na segunda-feira assumindo «toda a responsabilidade» da derrota do seu partido. Contudo, não deixou de dizer que o seu sucessor deverá seguir as reformas por ele iniciadas.

São estas reformas - que envolvem nomeadamente o sistema bancário - que levaram a estes resultados, segundo o Partido Comunista do Japão (PCJ). Enquanto o PDL perdeu 17 dos 61 lugares que tinha, os comunistas atingiram números-recorde, passando de 6 para 15 lugares. Recebendo 8,2 milhões de votos (14,6 por cento), o PCJ viu a sua posição reforçada também nas prefeituras da Área Metropolitana de Tóquio, Osaka, Saitama, Kanagawa, Aichi, Kyoto e Hyogo.

«Impondo uma série de medidas adversas como o aumento dos impostos de consumo e as taxas médicas, o executivo de Hashimoto provocou a diminuição do poder de compra e uma depressão económica sem precedentes no Japão do pós-guerra. O julgamento dos eleitores é uma resposta clara de recusa à incapacidade do governo de tomar medidas efectivas no sentido de acabar com a depressão e à sua falta de atenção quanto aos problemas do dia-a-dia das pessoas», consideram os comunistas numa nota enviada à imprensa.

«Ao mesmo tempo, devemos dar grande importância ao facto de a decisão dos eleitores não só reflectir o seu criticismo no que diz respeito às políticas específicas do PDL, mas centrar-se na política de "sobe e desce", que dá prioridade aos interesses da maioria das companhias e obedece aos conselhos dos Estados Unidos», sustentam.

O PCJ defende a dissolução imediata da Casa dos Representantes e a convocação de eleições gerais. Para isso, compromete-se a desenvolver esforços no sentido de criar uma cooperação entre os partidos da oposição.



O resultado das eleições é uma resposta clara de recusa às políticas do Governo, dizem os comunistas

Greve em Espanha

Nos próximos dias 31 de Julho, 1 e 2 de Agosto, os 8 mil empregados da empresa espanhola Aeroportos Nacionais estaram em greve, reivindicando um aumento salarial de 2,1 por cento, a limitação das horas extraordinárias e a passagem aos quadros da empresa de meio milhar de assalariados com vínculo precário. A greve envolve todo o pessoal de terra, incluindo bombeiros, funcionários de relações públicas e empregados da limpeza.

Palestinianos e israelitas negociam

O Departamento de Estado dos Estados Unidos anunciou na segunda-feira que palestinianos e israelitas aceitaram manter reuniões directas a curto prazo. «Se queremos que os nossos esforços cheguem a bom porto, os contactos entre as duas partes são essenciais», afirmou um responsável norte-americano. «A Autoridade Palestiniana, em princípio, não se opõe aos encontros bilaterais com o Governo israelita, com a condição de que não sejam uma perda de tempo e de que se adoptem decisões», declarou Saeb Erekat, chefe do grupo negociador palestiniano. «Mas, se Netanyahu pensa que a percentagem de 13 por cento ou a questão da Carta podem ser renegociados, tem falsas ilusões», acrescentou.

Novo projecto para o Kosovo

A França e a Grã-Bretanha anunciaram, na semana passada, que estão a elaborar um projecto de resolução para o Conselho de Segurança das Nações Unidas com fim a pôr fim ao conflito do Kosovo e a implantar um cessar-fogo imediato entre as autoridades sérvias e os independentistas albaneses. Esta iniciativa é orientada «para permitir um diálogo significativo entre as partes» e apela a Belgrado e aos rebeldes que garantam a segurança dos observadores internacionais.

Kosovo

Os separatistas afinal existem

Uma das contradições do Grupo de Contacto para o Kosovo, integrado por representantes dos Estados Unidos, Rússia, Alemanha, Grã-Bretanha, França e Itália, radica no facto de ter insistido em abordar a situação que se vive naquele território como se não existisse um autodesignado 'Exército de Libertação do Kosovo' (ELK), que de armas na mão pugna pela independência em relação a Belgrado.

Até à data, tudo se parecia resumir a mais uma malvadez do presidente jugoslavo Milosevic contra a minoria albanesa, cujas reivindicações de autonomia se proporia esmagar lançando as forças armadas contra a população indefesa. Daí as exigências da «comunidade internacional», indignada com o recurso a alegados meios desproporcionados e desumanos por parte de Belgrado; as ameaças de intervenção da NATO; a exploração do drama dos refugiados.

Eis que agora - porventura porque já não pode continuar a ignorá-lo - o Grupo de Contacto, reunido a semana passada em Bona, reconheceu a existência do ELK e a sua acção armada no Kosovo. Numa declaração comum, e sem nunca nomear explicitamente o ELK, os representantes dos seis exigem o «fim imediato das hostilidades do Kosovo». O cessar-fogo, dizem, deve «preparar o terreno para uma retoma das negociações» entre Belgrado e os albaneses do Kosovo sobre o estatuto futuro da província. Os negociadores, como ficou claro, «devem ser perfeitamente representativos», o que representa uma porta aberta aos separatistas, os mesmo que há dias clamavam contra a falta de representatividade de Ibrahim Rugova, o «presidente» dos kosovares.

Embora o Grupo de Contacto coloque como condição prévia às negociações que todos os membros da parte albanesa do Kosovo se com-

prometam a contribuir para «uma solução pacífica e a rejeitar a violência e os actos de terrorismo», nem todos estão de acordo quanto à participação do ELK.

A Rússia, por exemplo, considera que «contactos discretos para resultados práticos, como, por exemplo, sobre o cessar-fogo, são uma coisa», mas não vê com bons olhos «negociações a nível político que apenas podem legitimar grupos armados», como declarou o emissário russo para o Kosovo, Nikolai Afanassievski.

Os Estados Unidos, por seu turno, dizem agora opor-se a qualquer acção da NATO que signifique um apoio moral ou militar ao ELK.

Em declarações em Washington, o secretário da Defesa, William Cohen, insistiu no facto de os Estados Unidos procurarem uma solução diplomática para a crise na província sérvia e considerou que a utilização da força só deve acontecer como último recurso.

«Por um lado, nós não queremos que o presidente jugoslavo Milosevic possa atacar vítimas inocentes e utilizar uma força desproporcionada como no passado», disse Cohen, mas da «mesma maneira, não queremos medidas da NATO que possam ser vistas como um apoio moral ou militar aos que querem a independência» do Kosovo.

«Pensamos que a melhor forma é a solução diplomática, não a militar. Esta seria a última opção, nunca a primeira», garantiu Cohen.

No imediato, a opção passa pela apresentação de um projecto de resolução ao Conselho de Segurança da ONU, cuja feitura foi entregue à França e à Grã-Bretanha. De acordo com notícias divulgadas em Paris, o projecto indicará expressamente que serão tomadas medidas adicionais se não cessarem os confrontos entre as forças sérvias e os separatistas albaneses. Medidas que, presume-se, terão de ser previamente aprovadas pelo Conselho de Segurança.

Resultados expressivos na Hotelaria culminam

Os quatro magníficos numa luta de cinco

Nos hotéis Ritz, Sheraton, Tivolis e Penta foram desencadeadas, em Abril, lutas laborais como não se via há uma dezena de anos. Como resultado da unidade e da combatividade dos trabalhadores, foram obtidos importantes ganhos salariais que permitiram recuperar perdas antigas e demonstraram que o sector tem capacidade para remunerar melhor os trabalhadores. As adesões quase totais às greves naqueles «quatro magníficos» da Hotelaria de Lisboa fizeram-se repercutir em mais uma dezena de hotéis, que não chegaram a entrar em greve. Os efeitos sentem-se igualmente no reforço das organizações dos trabalhadores, que preparam com serenidade e determinação o prosseguimento da luta por reivindicações ainda não satisfeitas.

Na sede do Sindicato da Hotelaria do Sul encontramos-nos com alguns dos homens e mulheres que, ao longo de anos e com sacrifícios pessoais que valem ainda mais por serem voluntários, têm insistido em lutar por objectivos que consideram justos e que, contra todos os obstáculos e adversidades, ergueram com os seus camaradas de trabalho uma muralha de unidade, organização e acção.

Leonor Sacramento Carvalho, empregada de andares, trabalha há 25 anos no Hotel Sheraton. É dirigente sindical e faz parte da Comissão de Trabalhadores.

Maria do Carmo Rodrigues trabalha há 30 anos nos hotéis Tivoli. É empregada de andares no Tivoli Jardim, faz parte da Comissão de Trabalhadores e da Direcção do sindicato.

Gabriel Ferreira é dirigente sindical. Pasteleiro no Sheraton, onde começou a trabalhar em 1980, foi «um dos contemplados» no despedimento colectivo de Agosto de 1993.

Alfredo Soares trabalha no Hotel Ritz

delegados sindicais mais activos; uma ofensiva grande também no Ritz, com o despedimento de dois dirigentes; pressões grandes nos Tivolis para rescisões de contratos; no Penta instalou-se um clima de discriminação salarial, com diferenças de 15 até 40 contos, em prejuízo dos trabalhadores inscritos no sindicato.

Em Junho de 1996, a direcção do sindicato e as estruturas representativas do pessoal das quatro empresas resolveram manter reuniões conjuntas cada três meses e tratar em conjunto a apresentação anual dos cadernos reivindicativos. Tiveram bons resultados logo no final de 1996, quando decorreu em Lisboa a cimeira da Organização de Segurança e Cooperação Europeia.

O trabalho conjunto continuou. E «agora, a greve foi aprovada em plenários com 180 trabalhadores», diz Rodolfo Caseiro.

Para o êxito das paralisações de Abril foi determinante a primeira luta, no Ritz, pois «a administração da multinacional apostou forte na intimidação, servindo-se mesmo da polícia

ram um “prémio Expo” de 20 contos, mas cuja atribuição estava sujeita a várias condições; depois da greve, o prémio subiu para 40 contos e as condições de atribuição foram melhoradas».

Não cederam em mais nenhum ponto e tomaram medidas para combater futuras greves: contrataram «imensos estagiários, muitos estrangeiros, até polícias temos a estagiar no Sheraton!». Face a nova greve, em Junho, a directora prometeu reunir, mas depois dos feriados... Nesse intervalo, fez distribuir pelos trabalhadores uma carta à CT, dizendo que não poderia reunir mas que não pagaria aquele prémio de 40 contos a quem tivesse faltas com perda de remuneração (como sucede em caso de greve).

A greve foi suspensa. «Mas as pessoas não estão contentes, somos mal pagos, os nossos ordenados não aumentam acima da inflação há uns bons anos... E há muito dinheiro mal gasto!» — acusa Leonor Carvalho.

Já no Tivoli Jardim e nas outras unidades do grupo, «os trabalhadores estão satisfeitos com o que obtivemos até agora», afirma Maria do Carmo Rodrigues. «Como não acontecia desde há muitos anos, fomos tratados com respeito. Não havia negociações, havia imposição da administração.»

Também é motivo de satisfação a união entre os trabalhadores, visível na grande adesão à greve. Maria do Carmo acha que «se calhar, já devia ter havido lutas há mais tempo, só que as pessoas foram deixando passar. Mas ultimamente notava-se que tinha que haver qualquer coisa que mostrasse o descontentamento à administração. E isso aconteceu com a primei-

ram um “prémio Expo” de 20 contos, mas cuja atribuição estava sujeita a várias condições; depois da greve, o prémio subiu para 40 contos e as condições de atribuição foram melhoradas».

querem ver transformado em «subsídio de Páscoa» anual, como já acontece noutras unidades hoteleiras.

Havia e há no Ritz «imensas discriminações salariais, com diferentes remunerações para a mesma categoria ou as mesmas funções e até para idênticos níveis da tabela salarial». A administração aceitou corrigir esta situação, embora não totalmente, até final do ano. Na véspera da segunda greve, as empregadas dos andares conseguiram aumentos superiores aos 6 por cento exigidos no caderno reivindicativo. As mulheres da lavandaria e da limpeza também conseguiram aumentos significativos, que foram alargados ainda aos trabalhadores contratados a prazo.

E no fim de Junho, com a carta que comunicou os aumentos, vinham dois bilhetes para a Expo, o que também é curioso, porque antes o director tinha dado bilhetes a quem não fez greve — conta Alfredo Soares. A somar aos acréscimos salariais, acabou-se com os horários repartidos na cozinha. Agora, os restantes trabalhadores também se estão a movimentar, porque se sentem defraudados pela administração. «Sabendo das condições mais favoráveis acordadas no Tivoli, a nossa reivindicação agora é que no Ritz seja aceite um acordo idêntico.»

Continua...

Gabriel Ferreira chama a atenção para que, «além dos resultados financeiros, houve outras mudanças muito significativas», como o facto de se ter rompido o «tecto» da inflação nas



Rodolfo Caseiro, Leonor Carvalho, Maria do Carmo Rodrigues, Gabriel Ferreira, Alfredo Soares e Gabriela Grancho, entrevistados pelo «Avante!»

desde 1970, onde é delegado e dirigente sindical, bem como membro da Comissão de Trabalhadores. Controlador de *room service*, resiste actualmente à tentativa de o mudarem para os telefones!

Rodolfo Caseiro e Gabriela Grancho, trabalhadores de outros sectores (pastelaria e Hospital Particular), são dirigentes sindicais que têm acompanhado a situação.

Partir do deserto

Rodolfo Caseiro começou por recordar que estes hotéis, traves mestras do suporte sindical no sector, «tiveram um período de travessia do deserto», depois de duras lutas no final da década de 80, seguidas de medidas de repressão e intimidação, com dois despedimentos colectivos no Sheraton, atingindo os dirigentes e os

para impedir que exercêssemos o direito a ter piquetes de greve. Mas os trabalhadores responderam com muita firmeza e uma grande adesão à greve. E isto influenciou as lutas que já estavam marcadas para os dias a seguir, no Penta, no Sheraton, nos Tivolis... Tiveram todas níveis de adesão à volta dos 95 por cento!».

Evolução à força

No Sheraton, admite Leonor Sacramento Carvalho, «não se conseguiu grandes coisas, mas obtivemos mais do que a administração queria». A princípio, «não deram importância ao nosso caderno reivindicativo; mais tarde, decidiram um aumento de três por cento, sem responderem aos outros pontos do caderno; convocada a primeira greve, sugeri-

ra greve». Refere ainda que, «conhecendo eu o Tivolis há tantos anos, e chegando eles a ter um total de 600 trabalhadores, nunca vi plenários tão participados como estes dois últimos». «Na antevéspera do segundo dia de greve ficou acordado um “prémio Expo” de 45 contos, que vai ser integrado no salário em Dezembro, o que representa mais 3750 escudos no ordenado de cada trabalhador - quando o aumento anual tinha sido, em média, de 2900.»

No Ritz, a multinacional norte-americana «Four Seasons», que gere o hotel, decidiu um aumento salarial de 2,7 por cento, que passaram a 3 depois da greve de 8 de Abril. Alfredo Soares realça que a adesão de 95 por cento não foi só do pessoal do hotel, como dos trabalhadores «extras» e contratados, apesar de pressões e até empurrões para levar pessoas a furar a greve. Além dos 3 por cento, obtiveram 35 contos de «prémio Expo», que os trabalhadores

negociações salariais. Por outro lado, «se não fossem estas lutas, não teria havido um acréscimo de contratação de pessoal para o período da Expo e haveria, sim, uma grande sobrecarga de trabalho».


O processo ainda não está dado por encerrado no Sheraton e no Ritz. Quando Gabriel Ferreira nota que «três ou quatro dias de greve pesam no orçamento dos trabalhadores», Maria do Carmo sublinha que «há muitos casais a trabalhar no mesmo hotel, e para esses pesam a dobrar».

Soma-se a isto «a chantagem de ameaçar não pagar o “prémio Expo”», pelo que Gabriel Ferreira sente nos trabalhadores alguma disponibilidade para retomar as reivindicações no Outono ou inclui-las no processo reivindicativo do próximo ano.

Este é um sector em crescimento e os representantes dos trabalhadores afirmam que

Neste número

- Oscar Niemeyer pág. 16
- JCP organiza concurso literário pág. 18



a festa!

AMORA-SEIXAL **4, 5 e 6 SETEMBRO**



FESTA 1983

Exposições do Pavilhão Central

Os 150 anos do Manifesto do Partido Comunista

- Uma esperança que vive, um ideal com futuro
- Socialismo uma causa

com futuro - Revolução de Outubro

- O capitalismo triunfou?
- Marx tinha razão.
- O capitalismo não é solução
- Democracia e Socialismo

- o futuro de Portugal - 150 anos depois... cá estamos!

Um Partido mais forte, novo rumo para Portugal

- Por um «novo impulso»
- Junta-te a nós
- Portugal 2000 - a construção da alternativa

Política actual

- Interrupção voluntária da gravidez
- Referendos sobre a regionalização e a Europa
- Os comunistas na Assembleia da República
- Os comunistas no Parlamento Europeu
- Cuidado com as novas alterações às leis do trabalho
- Privatizações
- «Dança das cadeiras»
- Melhor segurança social

A imprensa do Partido

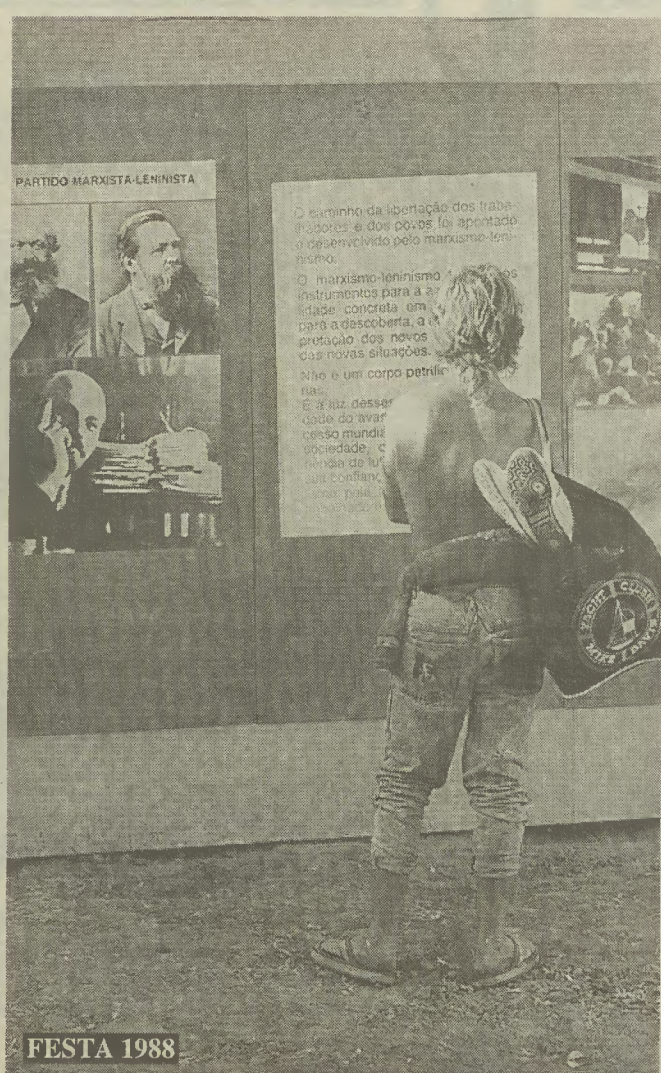
- O Partido e o mundo vistos da esquerda
- PCP na internet, uma janela aberta para o mundo
- Imprensa clandestina (Avante! e Militante)



FESTA 1976

Pavilhão Central

Socialismo: uma causa com futuro



FESTA 1988



FESTA 1985

O Pavilhão Central constitui uma das passagens obrigatórias dos visitantes da Festa do Avante!. Este ano, à semelhança do que aconteceu nos anteriores, os principais temas políticos e a actualidade nacional vão estar em destaque, numa abordagem simples e abrangente.

A grande novidade que o Pavilhão Central apresenta nesta edição da Festa é a integração no seu recinto do Café da Amizade, espaço dedicado à música, à divulgação de poesia e à comemoração do centenário do nascimento do dramaturgo Bertolt Brecht.

Também a discussão política terá aqui um lugar de destaque. No fórum terão lugar vários debates dos quais destacamos «A globalização e a cooperação ibero-latino-americana», com a participação do Partido Comunista de Cuba, da Esquerda Unida (Espanha) e do PCP; «Os problemas laborais: a ofensiva legislativa em curso»; e os referendos da regionalização e da União Europeia.

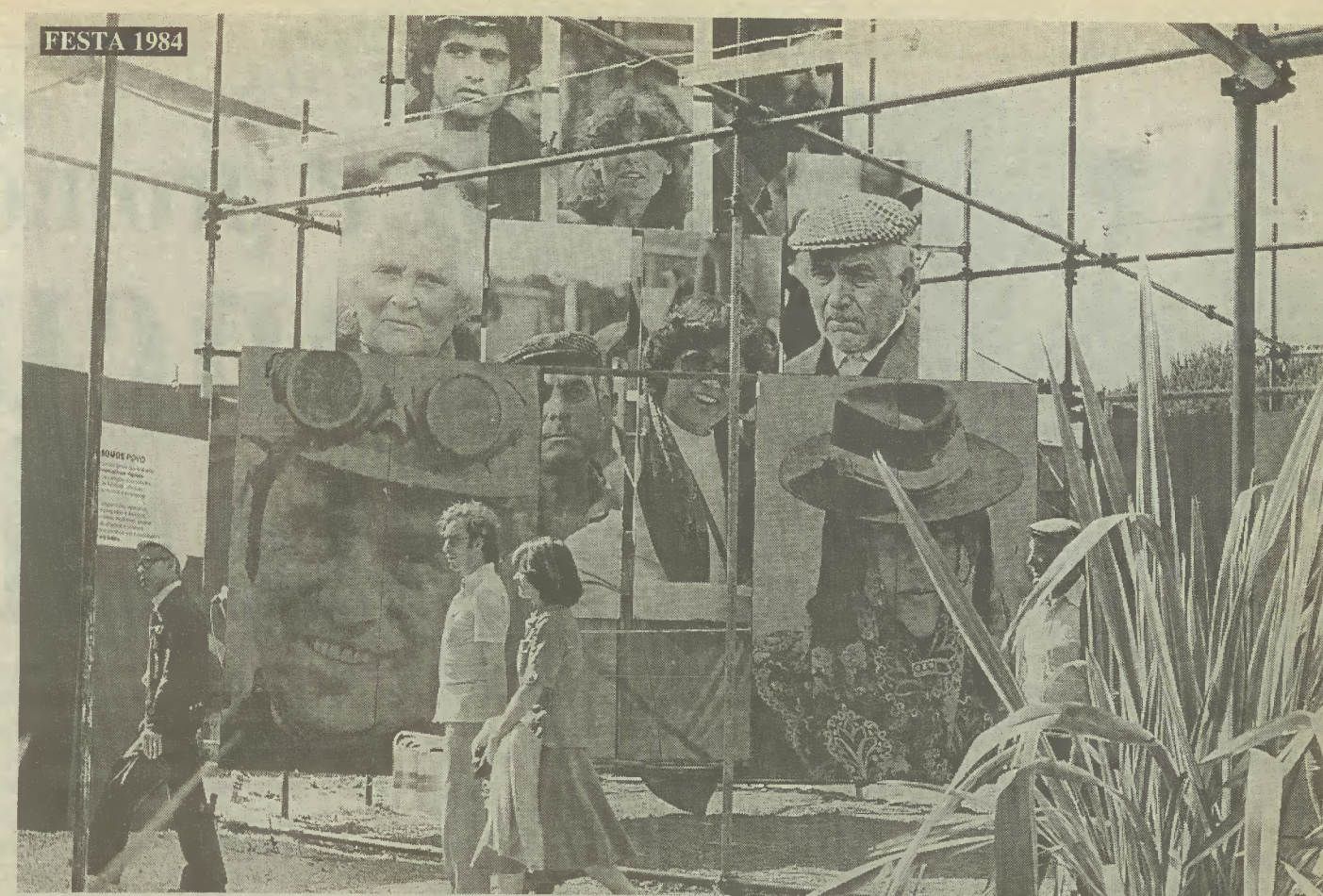
As exposições

Mas o Pavilhão Central é, em grande parte, feito das exposições. Esta divide-se em quatro grandes blocos: «Os 150 anos do Manifesto do Partido Comunista», «Um Partido mais forte, novo rumo para Portugal», «Política actual» e «A imprensa do Partido».

Assinalando a passagem do 150º aniversário do Manifesto Comunista, o Pavilhão Central focará as perspectivas futuras do Socialismo, a Revolução de Outubro e a inexistência de soluções apresentadas pelo capitalismo. Um vídeo concebido para a Festa mostra o resultado da acção capitalista: desemprego, fome, miséria, terceiro mundo... Uma outra secção da exposição denomina-se «150 anos depois... cá estamos!» e destaca o papel do Partido na passagem para o século XXI, bem como o programa do PCP.

O Partido é ainda o principal tema do segundo bloco onde, além da resolução do Comité Central de Fevereiro de dar um «novo impulso» à organização e intervenção do Partido, se sublinham o apelo ao recrutamento de novos militantes e o conjunto de debates nacionais «Portugal 2000», como base para a construção de uma alternativa política e social para Portugal.

A actual sociedade portuguesa terá também um lugar, através de temas como a interrupção voluntária da gravidez, o papel dos comunistas da Assembleia da República e no Parlamento Europeu, as privatizações, a necessidade de uma melhor segurança



social e um alerta para as novas alterações às leis de trabalho. Naturalmente, os referendos sobre a regionalização e sobre a Europa desempenharão um papel destacado.

«Quem não lê o Avante! não sabe»

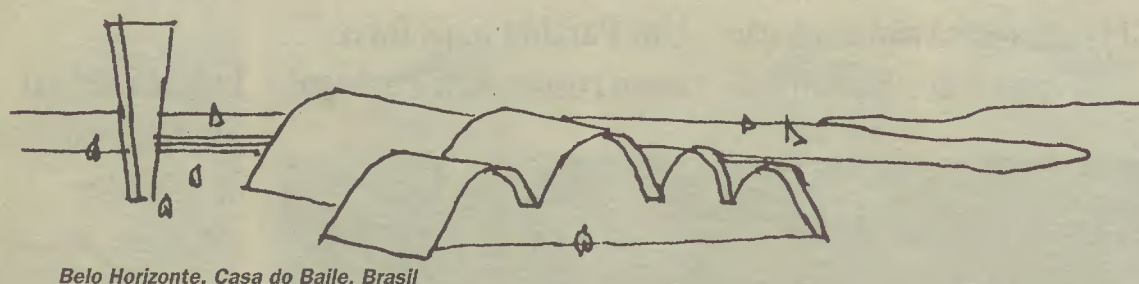
A imprensa do Partido marcará também forte presença, com exposições sobre «O PCP e o mundo visto da esquerda» e a imprensa clandestina. Neste espaço será divulgado um vídeo que analisa a jornada nacional de luta de 18 de Junho, organizada pela CGTP-IP contra as alterações da legislação laboral previstas pelo Governo, e compara o tratamento jornalístico dado à iniciativa pelos jornais nacionais e canais de televisão e o destaque dado pelo Avante!. «Esta manifestação existiu mesmo!» é o título do trabalho.

«Relativamente a este acontecimento, tal como em muitos outros, quem não lê o Avante! não sabe», afirmou Octávio Augusto, responsável pelo Pavilhão Central, em entrevista ao nosso jornal, referindo a necessidade de ler a imprensa editada pelo Partido.

Haverá também um espaço dedicado a conversas informais entre convidados e visitantes sobre temas relacionados com a internet, o Avante! e o Militante, e a imprensa partidária na clandestinidade. Como já vem sendo habitual, será exemplificada a impressão do Avante! nos presos clandestinos.

As páginas do PCP e do Avante! na internet poderão ser consultadas através de vários computadores ligados à rede. As fotos da Festa - espectáculos, exposições, regiões, espaço internacional, debates, *fait divers* - serão colocadas na web no próprio dia.

Oscar Niemeyer O príncipe do betão



Belo Horizonte. Casa do Baile. Brasil

O trabalho do arquitecto brasileiro Oscar Niemeyer ocupará um lugar de destaque no Pavilhão Central. Neste espaço decorrerá uma grande exposição sobre aquele que é apelidado como o «príncipe do betão», organizada pelo próprio e especialmente concebida para a Festa. «Depois das colunas gregas, o que há de novo no mundo são as colunas de Oscar Niemeyer», afirmou André Malraux. Militante do Partido Comunista Brasileiro, Niemeyer fez da arquitectura uma fantasia de curvas, de betão e de liberdade - sempre com base na tecnologia. «A arquitectura é uma manifestação do espírito, da imaginação e da poesia», declarou numa entrevista.

Oscar Niemeyer nasceu no Rio de Janeiro, Brasil, em 1907, numa família de origem portuguesa, alemã e indiana. O seu avô materno desempenhou o cargo de procurador-geral da República e foi ministro da Corte Suprema. Diplomado pela Escola Nacional de Belas-Artes, e ainda estudante de arquitectura, Niemeyer fez parte da comissão que estabeleceu os planos do Ministério da Educação e da Saúde e, mais tarde, projecta a Cidade

Universitária do Rio. O primeiro edifício construído com a sua assinatura - a «Obra do Berço» - data de 1937. Em 1939, viaja para Nova Iorque para realizar o Pavilhão Brasileiro da Feira Internacional da cidade, que projectou juntamente com Lúcio Costa e Paul Lester Wiener. No ano seguinte, desenha o casino de Pampulha, perto de Belo Horizonte. Em 1945, abriga no seu atelier muitos comunistas entretanto libertados pelo

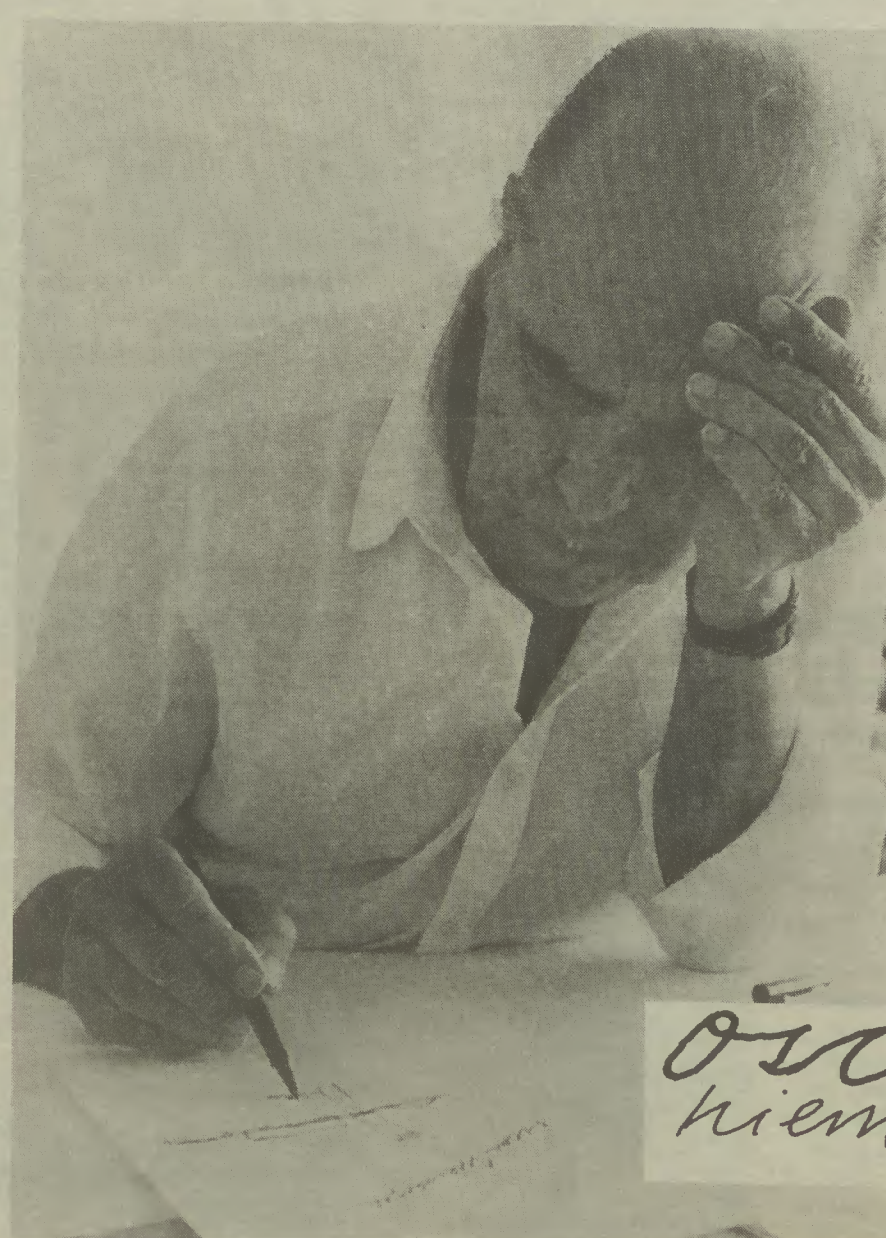
Governo liderado por Getúlio Vargas. Acaba por ceder esse espaço ao Partido Comunista Brasileiro. Anos mais tarde, afirma: «Fui sempre comunista. Ou, mais exactamente, sempre agi como tal.» As Nações Unidas aceitam um projecto de Niemeyer e de Le Corbusier para a nova sede da organização em Nova Iorque, em 1947, e dois anos mais tarde é feito membro honorário da American Academy of Arts and Sciences. No início dos anos

50, projecta uma unidade de habitação em Berlim para a Exposição Internacional da Interbau, e o complexo Ibirapuera para a exposição comemorativa do quarto centenário de São Paulo. Em 1955, funda a revista de arquitectura «Módulo». Em 1958, o Presidente da República Juscelino Kubitschek nomeia-o arquitecto responsável por Brasília, a futura capital brasileira. A cidade é inaugurada dois anos depois, a 21 de Abril, sendo alvo de grandes elogios mundiais. Com o golpe de Estado de 1964 e a consequente instauração da ditadura militar, Niemeyer deixa o seu país. Passa a trabalhar essencialmente na Europa e no Norte de África. Em Israel cria a Cidade Vertical no deserto do Negev e as universidades de Haifa e de Acra. Em

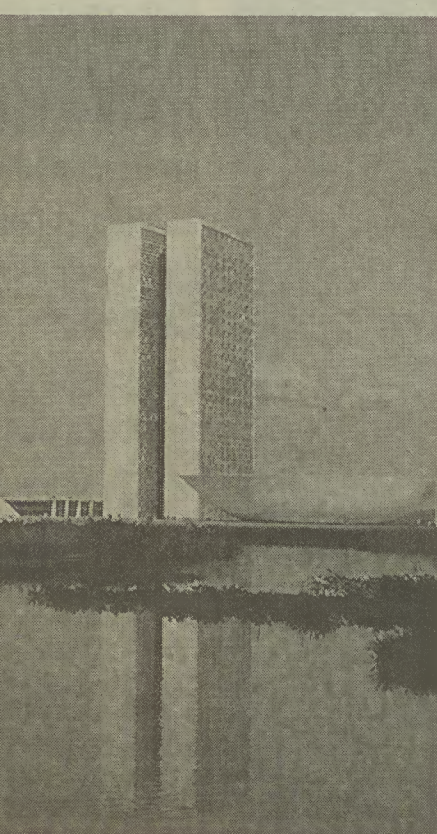
Paris, projecta a sede do Partido Comunista Francês. Em 1967, o Governo francês emite um decreto especial que permite Niemeyer trabalhar no país como cidadão nacional. Projecta o Centro Cultural e Espiritual de Sainte-Baume (Marselha) e a Universidade de Constatino, em Argel. Em 1972, inicia uma série de trabalhos para diversos países, nomeadamente a Casa da Cultura de Le Havre, a Bolsa de Trabalho de Bobigny e a Torre PBI7 em La Défense. Entre 1974 e 1978, projecta a sede da Sociedade Fata Engineering (Turim), um centro comercial em Jida (Arábia Saudita), o Museu do Homem (Belo Horizonte) e um complexo urbanístico com teatro, hotel, palácio de congressos e lojas em Vicenza (Itália).

Em 1983, após as eleições democráticas brasileiras, Niemeyer aceita projectar o Sambódromo do Rio de Janeiro e passa a colaborar com o governador daquele Estado na introdução dos Centros Integrados de Educação Pública nas favelas. Em 1985, participa numa equipa que procura restabelecer o espírito de Brasília, da qual resulta o Panteão da Liberdade e da Democracia, a Casa do Teatro Amador, o Grão Circo Lar, e a Casa do Cantador. Pertencem à mesma época obras como a Ponte da Academia (Veneza), o monumento «Tortura Nunca Mais» (Rio de Janeiro) - uma celebração aos presos políticos brasileiros -, a sede do jornal *L'Humanité* (órgão oficial do Partido Comunista Francês) em Paris, e o memorial da Améri-

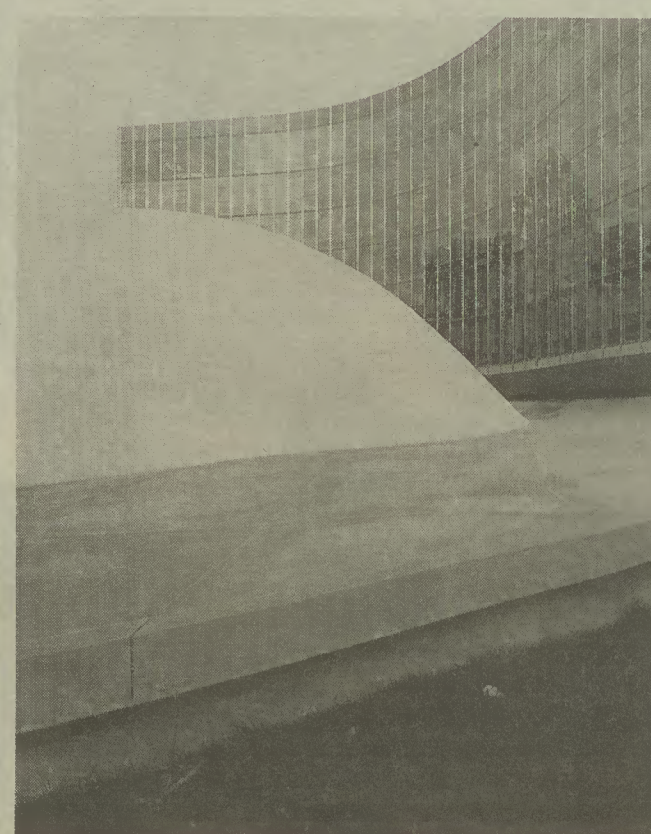
ca Latina em São Paulo. Entre 1990 e 1995, Niemeyer projecta o Espaço Lúcio Costa (incluído na Praça dos Três Poderes, em Brasília); o Parlamento da América Latina, em São Paulo; e a Câmara de Deputados, o Supremo Tribunal Federal e o Museu do Homem e do Universo, em Brasília. O seu último projecto é o monumento ao Movimento dos Sem-Terra. Ao longo da sua vida recebeu diversos doutoramentos *honoris causa* e vários prémios, nomeadamente a medalha Joliot-Curie, o «L'Architecture d'aujourd'hui» e o Prémio Lourenzo (Itália). Niemeyer foi ainda nomeado membro do comité dos conselheiros artísticos da Unesco e cavaleiro da Legião de Honra em França.



Oscar Niemeyer



Congresso Nacional. Brasília



Sede do Comité Central do PCF



FESTA 1981

JCP promove concurso literário

No quadro da Festa do Avante!, a JCP organiza um concurso literário nas modalidades de poesia e narrativa. A narrativa compreende qualquer forma literária como ficção, sonho, conto, memórias ou diário, enquanto o género poesia inclui as modalidades de soneto, quadra,

poema, lírica e satírica. Os concorrentes podem participar em todas as modalidades. A JCP apela à criatividade dos participantes, ao questionar das realidades e vivências dos jovens, no espírito do lema do manifesto da JCP aprovado no Encontro Festa de

Abril, «Audácia de Conquistar». Os interessados devem ter menos de trinta anos de idade e serem portugueses ou residir em Portugal. Os originais - em língua portuguesa - deverão ser dactilografados e não podem exceder as 10 páginas. É obrigatório o envio de dois exemplares. Os trabalhos -

acompanhados de um envelope contendo a ficha de inscrição e apenas com um pseudónimo e título do original no exterior - devem ser enviados até ao dia 1 de Agosto para a Avenida António Serpa, nº 26 - 2 Esq., 1050 Lisboa. Os vencedores de cada modalidade recebem cheques-

-livro no valor de 50 000\$00. Os prémios das menções honrosas serão de 15 000\$00. O júri do concurso é constituído por José Casanova, Mário Castrim, Mário de Carvalho, Urbano Tavares Rodrigues e Margarida Botelho. Os resultados serão conhecidos durante a Festa do Avante!.

Pavilhão do Coleccionador

No espaço de Lisboa, três pavilhões criaram já raízes: o Pavilhão do Coleccionador, a Feira da Ladra e aquilo a que se tem chamado o «Alfarrabista». Espaços de visita obrigatória, eles devem o seu êxito à contribuição das várias organizações e amigos do Partido. Um sucesso que certamente também este ano se vai repetir. Para isso, o sector responsável dá sugestões para os materiais a enviar para o Centro de Trabalho Vitória: livros antigos, materiais do símbolo do PCP, chávenas, relógios antigos, isqueiros, emblemas, postais antigos, medalhas, calendários, porta-chaves, frascos, posters, caixinhas, miniaturas, etc.

Futebol de salão em Manteigas

As finais do Torneio Nacional de Futebol de Salão da Festa do Avante! do concelho de Manteigas tiveram lugar no passado dia 4, no Pavilhão Gimnodesportivo do Centro Cívico de Manteigas. A edição deste ano do torneio contou com a participação de 10 equipas, num total de 120 atletas, divididos em duas séries. Em primeiro lugar ficou a equipa dos «Alaús», em segundo o «Café Vila Bar», em terceiro o «Topo Sul» e em quarto o «G. D. Sameiro». José Manuel Costa, representante da Direcção da Organização Regional da Guarda do PCP, e Vítor Lúcio, membro da Comissão Regional da JCP, entregaram taças a todas as equipas participantes. A fase seguinte consiste nos jogos distritais com as equipas vencedoras de Seia, Gouveia, Almeida e Manteigas, cuja final se realiza no recinto da Festa, no dia 5 de Setembro.



Comprar a EP com desconto

Este ano é possível comprar a EP (entrada permanente) para a Festa com desconto. Basta dirigires-te a qualquer centro de trabalho do PCP ou da JCP até à quinta-feira anterior à Festa (3 de Setembro). Com uma redução de 20 por cento, a EP comprada antecipadamente custa 2.000\$00.

O preço nos dias da Festa é de 2.500\$00. Não te esqueças que a EP é o único meio de financiamento da Festa. Por isso, evita as filas de espera nas bilheteiras e ajuda desde já a construção da Festa com a tua contribuição. Quanto mais cedo melhor!

FESTA 1982

anos de trabalho Texto: Domingos Mealha
Fotos: Jorge Caria

estrelas

As empresas têm condições para proceder a aumentos salariais significativos, uma vez que não há correspondência entre o aumento da riqueza e os aumentos dos salários.

Gabriela Grancho entende que, nestes casos, o sindicato «ganha sobretudo em termos de organização, mobilização e unidade dos trabalhadores». A quotização também aumenta, na medida em que aumentam os salários e há novas sindicalizações, como acontece no Penta, «que acompanho há dez anos e onde tem sido difícil mobilizar os trabalhadores. Fizemos plenários com seis trabalhadores, num hotel com quase trezentos».

«E nas greves de 1996 o Penta ainda não participou, apesar dos baixos salários praticados e das boas condições que havia para tentar elevá-los.» As coisas mudaram e, com as greves deste ano a terem uma adesão muito elevada, os subsídios e prémios passaram a ter igual valor para todos. «Obtivemos ainda o compromisso de que, até final do ano, os salários serão rectificadados, para que trabalhadores com a mesma categoria e a mesma função recebam por igual», e «neste momento, os trabalhadores do Penta aplaudem o sindicato, participam nos plenários e temos perspectivas para a acção futura».

O rastilho da resistência

Vale a pena lutar! Quem luta ganha sempre, mesmo que os resultados não apareçam no imediato, mas quem não luta perde sempre.

Os excelentes resultados nos hotéis - é indelmente reconhecido por todos - foram alcançados pela luta.

Estas unidades tiveram o seu período de travessia do deserto, originada pela ofensiva, pela repressão, pela perseguição, pelo receio instalado no seio dos trabalhadores e, obviamente, fragilizando a sua organização.

Mas, quando existe consciência, quando há sempre alguém que resiste, que persiste, que não desanima e serve de rastilho para alastrar a outros essa consciência e resistência; passamos a ser cada vez mais numerosos e as coisas transformam-se.

É por isso, e para isso, que cá andamos. É para isso que nós existimos. Nós, comunistas, sindicalistas, revolucionários, somos esse rastilho que ajuda a compreender que os trabalhadores não podem deixar-se intimidar e acomodar a uma realidade que nos é imposta. Existimos para transformar essa realidade através de luta.

Foi assim que aconteceu nestas unidades, sempre acompanhadas pelo sindicato, independentemente das condições e dificuldades existentes, com dedicação, com empenhamento, com paciência, mas, sobretudo, com muita confiança.

As administrações tentam cumprir à risca as orientações deste governo dito socialista, ou seja, a imposição da contenção dos salários, quando as empresas têm uma boa situação financeira.

Os trabalhadores compreenderam bem e assimilaram a mensagem do sindicato. Não é possível ficarmos impávidos e serenos perante o quadro que nos é colocado: os salários foram insuficientemente actualizados em Janeiro em 3 por cento. Logo em Fevereiro o governo impõe-nos aumentos de bens de primeira necessidade entre 9 e 14 por cento, absorvendo os 3 por cento dos salários.

Todas as unidades hoteleiras estão com uma ocupação de 100 por cento, por força da realização da Expo'98, os preços aos clientes aumentaram substancialmente, crescem os lucros das empresas, são pedidos sacrifícios aos trabalhadores para que tudo corra bem por altura da Expo.

Então, e o que é que os trabalhadores ganham com isto? Que contrapartidas, que salários, que condições de vida e de trabalho? As administrações recusaram negociar, e aos trabalhadores só restou um caminho: a luta!

Já há alguns resultados positivos desta dinâmica. São conquistas suplementares ao CCT. São resultados da luta, e constituem, apenas, alguns exemplos, pois outros existem no sector.

Na luta também é indispensável ser optimista e não pessimista, porque o pessimista senta-se e lastima e o optimista levanta-se e age. A resistência e a persistência afastam sempre os obstáculos que nos surgem pela vida fora e ajudam-nos a reforçar a nossa consciência de classe. Aqui fica mais um exemplo.

■ Rodolfo Caseiro



Já é hábito tomar a refeição na rua quando há greve num hotel (foto cedida pelo Sindicato da Hotelaria do Sul)

Resultados da luta

Hotel Estoril-Sol	4 por cento no salário, mais 30 contos como prémio Expo para todos os trabalhadores.
Casino do Estoril	6 por cento no salário.
Hotel Atlântico	3 por cento no salário, mais 3 por cento com retroactivos a Janeiro de 1997, pagamento dos débitos de feriados e assistência inadiável com retroactivos a 1997.
Vila-Galé	4 por cento no salário, mais um prémio Expo para todos os trabalhadores correspondente a 50 por cento do salário.
Hotel Village	4 por cento no salário, mais um prémio Expo para todos os trabalhadores correspondente a 50 por cento do salário.
Hotel Albatroz	5 por cento no salário.
Hotel Lido	Aplicação da reivindicação do Sindicato: 10 contos para todos os trabalhadores a partir de Maio de 1998.
Hotel Penta	Além de 3 por cento a partir de Janeiro de 1998, mais 7500\$00 no mínimo para todos os trabalhadores durante os meses da Expo. Acresce a isto, um prémio de 3 por cento sobre a diferença das receitas de 1998 e 1997, nos meses de Outubro e Dezembro, fim a todas as discriminações salariais até Dezembro de 1998.
Hotel Lutécia	Além de 3 por cento a partir de Janeiro de 1998, mais 2 contos mensais para todos os trabalhadores e 30 contos de prémio Expo.
Hotéis Tivoli	Além de 2,7 por cento em Janeiro de 1998, mais 45 contos de prémio Expo, a integrar no salário, no equivalente a 3750\$00, para todos os trabalhadores. Retoma do prémio de Páscoa que tinha sido retirado, fim à discriminação até Dezembro de 1998. Além disto ficou garantido que os salários de 1999 terão um acréscimo de mais 1 por cento relativamente à taxa de inflação existente.
Hotel Sheraton	Um prémio Expo de 40 contos líquidos para todos os trabalhadores.
Restaurantes e bares do Aeroporto	Cerca de 2,5 por cento de Junho a Dezembro e compromisso de novos valores a negociar em Novembro de 1998 para 1999.
Hotel Ritz	Além de 2,7 por cento em Janeiro de 1998 mais 0,3 por cento no salário, um prémio Expo, 35 contos para todos os trabalhadores, acabar a discriminação até Dezembro, com correcções já feitas com aumentos em Junho. Empregadas de Andares 5300\$00 no salário. Lavandaria 4900\$00 no salário. Empregadas de Limpeza 4500\$00 no salário, contratados a prazo 5000\$00 no salário, horários seguidos na cozinha e dois bilhetes da Expo para todos os trabalhadores.

«Tudo isto são conquistas suplementares ao Contrato Colectivo de Trabalho. São resultados da luta e constituem, apenas, alguns exemplos, pois outros existem no sector.»

Finanças Locais

— um combate a prosseguir

■ LUÍS SÁ

Membro da Comissão Política

TÃO IMPORTANTE como recusar uma política do “mal menor” é recusar a política do quanto pior melhor, sobretudo quando as populações podem ser afectadas. Não há que perder nunca de vista os objectivos finais de uma luta. E não há que apagar o papel específico e indispensável do PCP no funcionamento das instituições, em especial da Assembleia da República e das autarquias.

É um papel que é tanto mais importante quanto mais aparecer ligado a lutas e reivindicações dos movimentos e estruturas sociais, dos trabalhadores e das populações. É óbvio que existem dificuldades e insuficiências. Mas o papel do PCP é, em qualquer caso, frequentemente, um papel de grande intensidade. Denuncia e combate frontalmente tudo o que é injusto.

Procura limitar as injustiças e, aqui e ali, até o consegue. A maioria relativa do PS na Assembleia da República, de resto, favorece este papel. Frequentemente, obriga o PS a ceder aqui e ali. Não o faria, certamente, se tivesse uma maioria absoluta como a que pedirá nas próximas eleições e já vai proclamando estar seguro de assegurar. Este facto não diminui o problema central: não existe hoje uma política e alternativa de esquerda e o PS com frequência tem como aliados preferenciais os partidos de direita.

A luta, no sentido de conseguir melhorar imediatamente tudo o que for possível não diminui a preocupação de lutar e concretizar objectivos concretos e imediatos, melhorar as condições de vida das populações e valorizar o papel do Partido aos seus olhos.

Como se disse, num vasto conjunto de questões fundamentais o PS preferiu um entendimento sistemático com o PSD e/ou com o PP. No final da sessão legislativa, porém, houve um conjunto de diplomas em que o Grupo Parlamentar do PCP se absteve e a direita votou contra. É o caso da Lei de Finanças Locais, da Lei de Bases de Ordenamento do Território e da Lei das Empresas Municipais e intermunicipais, entre outras. Em qualquer das leis foram aceites algumas propostas do PCP. **A abstenção porém significa naturalmente que não são leis do PCP e que este está contra aspectos fundamentais de qualquer destas leis.**

A Lei de Finanças Locais merece uma referência especial. O PS gostaria de transferir menos duas dezenas de milhões de contos em ano de eleições e de proclamar em centenas de municípios que a responsabilidade foi da oposição. Dar-lhe-ia jeito, ainda, em ano de eleições, canalizar os 20 milhões para aplicações que lhe permitissem mais inaugurações e actos mediáticos; e dizer também às populações o que a falta de uma maioria absoluta lhes tirou. Dar-lhe-ia jeito, igualmente, evitar a aprovação de normas que limitam o arbítrio dos contratos-programa, o jogo na distribuição das verbas e o jogo dos que “comem e dos que só cheiram” consoante a sua pertença ou o grau de servilismo em relação ao poder; ou da norma que estabelece juros de mora em caso de atraso nas transferências financeiras da Administração Central para os municípios; ou da norma que melhora a situação dos municípios no caso de atraso de certos pagamentos e condições de retenção de certas verbas. Lembre-se também que a transferência de verbas para as freguesias tornou-se inteiramente independente dos municípios.

Tudo isto, porém, não exclui dois aspectos: esta é a lei do PS e exclusivamente do PS; e a abstenção do PCP não significa que não tenha as suas posições específicas.

A verdade é que o PCP apresentou um projecto próprio e ulteriormente, face ao projecto do PS, todo um vasto conjunto de propostas para melhorar vários aspectos, de acordo com uma postura correntemente adoptada. Assim, por exemplo, foi limitada a transferência em função do número de freguesias e a verba, assim libertada (5% do Fundo Geral Municipal), passou a ser distribuída igualmente por todos os municípios. Já não foi aceite, porém, a proposta do PCP de garantir um aumento mínimo para todos os municípios durante três anos, ficando apenas um aumento mínimo para todos de 6,2% em 1999. Mas a luta deve prosseguir para que este objectivo se concretize. Importa, entretanto, sublinhar que foi conseguido um escalão mínimo de aumento de 6,2%, superior à inflação prevista para 1999 e que no escalão do aumento de 6,2% estão, em geral, pequenos municípios em área e população, com altos

níveis de atendimento em matéria de equipamentos e infra-estruturas. São carecidos, acima de tudo, em actividades e investimentos capazes de criar empregos e mais desenvolvimento. Impõe-se agora assegurar que o montante mínimo vigore para três anos (como propôs o PCP). E sobretudo que uma política de desenvolvimento regional, de apoios centrais e comunitários (e a regionalização) assegurem

emprego e outras perspectivas que não são os municípios, por mais verbas que tenham, que podem por si só garantir. Mas encontramos os maiores aumentos percentuais em distritos menos desenvolvidos: 18,8% em Beja, 17,8% em Évora, 18,8% na Guarda, 13,5% em Portalegre, 16,6% em Vila Real...

Hoje, há um problema político, mas também o haveria - e maior - se o PS publicasse um comunicado em centenas de municípios a “denunciar o aumento de verbas de que a aliança do PSD, PP e PCP tinha privado a câmara respectiva”. Só para citar alguns exemplos de câmaras de presidência CDU: o aumento nominal vai ser de 22,3% em Aljustrel, Beja, Mértola, Moura, Serpa, Arraiolos, Estremoz, Évora, Montemor-o-Novo, Nisa, Benavente, Chamusca, Coruche, Alcácer do Sal, Grândola, Santiago do Cacém; 21,8%

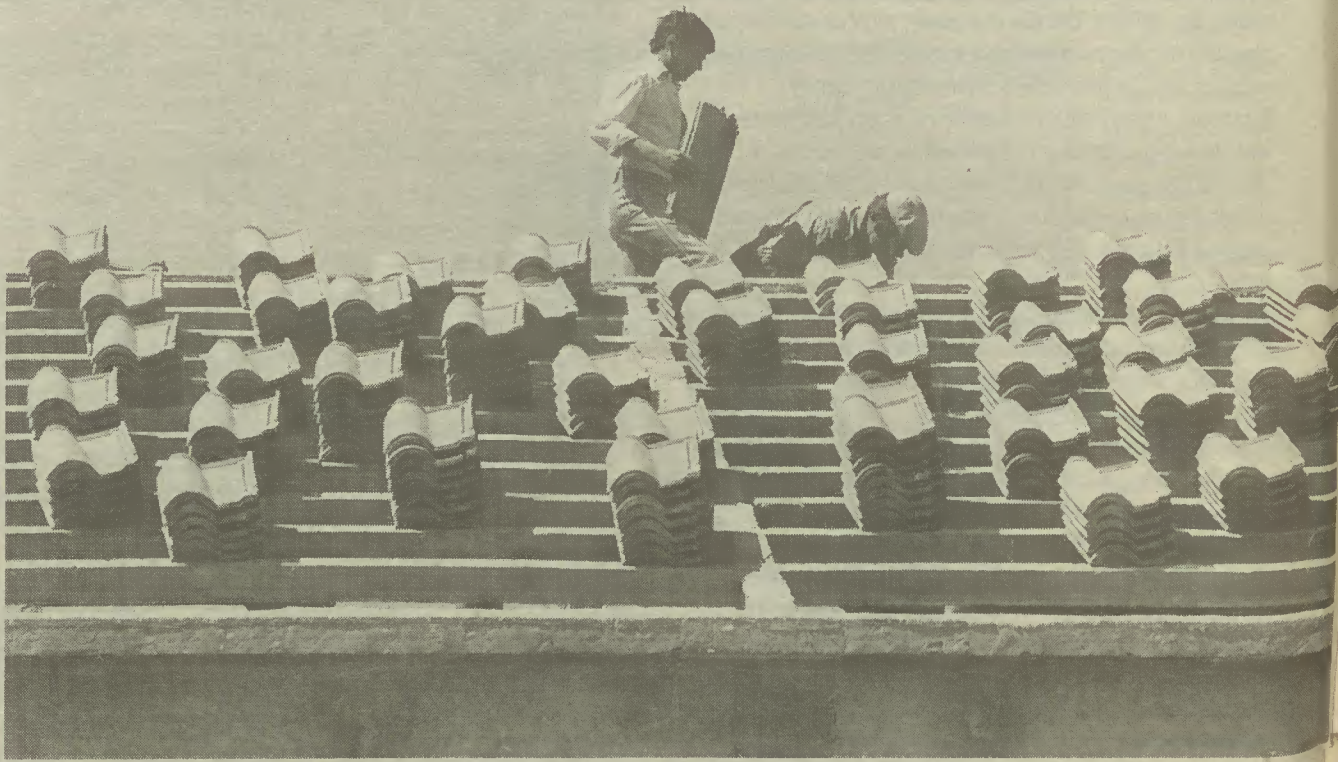
IVA. Esta reivindicação revela-se irrealizável, no imediato, face ao compromisso do PS e do PSD com a realização dos critérios de convergência e do Pacto de Estabilidade. Esta é a verdade incontornável, por mais que os militantes ou eleitos destes partidos digam o contrário por mera conveniência que não têm grandes preocupações nem com a verdade nem com escrúpulos ou princípios. Mas isto significa que a responsabilidade de não haver mais verba é desses partidos e não do PCP. E o PCP vai prosseguir a luta.

Mas, perante a necessidade de aplicar um sistema mais favorável no Orçamento de Estado de 1999, interveio no sentido de não colocar o PS - insiste-se - a ganhar duas vezes: poupar dinheiro e cumprir melhor os critérios de convergência; e dizer ao mesmo tempo à população em centenas dos maiores municípios que foram os partidos da oposição, incluindo o PCP, a retirar verbas, e que falta uma maioria absoluta do PS.

Há decisões muito difíceis, sobretudo para um partido que sempre lutou, ao longo de vinte anos com firmeza e coerência, por mais verbas para as autarquias.

Mas é uma decisão tomada no quadro de um combate coerente e a travar a prazo, prosseguindo a luta anterior. Há que mostrar a grande diferença entre as posições do PCP e as de

Há decisões muito difíceis, sobretudo para um partido que sempre lutou, ao longo de vinte anos com firmeza e coerência, por mais verbas para as autarquias.



em Salvaterra de Magos; 21,4% em Castro Verde; 19,2% no Alandroal; 16,7% em Avis; 15,9% no Barreiro; 14,8% em Viana do Alentejo; 14,1% em Mora; 14,3% no Redondo...

Há mais de uma centena de municípios em que o aumento previsto é superior a 20%. Noutros casos, como Borba e Vila Viçosa, o aumento da verba que vem do orçamento de Estado é o mínimo; no entanto, a lei abre caminho a lançar uma taxa sobre empresas que exploram “inertes” (caso das pedreiras dos mármore) que degradam com elevados custos a rede viária, sem contribuírem para a sua recuperação

O PCP actuou com princípios. Não mudou a indicação de voto da Comissão Parlamentar para o plenário. Não mudou as suas posições de fundo, designadamente a necessidade de recuperação financeira das autarquias. Disse, durante todo o procedimento legislativo, que pretendia mais descentralização e mais justiça na distribuição de verbas. Lutou sempre por 35% mínimo de participação autárquica no IRS, IRC e

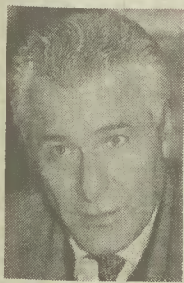
outros partidos: do PS; mas também do PSD que cortou verbas aos municípios enquanto esteve no poder; cujas propostas de critérios de distribuição canalizavam mais verbas para municípios do PSD à custa dos outros partidos; cujas propostas de aumentos de verbas estavam ligadas a mais encargos com outras atribuições...

Não há questão imediata que possa deixar na sombra a luta de fundo, a luta a prazo. Nestas como noutras questões. E em tudo há que reflectir sobre a ponderação dos prós e dos contras dos que, mal ou bem, têm que decidir em condições difíceis. A opção do PCP foi a mais difícil. Seria mais fácil votar contra. Mas a opção tomada tem aspectos claramente positivos em confronto com o que seria o quadro previsível. E tem aspectos positivos para as populações de boa parte do País. Questão que é fundamental para o PCP: essa e não imaginários calculismos ou negociatas de bastidores que não são o estilo de quem aposta na transparência e em princípios.

A segunda esquadra de F16

T R I B U N A

Duzentos e quinze milhões de contos é o alto valor que o Estado português faz tenção de gastar nestes próximos seis anos no reequipamento das nossas Forças Armadas. A aprovação da terceira Lei de Programação Militar com uma verba como essa, num País com tantas e tão variadas carências como é Portugal, tem de ser, aos olhos dos portugueses, justificada de forma transparente e convincente por altos interesses nacionais a serem prosseguidos.



■ João Amaral

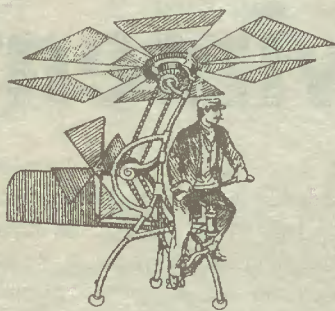
Infelizmente, nem todos os programas que integram essa lei de duzentos e quinze milhões de contos estão nessas condições, de suficiente justificação à luz de inadiáveis e imperiosas necessidades de defesa nacional. Pelo contrário: para um desses programas, o programa de aquisição e modernização de uma nova esquadra de aviões de combate F16, por sinal um dos programas mais caros, até

agora ninguém adiantou justificações sólidas e credíveis e que se ligassem predominantemente às necessidades de defesa nacional.

A explicação mais clara que foi dada para justifi-

car a aquisição dessa segunda esquadra de F16 foi a que o Chefe do Estado Maior General das Forças Armadas deu no programa da RTP Grande Entrevista. Respondendo a uma pergunta da jornalista Judite de Sousa, o General Espírito Santo expressou-se em poucas palavras, para dizer que Portugal adquiria uma segunda esquadra de F16 para cumprir os seus compromissos internacionais.

O valor desta aquisição, incluindo



os encargos para recuperar e modernizar os aviões, aproxima-se dos sessenta milhões de contos, cerca de um quarto do valor total da lei. A esta verba de investimento, já por si muito alta, haverá que juntar os significativos valores a gastar, ano a ano, na manutenção e funcionamento da esquadra. É um preço muito pesado que o País paga para ver essa esquadra de F16 afectada às missões da NATO e subordinada a comandos NATO.

A esquadra de F16 que Portugal compra aos Estados Unidos é constituída por 25 aviões, dos quais, depois do processo de recuperação e modernização, ficarão 20 operacionais. Os aviões são de um modelo que a Força Aérea do país vendedor já abandonou. Os aviões neste momento já não estão ao serviço. São aviões com uma idade propecta, e com milhares de horas de voo. Para virem para Portugal, são encaixotados, visto não estarem em condições de voo.

O programa de modernização dos F16 é um programa caro. Na realidade, os sessenta milhões de contos que vão ser gastos nesta segunda esquadra para a oferecer aos "compromissos internacionais" podiam ser adequadamente aproveitados para algumas outras opções de real interesse e necessidade para os objectivos de defesa nacional.

A compra destes F16 constitui uma demonstração significativa da política para as Forças Armadas que o Governo vem desenvolvendo. O Governo prometeu racionalização de meios e a sua integração, por forma a poder ser tirado o máximo rendimento dos meios disponíveis.

A terceira lei de programação militar, acabada de aprovar no Parlamento, evidencia o completo fracasso do Governo, no cumprimento desses objectivos. A compra destes F16 é

uma capitulação face às exigências da NATO. Mas não só. É também uma capitulação face às pressões de grupo, e ao elitismo e espírito de ostentação.

O Governo tem como ministro da Defesa Nacional uma figura de proa do regime de Marcelo Caetano. Veiga Simão é para várias gerações de ex-estudantes universitários o responsável directo por uma brutal repressão feita durante o fascismo na Universidade portuguesa. Ele é o homem da "policia privada" das Universidades, os célebres "gorilas" que enxamearam as faculdades. No 25 de Abril, Veiga Simão como ministro da ditadura foi deposto pelo Movimento das Forças Armadas. É esta figura que o Partido Socialista escolheu, vinte e três anos após o 25 de Abril, para tutelar as Forças Armadas. É uma vergonha!

Esta terceira lei de programação militar é um claro sinal dos caminhos que o PS está a seguir no que respeita às Forças Armadas, e à sua integração e fidelização à NATO. Mas é também um sinal da incapacidade total de Veiga Simão para as altas funções que o PS o chamou a exercer.



Verdadeiramente, o ministro não explicou nunca a ninguém qual é a política que faz e quais os seus fundamentos. A sua incapacidade deu azo a uma gravíssima crise das chefias militares, com um processo de demissões que se iniciou com o Almirante Fuzeta da Ponte e prosseguiu com demissões em cadeia.

São já célebres alguns dos disparates que foi dizendo por aí. Por exemplo, há tempos informou o Mundo que os Açores estavam sem protecção. Vinda do ministro que tutela o sector, esta informação estratégica dada irresponsavelmente é um verdadeiro tiro no pé. Só por si, justificaria uma demissão que se impõe e exige, em nome dos princípios e em nome da qualidade e da eficiência.

O País não pode continuar alheado, como tem sucedido, do debate sobre reequipamento militar. Os valores financeiros são altos de mais para se poder aceitar que essas decisões sejam tomadas por um clube fechado e sem controlo da opinião pública. E os interesses em jogo, os interesses da defesa nacional, são importantes de mais para que as opções escapem, como hoje sucede, ao debate público.

O défice previsto da EXPO é de setenta mi-

lhões e fez correr rios de tinta. Como aceitar a indiferença com que, por exemplo, o País gasta perto de sessenta milhões em F16 que não têm nenhuma utilidade essencial para o País?

As discussões sobre os meios militares não são discussões de elite. São discussões que interessam a todos e em que todos devem participar, pois são os nossos recursos financeiros e os nossos interesses vitais que estão em jogo.

Enquanto se verga às exigências externas e compra estes velhos F16, o Governo adia a aquisição de uma nova frota de helicópteros de busca e

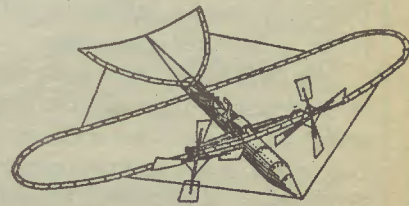


salvamento, para substituir os PUMA hoje com 30 anos. Adia a aquisição das patrulhas oceânicas essenciais para a fiscalização dos mares onde temos interesses. Adia a substituição da frota de aviões de patrulha oceânica, hoje constituída por uns velhos P3 comprados aos australianos e vocacionados para uma obsoleta detecção de submarinos. Adia a aquisição de draga-minas, essenciais para a garan-

tia de navegabilidade em caso de crise. Adia a aquisição de novos C-130, cujas funções de transporte se mostram cada

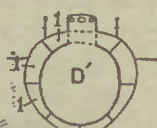
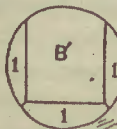
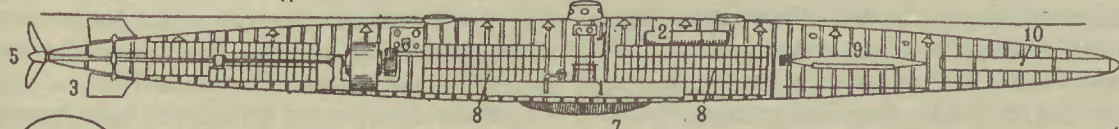
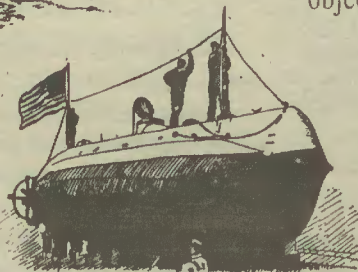
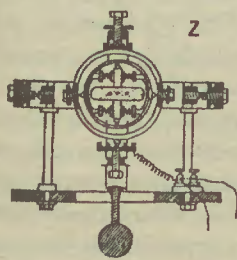
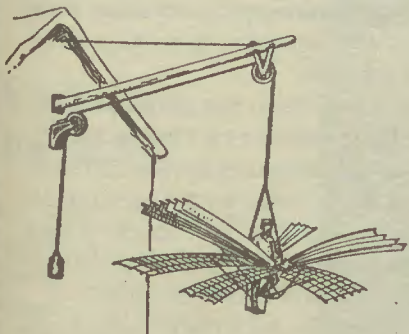
vez mais necessárias. Adia a aquisição do imprescindível navio de combate à poluição marítima.

As outras opções caras - a renovação da frota de submarinos e a aquisição de um navio polivalente logístico - têm muito que se lhe diga. Para os submarinos, o Governo inscreveu cerca de 70 milhões de contos (em 12 anos) quando confessou publicamen-



te que o valor rondará 120 a 130 milhões, o que torna a lei de programação militar numa mistificação. Quanto ao navio polivalente, é uma compra determinada pela inserção dos Fuzileiros numa Força Anglo-Holandesa. Mais uma vez, os "compromissos" a determinarem as opções, neste caso numa aquisição que se aproxima dos 20 milhões!

Mas, nenhum desses programas atinge o **non-sense** do programa dos F16, o seu nível de desperdício, a capitulação que representa, o elitismo que lhe subjaz. Um programa inaceitável, que prejudica o interesse nacional e que só o quase secretismo em que a comunicação social conserva estas questões explica que não suscite um enorme escândalo público, que bem merecido seria.



■ António Cruz

Emigração, remessas, desenvolvimento

As remessas dos emigrantes e a sua importância para a economia portuguesa foram tema de debate na conferência recentemente promovida pela Associação Reencontro de Emigrantes -ARE-, no Palácio Galveias, em Lisboa.

Segundo dados divulgados em publicações oficiais, designadamente nos relatórios do Banco de Portugal, nos últimos 5 anos (de 1993 a 1997) o total das remessas dos emigrantes foi de 3.033 milhões de contos, ultrapassando os saldos dos Fundos Comunitários em mais de 761 milhões de contos. Tais dados, que, só por si, mereceriam uma atenta reflexão, são omitidos, não se vendo reflectida na sociedade portuguesa, a nível político e social, a consciência deste facto.

Bem pelo contrário. Ao que se assiste, quer em relação às enormes somas de remessas enviadas quer ao seu papel na economia portuguesa, é ao silêncio quase absoluto.

Em contrapartida, somos confrontados com o massacre diário vangloriado dos dinheiros da União Europeia (UE), pretendendo fazer-nos acreditar que sem a UE nada seríamos, que tudo o que de positivo e modernizador se fez nos últimos anos a ela se deve.

Na verdade, nem o anterior governo nem o actual Governo PS têm valorizado a importância dos emigrantes e a sua contribuição para a estabilidade económica e prosperidade do País. O que se verifica é o escamotear, junto da opinião pública, de qualquer informação sobre este facto.

Entretanto, os Fundos Comunitários não compensam os impactos globais e sectoriais negativos causados pelas políticas económicas liberais da UE e são enviados em função de critérios e exigências que não nos servem. Por cerca de 100 *écus*, agora *euros*, que entram em Portugal, cerca de 50 regressam à fonte contribuinte em encomendas de equipamentos e serviços.

Sem contrapartidas

No que toca às centenas de milhões de contos das remessas dos emigrantes elas vêm sem que estes nada exijam em troca e ficam cá na sua quase totalidade.

Acresce ainda que os emigrantes, quando se deslocam a Portugal, assumem a condição de turistas e as suas despesas entram como parte significativa das verbas referentes às Viagens e Turismo, sendo assim duplamente contribuintes para a balança de pagamentos.

Não deixa de ser mesmo assim extremamente significativo que 42% das remessas venham de emigrantes que se encontram tão longe, quando se sabe que a taxa de regresso se cifra nos 2% o que só vem demonstrar claramente a falência da política de emigração portuguesa, ou melhor, a inexistência de qualquer política digna desse nome por parte do Estado. Outro dado significativo a merecer divulgação neste debate relacionou-se com os depósitos bancários dos nossos emigrantes.

Em 31 de Dezembro de 1997, o total desses depósitos, nos bancos em Portugal, ultrapassava os 2.864 milhões de contos.

Esta verba impressionante representa entre 80 a 90% da moeda estrangeira que Portugal possui e 16% do total dos depósitos da nossa Banca.

É dinheiro que corresponde a remessas que não foram consumidas pelas famílias, que não foram aplicadas na construção ou aquisição de imóveis, etc.

O número de emigrantes

Se pensarmos que, oficialmente, os números apontam para a existência de 4 milhões e 600 mil portugueses emigrados em 117 países, isto é, que um terço dos portugueses está fora de Portugal (o que também faz baixar as estatísticas referentes ao desemprego, sabendo-se que a emigração continua a ritmos elevados), poderemos imaginar que por esse mundo fora o dinheiro desses emigrantes depositado em bancos dos países em que residem será também uma soma considerável.

Vem isto a propósito de dados que referem que cerca de 42% das remessas vêm de países que não fazem parte da UE. Ou seja, vêm daqueles que se encontram mais afastados, ou no continente americano ou noutras partes do mundo, e cujos laços que os ligam a Portugal se vão, naturalmente, diluindo mais rapidamente em comparação com os emigrantes ao pé da porta, como sejam os que se encontram em França, Suíça ou na Alemanha.

O Parlamento Europeu votou recentemente uma resolução que retira do Fundo de Coesão os países que entram para a moeda única. O alargamento da UE a mais países apontado para o ano 2002, a par da manutenção do nível do actual orçamento comunitário, significa distribuir por mais os mesmos recursos, o que não deixará de ser mais um golpe na apregoada coesão económica e social. Verifica-se, de ano para ano, o agravamento do nosso défice da balança comercial, que foi de mais 10,5% entre Janeiro e Novembro de 1997, qualquer coisa como 1590 milhões de contos.

O investimento estrangeiro, entre 1994 e 1996, desceu 51,5%, apesar das facilidades concedidas, da redução e mesmo isenção de impostos.

Ora, é neste quadro, pouco animador, que se estranha o silêncio sobre as remessas dos emigrantes e da sua importância para a economia nacional, tanto mais que, entre 1993 e 1996 as remessas diminuíram. E se 1997 viu novamente o seu aumento, nada garante que nos anos vindouros essa tendência não possa vir a inverter-se.

A moeda única

Não podemos ignorar que, com a moeda única, aumenta a importância para a nossa economia das taxas de câmbio do *euro* em relação às moedas externas à UE, e isto sem qualquer controlo da nossa parte. Se agora um dólar dos EUA vale cerca de 186\$00, depois valerá menos de um *euro* e um dólar canadiano ou um franco suíço pouco mais do que meio *euro* e assim por diante.

Esta nova relação entre moedas pode vir a ter influência negativa nas remessas dos emigrantes, quer por desconfiança quer por falta de informação. E também por uma questão psicológica: antes enviavam um e tinham em troca muitos escudos, depois passarão a enviar um e terão 50% ou 60% do *euro* em câmbio.

Se os fundos da UE têm servido também para o equilíbrio das contas com o exterior, pois sem eles muitos dos investimentos não se teriam podido efectuar sem provocar desequilíbrios na balança de pagamentos, com repercussões sobre o escudo e a actividade no Banco de Portugal, uma diminuição das remessas provocará a rarefacção das reservas, com consequências no crédito e na procura interna, facilitando uma recessão e mais desemprego. As remessas representam cerca de 4% do PIB e Portugal não se encontra em situação de poder prescindir das remessas dos seus emigrantes. Ora não se vê, aparentemente, que este problema tire o sono ao actual Governo. E, no entanto,

é necessário tomar medidas urgentes. Há que criar incentivos que levem os emigrantes a ter garantias e a enviar as suas poupanças para Portugal.

O desenvolvimento regional

Para terminar, não queremos deixar de registar um outro aspecto levantado no debate: a importância que as remessas poderiam ter na regionalização servindo de alavanca para um verdadeiro crescimento e desenvolvimento regional.

Presentemente, as remessas são captadas através da banca privada que, com elas, financia várias actividades, designadamente através do crédito, centralizando-o fundamentalmente no litoral. A regionalização deve ser o contrário: o remar contra a corrente que desertifica o interior, a aposta no investimento público que arraste o investimento privado. As remessas poderiam ser captadas para esse investimento se para tal lhe derem condições. Não se peça, a quem amealhou um pecúlio, com sacrifício, que o arrisque sem garantias. Se se dá tantas facilidades ao capital estrangeiro para cá investir, por que não dar taxas ou benefícios fiscais às remessas para fins de investimento, como, por exemplo, isentá-las do IRS? Cremos que seria um contributo não só para o desenvolvimento mas também para o regresso de muitos emigrantes. O interior desertificado que temos necessita de investimentos, mas igualmente de sangue novo que altere o panorama existente.



Entre os anos 50 e 90 foram dois milhões de portugueses que emigraram. Ou seja, um quinto da população portuguesa viu-se forçado a partir à procura de uma vida mais digna, de um futuro melhor que Portugal não lhes proporcionava. Longe, vão alimentando o sonho de regresso, sonho esse que acaba por não se concretizar dado que lhes são também negadas as condições mínimas para tal. E, enquanto isso, com o seu esforço e o produto do seu trabalho, vão alimentando o país que duplamente os nega. A emigração é, pois, um exemplo bem evidente da política inoperante dos nossos governantes, quer antes do 25 de Abril quer depois com os sucessivos governos PSD e PS.

Os Fundos Comunitários

A integração na UE em marcha acelerada, cria um facto de consequências difíceis de avaliar com a adesão à moeda única, com o risco de aumentar o fosso entre regiões e países mais ricos e mais pobres, caso os impactos, para estes últimos, não sejam minorados com um aumento de ajudas financeiras. Ora, no momento, o que se prevê, face à discussão sobre a Agenda 2000 - futuro quadro financeiro e orçamental comunitário para os anos 2000 e 2006 -, é que esse fosso aumente.

São conhecidas as ameaças, em relação à região de Lisboa e Vale do Tejo, de perdas de 500 milhões de contos dos fundos da UE por ter atingido os 75% do rendimento *per capita* comunitário.

■ Zillah Murgel
Branco

A violência no mundo

A reunião de torcedores dos vários países que concorreram à Copa do Mundo na França desvendou uma triste realidade que as elites têm tentado esconder: a violência não é exclusividade dos povos que vivem no subdesenvolvimento e a chamada «educação» (confundida com ensino escolar) não civiliza os seus beneficiados.

Os «hooligans» da Inglaterra, os «neofascistas» da Alemanha e de outros países, saídos da classe média e bem nutridos, agem com a mesma violência que os bandidos subdesenvolvidos. Todos fizeram os cursos básicos e, alguns, até os superiores, têm recursos suficientes para pagarem as roupas da moda e ingerirem rios de cerveja, bebidas caras e drogas, além de financiarem as suas viagens. Farão parte das redes criminosas que aliciam as crianças dos países subdesenvolvidos como passadores de drogas ou produtos para o mercado do sexo? Não duvido. Afinal a globalização não se restringe apenas às empresas legalizadas, é sobretudo a favor da centralização do capital e do poder que estão acima (ou abaixo) de qualquer ética.

Os países do Primeiro Mundo estão sendo completamente desmoralizados em matéria de civilidade. Os Estados Unidos têm sido campeões da criminalidade de adolescentes; a Inglaterra produz os conhecidos «hooligans»; da Alemanha saíram os «neofascistas» que se reproduziram justamente nas camadas sociais ricas dos demais países onde a impunidade protege a elite. Na América Latina foi no Chile de Pinochet que floresceu esta semente da sociedade neoliberal (ali se reuniram em Maio deste ano).

Confusões conceituais

Agora tornou-se moda apregoar o ensino escolar, que impropriamente se considera sinónimo de educação, como solução milagrosa para corrigir os efeitos nefastos do mau exemplo cultivado pelas elites que minam as instituições judiciárias e anulam os efeitos das leis nacionais para protegerem os seus desmandos.

Antes que seja tarde, vamos pôr os pontos nos «is». A **instrução**, transmitida através das escolas é indispensável para formar o cidadão que vai participar construtivamente na sociedade trabalhando e formando família. A **educação**, ou seja, as **regras de comportamento social** que são moldadas pela **cultura** de cada povo são igualmente essenciais para que os cidadãos mantenham o equilíbrio social e garantam o respeito pelos direitos humanos. A **formação**, a que a elite e os seus protegidos têm acesso através dos vários graus de ensino, é importante para fundamentar o conhecimento útil à sociedade e contribuir para o desenvolvimento científico, tecnológico, artístico. Atribuindo-se o termo **educação** ao produto das escolas que, cada vez mais, atendem às orientações do mercado (ver a Mesa-Redonda europeia dos industriais – ERT – que se reuniu em Janeiro de 1998 que concluiu pela afirmação de que «a educação e a formação são consideradas como os investimentos estratégicos vitais para garantir o futuro das empresas»).

O que se tem verificado nesses produtos terroristas dos países ricos (*hooligans* e neonazis) é que as suas sociedades **não cultivam a educação** e protegem os **delinquentes que fazem parte da elite**. De que vale o elevado índice de alfabetização e de escolaridade que exibem? As prisões estão abarrotadas de **delinquentes sem instrução, imigrantes**, elementos que não contam com o paternalismo das elites que comandam o sistema. A perseguição assume ainda características raciais e políticas quando vemos que os **negros** constituem o alvo principal das repressões policiais e que os **árabes** sofrem impedimentos como o que se verificou na proibição aos iranianos de entrarem na França para assistirem ao jogo que deu a vitória ao seu país contra os norte-americanos na Copa. Ninguém proibiu que os ingleses entrassem em França apesar dos muitos exemplos de violência que já deram em jogos anteriores com lamentável saldo de mortos e feridos. É fácil de se perceber que os **criminosos da elite ocidental** são privilegiados.

Redes criminosas e elites

Muitas das entrevistas de rua no Brasil mostram que a população que é obrigada a conviver com o crime de rua só confia na **justiça divina**. Não lhe sobra outra. São de público conhecimento as chacinas provocadas por policiais ligados à máfia da droga e os crimes praticados por jovens da alta classe que ficam impunes (inesquecível o assassinato por fogo do índio Gualdino em Brasília assim como o de muitos mendigos no Rio de Janeiro e São Paulo, considerados por juízes inescrupulosos como *brincadeiras* de jovens ingênuos). Agora a imprensa divulga com frequência situações de **medo** dos policiais que evitam enfrentar os criminosos. Um promotor disse em entrevista televisada: «se a Polícia tem medo, então a sociedade não precisa dela».

A discussão é enriquecida com argumentos humanitários que tornam, aparentemente, o problema sem solução: 1.º caso, o policial ganha pouco e adere ao tráfico de drogas para poder manter a família, portanto não vai reprimir os *colegas* ou o *patrão do segundo emprego*; 2.º caso, o policial conhece oficiais superiores

Falsa democracia

Vivemos complacentemente uma época de mentiras. O presidente do Brasil, que todas as semanas inaugura com grandes manifestações populares organizadas as obras que o seu governo realiza, diz não estar fazendo campanha para as próximas eleições. Em entrevista recente, aceitou, com ar constrangido, a hipótese de um segundo mandato e começou logo a prometer: crescimento económico, reforma tributária, controlo da inflação para conquistar a credibilidade externa. A entrevistadora lembrou os problemas sociais – eterno esquecimento – e Fernando Henrique Cardoso prometeu acabar com a fome e reduzir a miséria acrescentando que o crescimento do desemprego no Brasil é menos grave do que parece porque atinge *apenas 4% dos chefes de família* (estranho que o sociólogo brasileiro não saiba que neste belo e desgraçado país os orçamentos que garantem apenas o nível de subsistência são do *agregado familiar*. A velha imagem do *chefe de família* que sustenta sozinho a casa pertence *apenas* à oligarquia. Não é possível manter viva uma família com o salário mínimo mensal de 108 dólares).

Tanto o entrevistado como a entrevistadora não falam em *desenvolvimento*, em *saúde*, em *melhoria das condições de vida*. Ambos raciocinam com os neurónios das finanças e quando falam em *povo* pensam em *mercado consumidor*. A democracia apoia-se apenas em dados numéricos, a estatística que atribui um valor *per capita* sem revelar que há *capitas* ricas e pobres. O que conta, para eles, é o *crescimento económico*, não o *desenvolvimento*.

O jornalista norte-americano Doug Henwood, responsável pelo «*Left Business Observer*» nos Estados Unidos, afirma: «A economia cresce com base na desigualdade de renda e no endividamento da população. Ridículo é falar em democratização do capital quando 5% dos investidores detêm 95% das acções e o dinheiro aplicado nas Bolsas e nos fundos de pensão circula sem ser investido na economia real.» Depois de descrever as alavancas da sociedade norte-

americana cuja economia cresce em função do consumo e do empréstimo ao consumidor e alimenta empresas que só fazem investimentos de retorno alto e rápido, acrescentou: «Para um país do Terceiro Mundo, a adopção desse modelo é um desastre, nunca mais sai da pobreza. Seria necessário um Estado forte, planeamento económico, regulamentação das relações com o Exterior, controlo de fluxos de capital. Tudo o que o modelo norte-americano considera ruim.»

No entanto, o Brasil colou-se aos Estados Unidos e os dois actuais presidentes passam o fim-de-semana em amenas conversas...

Mas a verdade aparece um dia ou outro. É no mínimo estranho que com tanta farronca democrática do alto comando das relações exteriores do Brasil tenha escapado um documento elaborado pelo governo que propunha a criação de um parque ecológico internacional envolvendo áreas do Peru e do Equador, a ser gerido por organismos internacionais. A estes caberia o poder de polícia, exército, limitação de ingresso, etc. Ou seja, os dois países perderiam a soberania sobre essa região. Textualmente, a proposta era: «*sob a capa de um parque (que seria uma reserva ecológica) ficaria assegurada a exclusão de todas as unidades militares à região (negando, assim, acesso à zona do conflito de 1995 às Forças Armadas)*». Claro que isto vem ao encontro da proposta de *internacionalização da Amazônia* sob o pretexto da região ser o «pulmão do mundo».

Assim como a população brasileira fica à espera que a «justiça divina se faça sobre a do país», esperamos que a mentira, que tem pernas curtas, seja denunciada. O problema é que leva muito tempo, engana muita gente boa, causa imensos prejuízos e irreversíveis sofrimentos. Assim foi com Gorbachev, que só agora, quando apareceu como «garoto-propaganda» das pizzas Hutt nas televisões de alguns países latino-americanos (foi visto no Chile, por exemplo), é que se desmascarou como lacaio do imperialismo.



que protegem o tráfico de drogas e não quer cair em desgraça perseguindo os criminosos protegidos superiormente; 3.º caso, o policial tem a consciência popular comum de *descrença na justiça e na protecção social* e não arrisca a pele para se tornar uma possível vítima dos criminosos; 4.º caso, o policial conhece os problemas de superlotação das penitenciárias e dos frequentes motins e fugas, portanto não faz empenho em aumentar os problemas insolúveis do sistema trazendo mais detentos (argumento que motivou a aprovação no Senado brasileiro de um decreto-lei reduzindo as penas dos crimes hediondos).

Tudo lógico. Então onde está a solução? A grande burguesia já constrói as suas ricas prisões domiciliárias em condomínio fechado e contrata os seus guarda-costas para poder viver na sociedade ameaçadora. Com o crescimento da criminalidade logo será mais económico para o Estado soltar os delinquentes e prender a população pacífica. Só que também começam a ocorrer crimes dentro dos condomínios, praticados pelos filhos das famílias que ali residem. A marginalidade não é uma exclusividade dos que vivem à margem da economia e da protecção social, é uma consequência de uma **cultura elitista e da situação de impunidade que o sistema impõe**.

Isto também tem a sua lógica já que os altos delinquentes – corruptos e corruptores – circulam livremente pelas esferas do poder económico e político. Os exemplos históricos são muitos em todo o mundo e no Brasil temos memória recente do processo contra o ex-presidente Collor e o seu braço direito PC Farias que acabou assassinado para queima do arquivo. Mas, infelizmente, não fica por aí. O Congresso Nacional acaba de perdoar deputados que venderam os seus favores, para a execução de grandes obras do Estado e os que *alugaram* os seus cargos a suplentes. Refiro só isto para não esmiuçar o lodaçal que envolve falências bancárias e deterioração de grandes empresas nacionais que acabam privatizadas.

Inglêses que preferiram viver em Portugal

■ Manoel de Lencastre

Escrevemos, recentemente, alguns apontamentos sobre portugueses que viveram ou vivem em Inglaterra. Agora, ocupar-nos-emos da versão oposta – dos ingleses que vieram para o nosso país. Uns e outros, não pode dizer-se que tenham objectivos idênticos. No geral, o instinto mercantilista britânico trá-los a Portugal para nos arrastarem nos seus negócios. Ao contrário, os portugueses que vão para Inglaterra fazem-no em busca de empregos e melhores salários. A diferença é importante.

Quando Rose Macaulay chegou a Portugal na Primavera de 1943, a guerra devorava os povos e os países. Londres mostrava as feridas profundas provocadas pelos bombardeamentos da «Luftwaffe». E a escritora sentiu que tinha entrado, possivelmente, no paraíso. Não estava interessada, como se compreende, no viver dos portugueses. O seu objectivo era publicar um livro sobre os britânicos que viviam ou tinham vivido entre nós. Escreveu 250 000 palavras e traçou a crónica de quase todos os ingleses que estiveram em Portugal desde o século XII até ao XIX. Em 1946, o livro «They Went To Portugal»⁽¹⁾ conhecia já três edições. Tornou-se num clássico. Todos ficámos em dia com as cruéis, insaciáveis e desumanas exigências dos cruzados, a vida de embaixadores, pequenos e grandes «businessmen», industriais; a das famílias que se instalaram no Porto e monopolizaram os distintos e valiosos vinhos da região. Entrámos na intimidade do duque de Wellington e na de William Carr Beresford, o homem que mandava em Portugal e vivia em total atmosfera de ilegalidade conjugal com a viscondessa da Juromenha, Maria da Luz Willoughby da Silveira.

Igualmente, a figura de William Beckford, autor do célebre «Diário», que visitou Portugal em três ocasiões diferentes, foi objecto da atenção detalhada de Rose Macaulay. Segundo ela, «a personalidade de Beckford era mentirosa, sem escrúpulos, perversa, fátua, corruptora de jovens». Mas diz, também, que «era o mais altamente dotado» entre os ingleses que escreveram sobre Portugal e por cá passaram, incluindo Byron, Southey, Fielding.

No nosso tempo, os ingleses que viajam para este país são outros, evidentemente. As condições modernas abriram possibilidades a muita outra gente. Os aviões andam cheios de golfistas, reformados, veraneantes que buscam o sol da nossa terra, em férias. Mas, como resultado da cada vez mais intensa comercialização da vida, surgem, também, legiões de contabilistas e auditores, técnicos de informática, especialistas de análise de negócios, vendedores e, em números jamais vistos, aventureiros. Tudo isto conduz a que alguns já não regressem ao país de origem e fiquem entre nós – por mera escolha, por não desejarem enfrentar problemas pendentes em Inglaterra ou... por imposição da Justiça portuguesa. Nas prisões de Sintra, Vale de Judeus e Alcoentre já entrevistámos cidadãos britânicos que haviam escolhido Portugal para operações de tráfico de estupefacientes, passagem de notas falsas e outras actividades em que o capitalismo os faz mergulhar. Tiveram, portanto, de permanecer.

Um deles, homem já na casa dos setenta anos, disse-nos: «Sou natural de Londres e vivo no bairro de Holborn. Precisava de mil libras, absolutamente, e dispus-me a transportar uma mala até Lisboa. Agora, "sir" morrerei aqui.» Dissémos-lhe que deveria ter coragem para sofrer e esperar a hora, ainda longínqua, da libertação.

Mas, o homem respondeu: «O problema "sir" é que não sou capaz de suportar o cheiro do peixe frito. Dão-me peixe frito ao almoço, peixe frito ao jantar...»

Estamos perfeitamente certos de que se Rose Macaulay tivesse de escrever agora o seu «They Went To Portugal» cujos capítulos não publicados em 1946 surgiram à luz do dia em 1990 sob o título «They Went To Portugal Too»⁽²⁾ (Carcanet-

Fundação Gulbenkian) produziria uma obra completamente distinta. Ou não seria capaz de escrevê-la. Conseguiria actualizar a sua concepção de cidadãos ingleses vivendo em Portugal? Como descreveria o solícito mas esfomeado e triste arrumador de automóveis que trabalha num parque de estacionamento no centro de Albufeira e vive de (?) de gorjetas?

Cidadão e «gentleman»...

Vai já longe o tempo em que os portugueses, tão candidamente, se deixavam explorar por ingleses sem escrúpulos que abusavam da sua condição e viviam em Portugal para tirar partido da boa-fé nacional e do respeito que nutríamos pelo povo que lutara a nosso lado durante a Guerra Peninsular. Por exemplo: o cidadão Worsdell fazia temporadas consecutivas com a família, a banhos, em Portimão – hospedava-se no Grande Hotel da Rocha e nunca pagava as respectivas contas. Era a própria direcção do hotel que sentia vergonha de apresentá-las a tão importante senhor. E ele, a quem lhe perguntasse: «Qual a razão, Mr. Worsdell, por que tem um empregado inglês e um português que fazem exactamente o mesmo trabalho, mas o primeiro ganha o dobro do ordenado do segundo?» Dirigia resposta clara e pronta: «É que o inglês, "sir", bebe "whisky" e o português não...»



Rose Macaulay

Worsdell viera para Portugal como agente comprador de cortiças ao serviço de uma firma de Birmingham. Em breve, tendo alargado os seus contactos junto dos industriais de Silves, começou a trabalhar por conta própria e abriu escritório em Lisboa. Dizia-se nos meios bancários da capital portuguesa, em fins dos anos 50, que a falência da firma de que Mr. Worsdell era gerente fora originada por dívidas de mais de 20 000 contos. O inglês, habilidosamente, afastara-se para a sua velha e sempre

perpétua mas apaixonante Inglaterra. Os Bancos nada receberam, os credores gerais não viram um centavo e menos, evidentemente, recebeu o Grande Hotel da Rocha. Boa história, sem dúvida, para Rose Macaulay. Mas saberia contá-la?

Portugal colonizado e humilhado

Hoje, começa a verificar-se uma estranha noção de igualdade entre os dois povos. Todavia, trata-se de uma igualdade ilusória. Deparamos, é certo, com multidões de portugueses a bebericar aos balcões de bares e à mesa nos restaurantes. Subsistem, entretanto, algumas barreiras que fazem a diferença. Daquilo que observamos, o «whisky» que se bebe por esse país fora é suspeito quanto à sua qualidade. Os melhores «whiskies», tanto quanto nos parece, não chegam a entrar em Portugal. Não é que os ingleses não desejem vendê-lo, evidentemente. É que os «nossos» pequeno-burgueses consumidores, fiéis às suas tradições de «businessmen» com estrangeirados hábitos, servos de aspirações deslocadas e fantasistas, preferem o aspecto das coisas ao seu real conteúdo. No «whisky» que beberricamos, o que, principalmente, conta, é o exibir o rótulo da garrafa. Eles até sabem que aquilo é quase sempre falso... Quanto mais não vale um simples copo de vinho do Porto?

Mas, atenção! O «nosso» Porto continua a pertencer às velhas famílias britânicas. Ao mesmo tempo que o referido Worsdell gozava o Verão de Portugal na Praia da Rocha e não pagava as contas do Grande Hotel, os «shippers»⁽³⁾ ingleses de vinho do Porto exigiam dos pequenos produtores portugueses os favores das respectivas filhas. E sugeriam, sujeamente, para que elevassem os preços de compra um pouco mais: «Lave a rapariga e mande-ma cá, depois.»

(1) «Foram para Portugal»

(2) «Foram para Portugal, também»

(3) Exportadores

Um esclarecimento oportuno

De Carlos Plácido, responsável da organização do PCP na Grã-Bretanha de 1961 a 1982, recebemos o esclarecimento que a seguir se transcreve, notificando algumas informações publicadas em anterior artigo no nosso jornal:

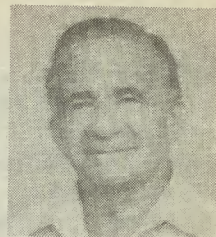
«O subscritor, como responsável da organização do PCP na Grã-Bretanha de 1961 a 1982, considera necessário apontar os seguintes factos em relação a um artigo assinado por M. Lencastre publicado no «Avante!» de 09.06.98.

1º – Já, 7 anos antes da chegada do autor daquele artigo a Londres, existia e trabalhava activamente uma organização do PCP entre os imigrantes portugueses em Inglaterra. Essa organização teve um papel de relevo na ajuda à luta do PCP contra o regime fascista português e no desmascaramento internacional desse regime. Destacando-se nessa acção o «Portuguese and Colonial Bulletin», publicado em inglês pela organização, e que, num total de 680 páginas impressas durante 14 anos (1961-1974), levou a todos os cantos do mundo notícias sobre a luta antifascista em Portugal e a luta anticolonialista nas então colónias portuguesas; contribuindo ainda para a libertação de dezenas de presos políticos portugueses e para a defesa das vidas de muitos outros; tendo que enfrentar inúmeros obstáculos levantados pelo imperialismo inglês, aliado do fascismo em Portugal.

2º – O apoio à fundação da Associação dos Portugueses em Inglaterra e a publicação do jornal «O Português na Inglaterra» resultaram da acção colectiva da organização do PCP na Grã-Bretanha e não de uma iniciativa individual. Esta organização iniciou também, antes de 1974, a formação e actuação de Comissões de Unidade entre os trabalhadores portugueses lá imigrados.

3º – Entre 1974 e 1982, a organização do PCP na Grã-Bretanha levou a cabo a publicação do «Boletim Português», dirigido à imigração em Inglaterra, e do «Portuguese Bulletin» em língua inglesa. Além de muitas dezenas de outras iniciativas em defesa da Revolução de Abril e dos interesses dos imigrantes portugueses, bem como de apoio à luta do PCP em Portugal; incluindo o levar a cabo as maiores iniciativas de massas entre a imigração portuguesa realizadas até à data. Junta-se um relatório detalhado, feito em tempo, sobre as actividades da organização da Grã-Bretanha do PCP de 1961 a 1982. Não se deveriam ignorar estes factos quando se historia aspectos da imigração portuguesa em Inglaterra.»

Eleições num país arruinado

Fernando Henrique
ou Lula?

■ Miguel
Urbano
Rodrigues

No início de Junho, a popularidade do presidente Fernando Henrique Cardoso caiu para o nível mais baixo dos últimos anos. As sondagens revelaram que FHC estava no momento tecnicamente empatado com Luís Ignácio da Silva (Lula). Existe agora a certeza de que, a não se produzirem situações imprevisíveis, haverá um segundo turno, pois nenhum dos candidatos obterá maioria absoluta numa primeira consulta ao eleitorado.

Dois meses antes, o panorama era muito diferente. Entretanto, o presidente acumulou erros; a crise económica e social agravou-se; e a evolução da situação internacional, sobretudo na Ásia e na Rússia, tornou mais transparente a vulnerabilidade e a dependência financeira do Brasil.

A sondagem da Datafolha (14.6.98) – a empresa do ramo com mais credibilidade – tornou pública uma evidência: o descontentamento cresce em todo o país. A maioria dos brasileiros responsabiliza a política de FHC pelo aumento do desemprego e da violência, pelo descalabro da saúde e pela passividade do Estado nas áreas do combate à seca e da habitação.

Após a pausa do Campeonato do Mundo – durante quatro semanas o país viveu pendente do futebol – a batalha política vai desenvolver-se num ambiente tempestuoso.

O facto de 40% dos cidadãos que já escolheram o seu candidato afirmarem que podem mudar a intenção de voto até Outubro é esclarecedor da fluidez e complexidade do quadro eleitoral.



FHC, acusado de olhar o povo com sobrançeria, já começou a correr pelo país. Mudou o discurso, o estilo e a tática. Terá, finalmente, compreendido que a insistência na apologia da sua obra beneficiava os adversários. O falecido ministro Sérgio Mota, que era a eminência parda do Governo, já lhe havia dito que o auto-elogio, a defesa das reformas e o refrão da estabilidade não poderiam render votos nas próximas eleições. Ora FHC estava a repetir Cavaco com a teoria do oásis.

Um povo que aperta o cinto num país com um dos salários mínimos mais baixos da América Latina, onde o fosso entre os muito ricos e os muito pobres se aprofunda, reage naturalmente com impaciência e irritação a um discurso académico que faz do presente o patamar da entrada no paraíso.

FHC, de súbito, fez do ataque a Lula e ao que ele significaria a alavanca da sua campanha. Num contexto diferente, aplica no Brasil a fórmula que os técnicos de marketing eleitoral norte-americanos ofereceram a Ieltsin na Rússia: concentra todo o fogo na sua oratória de campanha no ataque ao candidato da oposição. Só falta afirmar que o Brasil acabará se Lula entrar no Palácio do Planalto como presidente da República. O seu principal adversário – os outros doze são inexpressivos – é satanizado como símbolo da desordem, da irresponsabilidade, da ignorância, e instrumento de forças empenhadas em criar o caos. Leonel Brizola, candidato a vice-presidente e da coligação dos quatro partidos de esquerda – PT, PS, PC do B e PDT – recebe o mesmo tratamento. Os homens do presidente apresentam-no como um caudilho truculento, inculto, demagogo e sem projecto.

A procissão ainda vai no adro, mas a linguagem do PT tem sido cautelosa. O Governo não convenceu na sua tentativa de estabelecer pontos entre Lula e as acções do Movimento dos Sem Terra. A «Folha de S. Paulo» informou, aliás, que em 92% dos saques atribuídos aos Sem Terra as autoridades nem sequer tomaram a iniciativa de abrir inquéritos para apuramento de responsabilidades. Porquê?

O Governo declarou que o Exército intervirá, se necessário, em defesa da «lei e da ordem». Mas a iniciativa foi sobretudo de carácter psicológico. FHC teme desencadear a repressão no Nordeste contra as massas famintas que assaltam supermercados e armazéns do Estado.

Ao utilizar a palavra «vagabundos», de uma forma imprecisa, para qualificar trabalhadores que pedem a reforma antecipada, o presidente cometeu um erro que tira autoridade à sua crítica ao discurso de campanha dos adversários. Sentiu, aliás, a necessidade de ir à televisão para explicar «o vagabundo».

*
* *

Fernando Henrique tem consciência da gravidade dos efeitos da exclusão social. O Brasil figura hoje entre os seis países do Terceiro Mundo de maior desigualdade na distribuição da riqueza.

No início de 1996, o presidente pronunciou no Colégio do México, durante visita oficial àquele país, um discurso arrogante em que fez a apologia do neoliberalismo e da globalização. Presentemente, critica com timidez as suas consequências nefastas, reconhecendo que prejudicam os países não desenvolvidos. Mas logo acrescenta que, perante os desníveis de poder, a globalização é um facto consumado contra o qual nada haveria a fazer...

A imagem do presidente no mundo intelectual, que no início do mandato o apoiou com entusiasmo, degradou-se de semana para semana, adquirindo tons cinzentos.

Os grandes jornais publicaram em Junho extensas reportagens sobre um acontecimento que chamou a atenção para as contradições de FHC: um seminário internacional que debateu na Universidade de São Paulo a chamada «Teoria da Dependência». Esteve presente o sociólogo chileno Enzo Faletto que há 30 anos escreveu com FHC um livro que marcou sucessivas gerações, «Dependência e Desenvolvimento na América Latina». Hoje, o presidente FHC renega o que então, como marxista e professor exilado, sustentava. Argumenta que a globalização dos mercados gerou uma interdependência que substituiu os antigos mecanismos. «Antes – declarou em 1996 em entrevista à «Folha de S. Paulo» – havia um capitalismo internacional que não industrializava a periferia, porque não interessava, mas agora ele a industrializa. O mercado interno passa a ser importante para as empresas estrangeiras que vêm para cá.»

Não é de estranhar que essa frágil e embrulhada argumentação desagrade a gregos e troianos.

Os presidentes de quatro dos maiores grupos económicos do país, empregam 100 000 pessoas e apresentam um facturamento líquido de 100 mil milhões de reais (oitenta mil milhões de dólares) com um lucro líquido de 1000 milhões, tenham chegado a conclusões pouco optimistas sobre o futuro do actual modelo de desenvolvimento capitalista do Brasil. Em entrevista à revista «Carta Capital» (27.5.98), Emílio Odebrecht – o senhor de uma grande empresa de construção, serviços e petroquímica – adverte que a desnacionalização no Brasil atingiu um patamar perigoso, lembrando simultaneamente que o capital estrangeiro pode abandonar de repente o país se as condições piorarem.

Não são somente os escândalos das privatizações que colocam o presidente numa postura difícil. A política desenvolvida na área bancária criou situações desprestigiantes e comprometedoras para o Governo. Há apenas dois anos FHC justificou a estratégia que levou o Estado a desembolsar 20 000 milhões para evitar a falência de bancos privados. Os resultados foram desastrosos. Cito um exemplo: o saneamento financeiro do Banco

Económico custou ao Tesouro 4 mil milhões; mas, transcorridos dois anos, o referido banco acabou vendido a um grupo espanhol por apenas 500 milhões.

Que ética é essa? – pergunta a oposição.

Não sem ironia, Benjamin Steinbruck, o presidente de um gigantesco grupo económico que inclui a Companhia Siderúrgica Nacional, a Vale do Rio Doce e a Light, brindou o presidente com um elogio envenenado ao sublinhar que «o governo está dando à iniciativa privada a chance de assumir o projecto do país». Esse eufemismo, traduzido em miúdos, significa que a estratégia do modelo neoliberal brasileiro é traçada e comandada cada vez mais pelos grandes grupos (e, claro, pelo imperialismo) e não pelo Estado.

*
* *

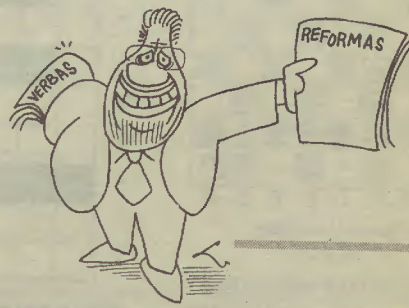
A crise brasileira atinge tais proporções que o resultado da eleição presidencial, qualquer que seja, não terá influência decisiva no seu desenvolvimento.

FHC, se reeleito, prosseguirá a política que arruinou a nação. Se Lula for o presidente receberá como herança um país financeiramente quebrado, à beira da bancarrota, e o imperialismo e o grande capital tudo farão para tornar o Brasil ingovernável. Seria sumamente incómoda a posição de um presidente de esquerda. Muito mais difícil do que realizar uma excelente campanha eleitoral seria para Lula, se eleito, encontrar respostas minimamente satisfatórias para a pergunta: que fazer?

O carácter dilemático da situação existente, num contexto em que o horizonte imediato será sempre sombrio, acaba, paradoxalmente, por favorecer FHC. Mas é cedo para previsões.

A esperança nasce do povo brasileiro. Não conheço outro no mundo capitalista (v. «Avante!», 9.6.98) que, através de carências e sofrimentos comparáveis, tenha conseguido preservar um amor tão intenso à vida, uma alegria tão explosiva e contagiante. Os brasileiros têm motivos para acreditar num futuro gratificante, adiado de geração em geração.

Poucos países exibem recursos naturais e potencialidades tão amplos e diversificados. Os brasileiros têm a Amazônia, mais água do que a Europa inteira, um subsolo fabulosamente rico, uma indústria poderosa, o maior rebanho bovino do mundo, uma terra com áreas de fertilidade assombrosa como Pero Vaz de Caminha já dizia há quase 500 anos. E, sobretudo, um bem inestimável: um povo inteligente, criador, imaginativo, profundamente humano.

FHC, Cuba,
Clinton e Guterres

O ministro das Relações Exteriores do Brasil, Lampreia, durante uma visita oficial a Cuba, encontrou-se à margem do programa com Elizardo Sanchez, um contra-revolucionário que se auto-intitula presidente de uma comissão fantasmática de Direitos Humanos. A iniciativa, que configura uma violação de normas diplomáticas do Itamarati, suscitou protestos no Brasil. Fidel Castro, significativamente, não recebeu o ministro brasileiro. Segundo comentários publicados na imprensa de São Paulo, FHC quis oferecer «um presente» ao presidente Clinton, nas vésperas da sua visita aos EUA, onde foi recebido pelo presidente e

sua mulher na residência campestre de Camp David.

Não se sabe com precisão o que foi dito no encontro. Mas, de acordo com inconfidências vindas a público em diários de São Paulo, Clinton, para demonstrar apreço por FHC, teria emitido opiniões pessoais sobre alguns governantes europeus e latino-americanos. Grandes elogios supostamente feitos pelo presidente norte-americano a António Guterres foram ironicamente comentados pelos jornais brasileiros. O primeiro-ministro português mereceria mesmo mais confiança ao chefe da Casa Branca do que o próprio líder da direita espanhola, José Maria Aznar...

Privatizar tudo...

... é o lema do governo do engenheiro Guterres, aliás dando digna continuidade a um processo para o qual o professor Cavaco deu inestimável contributo. Para o PS, como para o PSD, privatizar significa modernizar - modernizar no sentido mais moderno do termo, ou seja, pegar nas empresas públicas rentáveis e transferi-las, por preços simbólicos, para grandes grupos económicos nas mãos dos quais passam a ser, de imediato, ainda mais rentáveis. Isto porque, feita a transferência, os novos donos logo procedem a um conjunto de pragmáticas medidas de rentabilíssima modernidade, género mandar para o desemprego parte dos trabalhadores, baixar a qualidade e aumentar o preço dos serviços prestados, etc. O processo de privatizações vai assim de vento em popa. E se o sonho do Primeiro-Ministro se realizar integralmente, dentro de pouco tempo haverá menos empresas públicas no Portugal de Guterres do que havia no Portugal de Salazar - feito que há-de fazer roer de inveja o esqueleto do ditador de Santa Comba e encherá de legítimo orgulho o engenheiro de Donas.

... e mais alguma coisa!

Vem tudo isto a propósito de uma notícia que (conforme

PONTOS CARDEAIS

anunciamos há uma semana nestes Pontos Cardeais) nos chegou proveniente de fonte anónima mas digna de todo o crédito. Garante-nos a dita fonte que o Governo tencionava proceder a dois novos processos de privatização, nunca antes previstos nem sequer imaginados. Segundo a fonte, a coisa é isto: estando já privatizado ou em vias disso tudo quanto é rentável, achou o Governo que bom seria encontrar-se mais qualquer coisa que, privatizada à maneira, ajudasse os grandes grupos económicos a serem ainda maiores - de forma a que, por exemplo, o engenheiro Belmiro pudesse pular do grupo dos 200 para o grupo dos 10 mais ricos do Mundo e que outros seus pares pudessem igualmente pular, pular, pular. A Bem da Nação, evidentemente e como não podia deixar de ser.

Que coisa?

Partiram ministros e secretários e subsecretários e afins em busca da dita coisa. Vasculharam, remexeram e revolveram as suas memórias julgadas brancas e gastas nesta matéria. E como quem porfia sempre alcança, alcançaram! Assim, estamos em condições de informar em primeiríssima mão que o Governo decidiu proceder a duas sensacionais privatizações sobre

as quais, por compreensíveis razões tácticas guarda cerrado segredo mas que não escaparam ao cristalino e perscrutante jorro da pura fonte a que tivemos acesso: garante-nos a nossa fidedigna fonte que o Governo já decidiu privatizar, nem mais nem menos do que a TORRE de BELÉM! E ainda - e para fechar bem fechado e com chave de ouro este patriótico processo - a cruzada privatizadora culminará com o vistoso fogo de artifício que é, que vai ser, nem mais nem menos do que a privatização do GOVERNO! Exactamente: do Governo do Engenheiro Guterres, ele mesmo, o próprio!

Adeus Torre de Belém...

Para esta privatização a forma escolhida parece ter sido a do ajuste directo. O Governo sustentará este projecto no facto de se terem esgotado todas as áreas privatizáveis, na necessidade de fazer face aos elevados custos de manutenção e no valor do encaixe que daqui pode resultar, num momento em que após a entrada no Euro é preciso garantir o cumprimento do pacto de estabilidade. O caderno de encargos da privatização não prevê, para já, a mudança do monumento para outro local. Não exclui, no

entanto - face a necessidades de encaixe e no quadro de uma perspectiva de globalização - a possibilidade da sua transplantação para outro país. Caso se opte pela transferência, estão já previstas adequadas medidas de defesa do património e do enquadramento ambiental da zona. Notícias quase confirmadas garantem estar a ser estudada a implantação no local de uma rigorosa imitação da Torre em plástico insuflado ou coisa assim.

E, naturalmente, o Governo

Eis um processo de privatização lógico, natural, fácil. Trata-se, ao fim e ao cabo, de uma mera formalização, de um simples passar a escrito um facto consumado. A privatização do Governo traduz-se na formalização de meia dúzia de aspectos: oficialmente, o Governo será constituído por representantes, devidamente credenciados para o efeito, dos grandes grupos económicos e

PONTOS NATURAIS

■ Mário Castrim

Sonetos pessoais e actuais

Ambição

Um soneto, irmão deste, a seu respeito tinha a imagem fiel da dimensão desses catorze versos - tantos são os que deixam um soneto satisfeito.

Jamais quis ser eterno, um pouco ao jeito do «alma minha gentil». Modéstia? Não. Somente recusar da ilusão (compreensível? Talvez) qualquer proveito.

Mas um leitor da Holanda lhe escreveu: «Obrigado, pois tu disseste o que eu queria saber dizer...» Na realidade

aí o sonetinho viu que, se há uma pessoa só que o ouça, já já existe um chéirinho a eternidade.



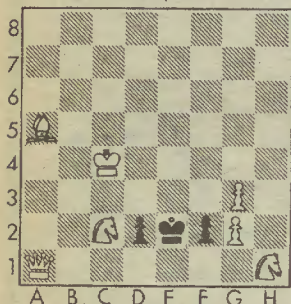
XADREZ

DCLXV - 16 DE JULHO DE 1998
PROPOSIÇÃO Nº 1998X28

Por: C. Groeneveld (NL)

«Thèmes 64», Nº 4 - Out. 1956

Pr.: [3]: Ps. d2, f2 - Re2
Br.: [7]: Ps. g2, g3 - Cs. c2, h1 - Ba5 - Da1 - Rc4



Mate em 2 [dois] lances

SOLUÇÃO DO Nº 1998X28 [C. G.]

1. Dd4!; [blocus], d1=D [C] 2. D:f2 [Dd3] #; 1. ...; f1=D [C]; 2. D:d2 [Dg4] #. 1. ... Rd1 [Rf1]; 2. D:d2 [D...f2] # A. de M. M.

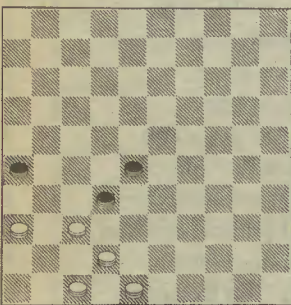
DAMAS

DCLXV - 16 DE JULHO DE 1998
PROPOSIÇÃO Nº 1998D28

Por: Maurice Nicholas [F]

«De Problemist», NL, XI, 1961

Pr.: [3]: 26-28-(32)
Br.: [5]: 36-37-42-47-48



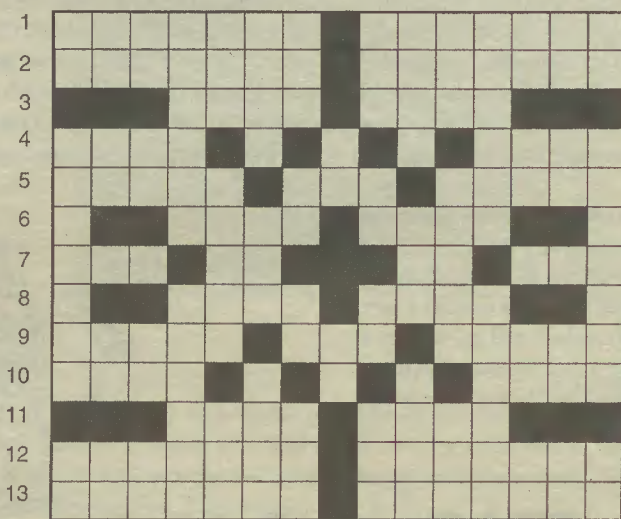
Branças jogam e ganham

SOLUÇÃO DO Nº 1998D28 [M.N.]

1. 36-37-31! (32x46) (26x37); 2. 42-38, (26x37); 3. 47-41+

PALAVRAS CRUZADAS

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15



HORIZONTAIS: 1 - Nome do missionário jesuíta, dos fins do séc. XVII, que trouxe a planta com o mesmo nome do Japão para a Europa; emendas de erros num livro, num impresso, etc. (pl.). 2 - Paredes que limitam lateralmente o costado de um navio; mio que o gato dá de uma vez. 3 - Lavar, cozinha no forno. 4 - Formar em alas; cada uma das nove divindades que, segundo a mitologia romana, presidem às letras, ciências e artes liberais. 5 - Vestimenta de mulher indiana (pl.); o rubor das faces; ganir (o cão). 6 - Carta de jogar com oito pintas; governador de província ou chefe de tribo, entre os árabes. 7 - Espécie de capa sem mangas usadas por innandades e confrarias, em actos solenes; nota musical; suf. nom. de origem italiana, que tem sentido diminutivo; abóbada celeste onde parecem colocados os astros, limitada pela linha do horizonte. 8 - Planta do pé; grande cão de fila. 9 - A parte imaterial do ser humano (pl.); senhora (bras.); poema dramático ou lírico originário da Itália, cantado com acompanhamento de orquestra. 10 - Verdadeiro; agarrar com as gavinhas. 11 - Patrões; içar. 12 - Comparara; silenciosas. 13 - Ennubesceram; meigo.

VERTICAIS: 1 - Cálcio (s.q.); devastar; antes de Cristo (abrev.). 2 - Amerício (s.q.); naquele lugar; tamborzinho árabe; principal rio de Itália. 3 - Muar; atmosfera; cânhamo de Manila; suf. de agente. 4 - O tesouro público; confusão (fig.). 5 - A parte inferior do pão; reservatório com ar rarefeito, onde as colheitas verdes se guardam comprimidas para sofrerem fermentação e depois servirem de forragens (pl.); o abismo (fig.). 6 - Abaladas; análogo; demora. 7 - Principal rio da Suíça; cobalto (s.q.); campeão; o tio americano. 8 - Poeta; satélite de Júpiter. 9 - Ave corredora; acusada; rio costeiro de França; mau cheiro (bras.). 10 - Escárnio; muitos (fig.); içam. 11 - Pano de arrás; variedade de maçã; a barlavento (náut.). 12 - Efeminar; praticar operação cirúrgica. 13 - Telúrio (s.q.); antiga nota dó; artigo antigo; compaixão. 14 - O mais (ant.); sim (ant.); Rádio (s.q.); a carta mais alta do baralho. 15 - Apelido; colocar em ordem; isolado.

SOLUÇÃO:
HORIZONTAIS: 1 - Amurada; miadela. 2 - Amarela; crata. 3 - Amarela; miadela. 4 - Amarela; crata. 5 - Amarela; crata. 6 - Amarela; crata. 7 - Amarela; crata. 8 - Amarela; crata. 9 - Amarela; crata. 10 - Amarela; crata. 11 - Amarela; crata. 12 - Amarela; crata. 13 - Amarela; crata. 14 - Amarela; crata. 15 - Amarela; crata.
VERTICAIS: 1 - Ca; assolar; a. 2 - Am; h; i; j; k; l; m; n; o; p; q; r; s; t; u; v; w; x; y; z. 3 - Mu; a; r; t; e; s. 4 - Ca; a; l; a; s. 5 - Am; a; b; i; s; m; o. 6 - Ab; a; l; a; d; a; s. 7 - Am; a; r; a; b; e. 8 - Pl; a; n; t; a. 9 - Pl; a; n; t; a. 10 - Pl; a; n; t; a. 11 - Pl; a; n; t; a. 12 - Pl; a; n; t; a. 13 - Pl; a; n; t; a. 14 - Pl; a; n; t; a. 15 - Pl; a; n; t; a.

financeiros e das multinacionais instaladas em Portugal; por outro lado, os membros do Governo, sem excepção, ficarão atrelados às exigências da mobilidade e, por isso, obrigatoriamente disponíveis para desempenhar, em qualquer momento, qualquer tarefa decidida de acordo com os superiores e patrióticos interesses de quem neles manda. Consta que, para formalizar o evento, está prevista a realização de uma cimeira entre a parte interessada e o Governo, cimeira que desta vez não terá almoço nem será em Bicesse: ocorrerá, diz-se, na Sede do Conselho de Ministros e será presidida por um alto representante do grande capital cujo nome a nossa fonte não quis revelar. Assim sendo, é óbvio que esta importante alteração e modernização do sistema político não implicará, para já, qualquer modificação na composição do governo do engenheiro Guterres nem, em princípio, nas direcções dos dois partidos que, com o do governo, constituem a santíssima trindade que, em nome dos interesses dos grandes grupos económicos - que coincidem, como todos os dias nos é ensinado, com os supremos interesses da ditosa Pátria deles - se batem todos os dias, nas diversas frentes e retaguardas, pela perfeita e fiel aplicação da política de direita. Escusado será dizer que o Primeiro-Ministro se manterá em funções, uma vez que, como se sabe, sobre ele recai o esmagador consenso dos grupos económicos e financeiros e do capital estrangeiro.

Vamos lá a saber

Disseste que morreram os ideais. Vejam só onde chega a ingratidão Nada, nenhuma participação ao menos, para ir aos funerais!

Jamais esperei deles cousas tais. Anda a gente uma vida de paixão a dar-lhes tempo, os bens, o coração vai eles, toma! Ah, isto não se fais!

Eu, que não vou tão facilmente à bola, acho haver qualquer coisa que não cola nas palavras que tão soturnamente impeles

e pergunto depois de longo estudo: morreram mesmo, cemitério e tudo, ou tu é que morreste para eles?

Muito simples

Declaro agora aqui para conforto dos meus vizinhos - aliás boa gente - que nunca me passou pela cabeça - de retro, Satanás! - ser pelo aborto.

Mas pra quê esconder que isto vai torto? Para quê as voltinhas da serpente? Pra quê, meus caros, não olhar de frente e pôr as leis no rumo do bom porto?

Sois pela vida? Então e as crianças que definham sem pão e sem esperanças à porta dos honestos fariseus

que nada vêem, mesmo à luz do dia? Crime, se há crime, está na hipocrisia. É isto, isto, apenas isto, meus!

AGENDA



● AGUALVA-CACÉM

Plenário de militantes da freguesia: Sexta-feira, às 21h., no CT do Cacém, com a participação de **Antónia Dimas**.

● ALCÁCER DO SAL

Plenário de militantes no Casão da Cooperativa de Rio de Moinhos: hoje, Quinta-feira, às 21h.

● BELAS

Plenário de militantes: no Salão Polivalente da Junta de Freguesia (junto à URBIP), Sexta-feira, 24, às 21h30.

● CASCAIS

Plenário da Comissão Concelhia, para análise das conclusões da reunião do CC do passado dia 11 e discussão das tarefas relacionadas com a Festa do Avante!: Sexta-feira, 17, às 21h, no Centro de Trabalho de Cascais, com a participação do camarada **António Andrez**.

● LISBOA

Plenário de militantes do Sector de Serviços para discussão das conclusões da reunião do CC: hoje, Quinta-feira, às 19h30, no CT da Av. Duque de Loulé, com a participação do camarada **João Saraiva**.

Plenário de militantes do Sector de Saúde para discussão das conclusões da reunião do CC e tarefas do Partido: Segunda-feira, dia 20, às 21h, no CT Vitória, com a participação da camarada **Helena Medina**.

● MONTIJO

Plenário de militantes sobre a situação política e tarefas do Partido no Centro de Trabalho concelhio: hoje, Quinta-feira, às 21h.

● PINHAL NOVO

Plenário de militantes sobre a situação política: Sexta-feira, às 21h, no Centro de Trabalho.

● SINTRA

Reunião de quadros do concelho: hoje, Quinta-feira, às 21h., no Centro de Trabalho de Rio de Mouro.

VILA REAL

Sobre a REGIONALIZAÇÃO

Colóquio-debate promovido pela Comissão Concelhia do PCP com a participação de

AGOSTINHO LOPES

Sábado, 18, às 21h30, no Centro Cultural



IV

Acampamento Distrital de Lisboa

17, 18 e 19 de Julho
Parque de Campismo Municipal de Avis

Partida em autocarro às 19h de sexta-feira (Marquês de Pombal)

Regresso: domingo às 17h30
Inscrições nos CTs do PCP e sedes da JCP do distrito (Preço: 1.000\$,

incluindo transporte, estadia no Parque e 2 almoços colectivos)

PORTUGAL > 2000

DEBATES PARA UMA POLÍTICA DE ESQUERDA



Visões sobre a Justiça Situação e Projecto

Sábado, 18, às 15h, no Hotel Continental (Rua Laura Alves, Lisboa) com a participação de

Alfredo Gaspar, António Cluny, Gonçalves da Costa,

Guilherme da Fonseca, Luís Nunes de Almeida, Luís Sá

Couço 40 ANOS DE LUTA

Encerramento das comemorações
Domingo, 19, às 21h30, na Casa do Povo

Sessão com a participação de

CARLOS CARVALHAS

Espectáculo com
CARLOS DO CARMO

Festas em SANTIAGO DO CACÉM

- no Cercal, Festa do PCP
- em Ermidas, Baile
SÁBADO, 18

Grande SARDINHADA DE VERÃO

em Sintra - no Ribeiro Grande do Pinhal da Assafora, organizada pelas Com. Freg. de S. João das Lamas e Terragem com partida às 12h do CT de S. João das Lamas
DOMINGO, 19

BANCA DO PCP

nas Festas Populares do Samouco
Até DOMINGO

PAVILHÃO DO PCP

nas Festas Populares do Laranjeiro
Até SÁBADO



F E S T A
do Avante!

● PASSEIO DE BARCO no "Alcatejo" DOMINGO, 26

de Alcochete ao Mar da Palha e Quinta da Atalaia promovido pelas organizações de Alcochete e Montijo do PCP
JORNADA DE TRABALHO NA FESTA

● De LISBOA para a ATALAIA - Jornadas de Trabalho

Sábado, dia 18
Da DORL, com transporte do CT Vitória às 8h30
Sardinhada (Inscrições até hoje, quinta-feira)
Do SECTOR DE TRANSPORTES DA ORL
(Ponto de encontro: Zona do Forno, 12h30)

● 1ª JORNADA DE TRABALHO DE OEIRAS

Domingo, 19
(Transporte em autocarro com saída às 7h30 da Estação de Oeiras e paragens em Paço de Arcos/Mercado, Porto Salvo/SIMPS, Leceia/Largo, Tercena/GRT, Queijas/Igreja, Carnaxide/Ex-Vimeca, Linda-a-Velha/CGD, Algés/Estação. Regresso às 17h)

TELEVISÃO

Quinta, 16

RTP 1
08.00 Infantil
10.05 A Banqueira do Povo
11.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Perdidos de Amor
14.10 Consultório
15.15 Isto Só Vídeo
15.55 Reis do Estúdio
17.20 Maria do Bairro
19.00 País País
19.45 País Regiões
20.00 Telejornal
20.40 Cais do Oriente
21.05 As Lições do Tonecas
21.40 Terra Mãe
22.40 Maria Elisa
00.30 24 Horas
01.20 Ciclismo - Volta a França
01.25 Especial Musical
02.05 Crash - Choque Final
(de Charles Wilkinson, Canadá/1995, com Michael Biehn, Leilani Sarel-Ferrer e Miguel Sandoval. «Thriller»)

RTP 2
10.00 Espaço Expo'98
15.00 Informação Gestual
15.30 Ciclismo - Volta a França
16.45 Super Esquadra
17.30 Euronews
18.00 Informação Religiosa
18.30 Um, Dó, Li, Tá
19.40 Hugo
20.35 Tudo em Família
21.05 Portugalmente
21.35 Murphy Brown
22.00 Jornal 2
22.35 Acontece
22.50 Cenas da Vida Conjugal - V
(de Ingrid Bergman, Suécia/1973, com Liv Ullmann, Erland Josephson e Bibi Anderson. Ver Destaque passada semana)
23.45 Mistérios do Espaço

SIC
08.00 Buêré
12.30 Imagens Reais
13.00 Primeiro Jornal
13.55 O Juiz Decide
15.00 Vidas Cruzadas
16.00 Fátima Lopes
18.00 Corpo Dourado
19.00 Era Uma Vez

Sexta, 17

RTP 1
08.00 Infantil
10.05 A Banqueira do Povo
11.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Perdidos de Amor
14.25 Consultório
15.40 Os Andrades
16.20 No Tempo em que Você Nasceu
18.30 Maria do Bairro
19.00 País País
19.40 País Regiões
20.00 Telejornal
20.45 Cais do Oriente
21.05 Terra Mãe
22.00 Concurso 1, 2, 3
00.05 24 Horas
00.55 Máquinas
01.30 Ciclismo - Volta a França
01.40 Predador Mortal
(de Steve Yang, EUA/Japão/1994, com David Hayter, Katy Christopherson, Christopher Michael, Ann George. Ficção científica)

RTP 2
10.00 Espaço Expo'98
15.00 Informação Gestual
15.30 Ciclismo - Volta a França
16.45 Super Esquadra
17.30 Euronews
18.00 Informação Religiosa
18.30 Um, Dó, Li, Tá
19.40 Hugo
20.35 Tudo em Família
21.05 Portugalmente
21.35 Quem Sabe, Sabe
22.00 Jornal 2
22.35 Acontece
22.50 Cenas da Vida Conjugal - VI (últ. parte)
(de Ingrid Bergman, Suécia/1973, com Liv Ullmann, Erland Josephson e Bibi Anderson. Ver Destaque passada semana)
23.45 Ternuras e Arrufo

SIC
08.00 Buêré
12.30 Imagens Reais
13.00 Primeiro Jornal
13.55 O Juiz Decide
15.00 Vidas Cruzadas
16.00 Fátima Lopes

Sábado, 18

RTP 1
08.00 Infantil / Juvenil
12.10 Companhia dos Animais
13.00 Jornal da Tarde
13.35 Top +
15.00 Simpsons
15.35 Horizontes Selvagens
16.05 Novas Aventuras de Robin dos Bosques
17.05 Amor Fraternal
17.30 Conan, o Guerreiro
18.40 Há Horas Felizes
20.00 Telejornal
20.50 Cais do Oriente
21.25 Nós, os Ricos
22.00 Em Nome da Justiça
21.05 Terra Mãe
23.40 24 Horas
00.30 Uma Mulher Perigosa
(de Stephen Gyllenhaal, EUA/1993, com Debra Winger, Barbara Hershey e Gabriel Byrne. Drama)

RTP 2
09.00 Universidade Aberta
12.00 Faenas
12.30 Música Maestro
13.30 Dinheiro Vivo
14.00 Sinais do tempo
15.00 Desporto 2
17.00 Sigam o Passaro Amarelo
(de Ken Kwapis, EUA/1985, com Chevy Chase, John Candy e Sandra Bernhard. Comédia infantil)
18.30 Desporto 2
20.30 2001
21.15 Tenchi Muyo
22.00 Jornal 2
22.30 O Lugar da História
23.30 Rocco e os Seus Irmãos
(de Luchino Visconti, Itália/1960, com Alain Delon, Renato Salvatori, Annie Girardot, Roger Hanin, Katina Paxinou e Claudia Cardinale. Ver Destaque)
02.15 O Sexo em Hollywood

SIC
08.00 Buêré
11.55 O Nosso Mundo
13.00 Primeiro Jornal
13.30 Pepsi Chart
14.00 Jack, o Relámpago
(de Simon Wincercom, EUA/1994, com Paul Hogan, Cuba Gooding Jr., Beverly d'Angelo. Comédia)

Domingo, 19

RTP 1
08.00 Infantil / Juvenil
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Made in Portugal
14.55 Kung Fu
15.55 As Duas Gémeas
(de David Swift, EUA/1961, com Hayley Mills, Maureen O'Hara e Brian Keith. Comédia)
18.10 Casa Cheia
18.45 Jet 7
19.20 História do Mundial
20.00 Telejornal
20.50 Cais do Oriente
21.05 Assalto à Televisão



Na Rota do Oriente - terça-feira à noite, RTP1 - levamos (com os olhos e os conhecimentos de hoje) na viagem de Vasco da Gama até à Índia

22.40 Millennium
23.40 24 Horas
00.20 Ciclismo - Volta a França
00.30 Limites do Terror

RTP 2
09.00 Caminhos
09.30 Novos Horizontes
10.00 70 x 7
10.30 Missa
11.30 Um Berço no Mar
12.30 Grandes Romances do Séc. XX
13.30 Jornal d'África
14.00 Desporto 2
16.30 Solo de Violino
(de Monique Rutler, Portugal/Brasil/1990, com Fernanda Lapa, André Gago, Vítor Santos, José Eduardo e Júlia Pinheiro. Ver Destaque)
18.00 Desporto 2
19.30 Bombordo
20.15 Artes e Letras - «Glenn Gould Extasis»
21.05 Rhodes, o Poderoso
22.00 Jornal 2
22.30 Horizontes da Memória
23.00 Bailado: «Celebrando Balanchine» (2ª parte)
00.20 Figuras do Século: «Cronkite Recorda»

SIC
08.30 Buêré
11.55 BBC - Vida Selvagem
13.00 Primeiro Jornal
13.30 Os Cinco Pestinhas
(de Arthur Hiller, EUA/1996, com Tom Arnold, David Paymer. Comédia)
16.00 A Ilha Misteriosa
17.00 Stargate
18.00 Aquela Noite
(de Craig Bolotin, EUA/1992, com Juliette Lewis, C. Thomas Howel, Helen Shaver. Drama)
20.00 Jornal da Noite
20.40 Diário do Mundial
20.50 Camilo na Prisão
21.10 Surprise Show
22.30 Corpo Dourado
23.30 Anel de Fogo
(de Richard W. Munchkin, EUA/1990, com Don «The Dragon» Wilson, Maria Ford. Artes Marciais)
01.30 Último Jornal
02.00 Trovão Azul

TVI
10.00 Animação
10.30 Novos Ventos
11.10 Missa
13.00 Portugal Português
14.00 Natureza: I-Gorilas, II-Tubarões
15.10 Hospital Universitário
16.10 Christy
17.20 Competente e Descarada
17.50 Paixão Desconhecida (II)
18.45 Desafios
19.00 A Lenda de Guilherme Tell
20.00 Flipper
21.00 Directo XXI
22.00 Causa Justa
23.00 Na Cena do Crime
(de Terence H. Winkless, EUA/1996, com Ben Gazzara, Alex McArthur, Terri Treas. «Thriller»)
01.00 A Magia do Cinema

Segunda, 20

RTP 1
08.00 Infantil
10.05 A Banqueira do Povo
11.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Perdidos de Amor
14.10 Consultório
15.40 Nico d'Obra
16.20 Top+
17.45 Chiquititas
19.00 País País
19.45 País Regiões
20.00 Telejornal
20.45 Cais do Oriente

21.10 Reformado e Mal Pago
21.45 Terra Mãe
22.40 Espiões de Classe
23.40 24 Horas
00.40 Piano Panier
(de Patricia Platner, Suíça-Port./1989, com Anne-Laure Luisoni, Rita Blanco, Maria Filomena, Daniel Wolf, Paulo Branco. Drama)

RTP 2
10.00 Espaço Expo'98
15.00 Informação Gestual
15.30 Ciclismo - Volta a França
16.25 Fora de Casa
16.35 Super Esquadra
17.30 Açores - Espaço Vital
18.00 Informação Religiosa
18.30 Universidade Aberta
19.00 Um, Dó, Li, Tá
19.40 Hugo
20.10 O Fantasma Escritor
20.35 Tudo em Família
21.05 Portugalmente
21.35 Sarilhos com Elas
22.00 Jornal 2
22.35 Acontece
22.50 No Céu Tudo é Perfeito
(de David Lynch, EUA/1976, com John Nance, Charlotte Stewart, Allen Joseph. Terror)
00.20 Duckman, o Trapalhão

SIC
08.00 Buêré
11.30 Imagens Reais
12.00 Malucos do Riso
12.30 Primeiro Jornal
13.30 O Juiz Decide
14.40 Vidas Cruzadas
15.50 Fátima Lopes
17.55 Corpo Dourado
19.00 Era Uma Vez
20.00 Jornal da Noite
21.00 Torre de Babel
22.00 Roda dos Milhões
24.00 Toda a Verdade
01.00 Último Jornal
01.35 Noites Longas - Ingmar Bergman (ver Destaque)
07.00 Vibrações

TVI
10.10 Animação
13.30 TVI Jornal
14.15 Lágrimas de Mulher
15.05 Caprichos
16.00 Império de Cristal
17.00 Animação
18.00 A Bela e o Monstro
19.00 F/X - Efeitos Mortais
20.00 As Novas Aventuras do Super-Homem
21.00 Directo XXI
22.00 Pensacola
23.00 Conspiração (I)
00.50 Seinfeld

Terça, 21

RTP 1
08.00 Infantil
10.05 A Banqueira do Povo
11.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Perdidos de Amor
14.10 Consultório
15.35 Lições do Tonecas
16.15 Made in Portugal
17.40 Chiquititas
19.00 País País
19.40 País Regiões
20.00 Telejornal
20.45 Cais do Oriente
21.10 Terra Mãe



22.10 Herman 98
24.00 Na Rota do Oriente
01.00 24 Horas
01.35 Rotações
02.35 Volta a França
02.45 Círculo de Amigos
(de Pat O'Connor, Irlanda-EUA/1995, com Minnie Driver, Chris O'Donnell, Saffron Burrows. Drama)

RTP 2
10.00 Espaço Expo'98
15.00 Informação Gestual
15.30 Ciclismo - Volta a França
16.45 Fora de Casa
16.50 Super Esquadra
17.30 Euronews
18.00 Informação Religiosa
18.30 Um, Dó, Li, Tá
19.40 Hugo
20.10 O Fantasma Escritor
20.35 Tudo em Família
21.05 Portugalmente
21.35 Ellen
22.00 Jornal 2
22.35 Acontece
22.50 O Homem-Elefante
(de David Lynch, EUA/1980, com Anthony Hopkins, John Hurt, Anne Bancroft, John Gielgud. Ver Destaque)
00.55 Desejos Proibidos

SIC
08.00 Buêré
11.30 Imagens Reais
12.00 Malucos do Riso
12.30 Primeiro Jornal
13.30 O Juiz Decide
14.40 Vidas Cruzadas
15.50 Fátima Lopes
17.55 Corpo Dourado
19.00 Era Uma Vez
20.00 Jornal da Noite
21.00 Médico de Família
22.00 Torre de Babel
23.20 O Corvo
(de Alex Proyas, EUA/1994, com Brandon Lee, Ernie Hudson, Michael Wincott. Acção)
01.20 Último Jornal
01.55 Na Presença do Palhaço
03.40 Vibrações

TVI
10.10 Animação
13.30 TVI Jornal
14.15 Lágrimas de Mulher
15.05 Caprichos
16.00 Império de Cristal
17.00 Animação
18.00 A Bela e o Monstro
19.00 F/X - Efeitos Mortais
20.00 As Novas Aventuras do Super-Homem
21.00 Directo XXI
22.00 Casos de Arquivo
23.00 Conspiração (II)
01.00 Seinfeld
01.30 Ponto Final
01.55 Feedback

Quarta, 22

RTP 1
08.00 Infantil
10.05 A Banqueira do Povo
11.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Perdidos de Amor
14.20 Consultório
15.30 Concurso 1, 2, 3
17.55 Chiquititas
19.00 País País
19.40 País Regiões
20.00 Telejornal
20.45 Cais do Oriente
21.10 TV Verdade
21.45 Terra Mãe

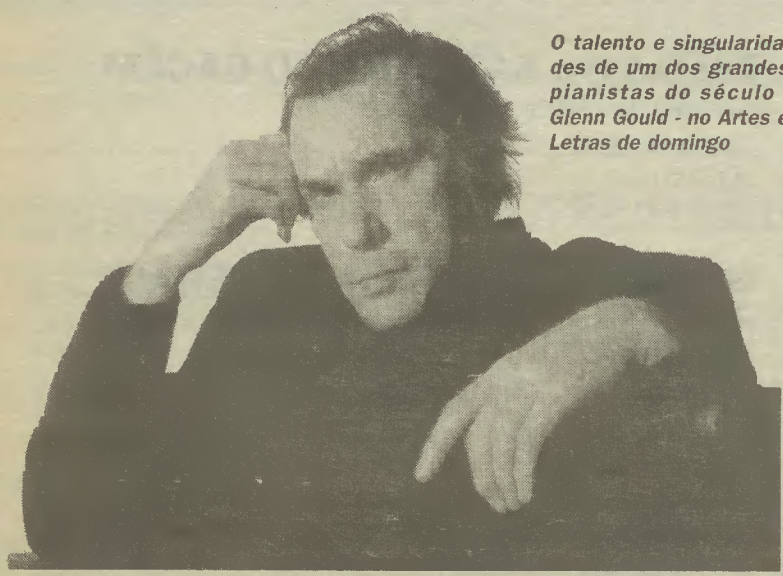
22.45 Conan e os Bárbaros
(de John Milius, EUA/1981, com Arnold Schwarzenegger, James Earl Jones, Max Von Sydow. Aventuras / Fantástico)
01.10 24 Horas
02.00 Ciclismo - Volta a França
02.10 O Rosto do Assassino
(de Douglas Jackson, Can/1994, com Alexandra Paul, Marc Marut, William Katt. «Thriller»)

RTP 2
10.00 Espaço Expo'98
15.00 Informação Gestual
15.30 Ciclismo - Volta a França
16.35 Super Esquadra
17.35 Euronews
18.00 Informação Religiosa
18.30 Um, Dó, Li, Tá
19.40 Hugo
20.10 O Fantasma Escritor
20.35 Tudo em Família
21.05 Portugalmente
21.35 Simpsons
22.00 Jornal 2
22.35 Acontece
22.50 Duna
(de David Lynch, EUA/1984, com Kyle McLachlan, Francesca Annis, Brad Dourif, José Ferrer, Linda Hunt, Max von Sydow, Sean Young, Sting. Fantástico)
01.05 Campeões da Magia

SIC
08.00 Buêré
11.30 Imagens Reais
12.00 Malucos do Riso
12.30 Primeiro Jornal
13.30 O Juiz Decide
14.40 Vidas Cruzadas
15.50 Fátima Lopes
17.55 Corpo Dourado
19.00 Era Uma Vez
20.00 Jornal da Noite
21.00 Torre de Babel
22.00 Furor
23.15 Casos de Polícia
00.30 Último Jornal
01.05 Conversas Secretas
02.35 Vibrações

TVI
10.10 Animação
13.30 TVI Jornal
14.15 Lágrimas de Mulher
15.05 Caprichos
16.00 Império de Cristal
17.00 Animação
18.00 A Bela e o Monstro
19.00 F/X - Efeitos Mortais
20.00 As Novas Aventuras do Super-Homem
21.00 Directo XXI
22.00 Tal Pai, Tal Filho
22.30 Lua de Mel em Las Vegas
(de Andrew Bergman, EUA/1992, com James Caan, Nicolas Cage, Sarah Jessica Parker.)
00.30 Seinfeld
01.00 Lanterna Mágica
01.30 Ponto Final

Nota: A Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.



O talento e singularidades de um dos grandes pianistas do século - Glenn Gould - no Artes e Letras de domingo

20.00 Jornal da Noite
21.00 Por Amor
22.00 A Última Chance
23.15 Esta Semana
00.45 Último Jornal
01.20 Flash
02.40 Vibrações

TVI
10.10 Animação
13.30 TVI Jornal
14.20 Lágrimas de Mulher
15.05 Caprichos
16.00 Império de Cristal
17.00 Animação
18.00 A Bela e o Monstro
19.00 F/X - Efeitos Mortais
20.00 Marés Vivas
21.00 Directo XXI
22.00 Terra: Conflito Final
23.00 2168 - Perigo no Espaço
(de Ron Silver, EUA/1993, com Robert Loggia, Adam Stroke, Jessica Tuck, Ron Silver. «Thriller» / Ficção Científica)
01.00 Seinfeld
01.30 Ponto Final

18.00 Corpo Dourado
19.00 Era Uma Vez
20.00 Jornal da Noite
20.50 Bom Baiano
21.30 Por Amor
22.30 Ponto de Encontro
23.30 Donos da Bola
01.30 Último Jornal
02.25 Vibrações

TVI
10.10 Animação
13.30 TVI Jornal
14.20 Lágrimas de Mulher
15.05 Caprichos
15.50 Império de Cristal
17.00 Animação
18.00 A Bela e o Monstro
19.00 F/X - Efeitos Mortais
20.00 Marés Vivas
21.00 Directo XXI
22.00 As Teias da Mafía
23.00 A Esquadra de Brooklyn
24.00 Intenção Criminosa
(EUA/1995, com Lesley Ann Warren, Corbin Bernsen. Telefilme / Policial)
02.00 Seinfeld
02.30 Ponto Final

16.00 Xenal
17.50 Os Ricos e os Pobres
(de John Landis, EUA/1983, com Eddie Murphy, Dan Aykroyd, Don Ameche, Jamie Lee Curtis. Comédia)
20.00 Jornal da Noite
21.00 Mundo VIP
21.30 Corpo Dourado
22.30 Big Show Sic
01.50 Último Jornal
02.25 A Última Aposta
(de Nancy Savoca, EUA/1991, com River Phoenix, Lili Taylor. Ver Destaque)

TVI
10.00 Animação
12.45 Gémeas
13.35 Contra-Ataque
15.00 Feed Back
15.50 Os Julgamentos de Rosie O'Neill
16.45 Competente e Descarada
17.10 Paixão Desconhecida (I)
19.05 Aventuras no Pacífico
20.00 Flipper
21.00 Directo XXI
22.00 Prova de Amor
(de Jerry London, EUA/1993, com Ann Jillian, Bil Smitrovich, Tracy Gold. Telefilme / Drama)
00.30 O Carro de Combate
(de Harley Cocklis, EUA/1981, com Michael Beck, Annie McEnroe. Acção)

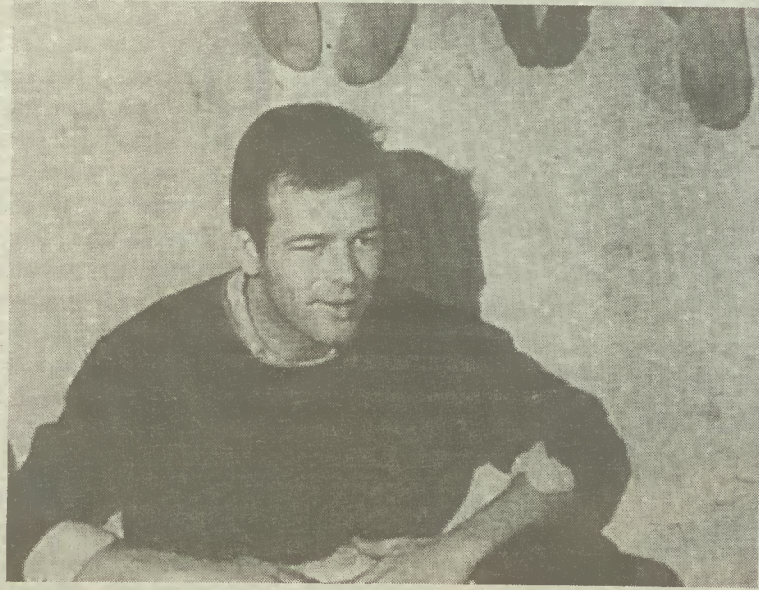
TELEVISÃO

Por isto e por aquilo...

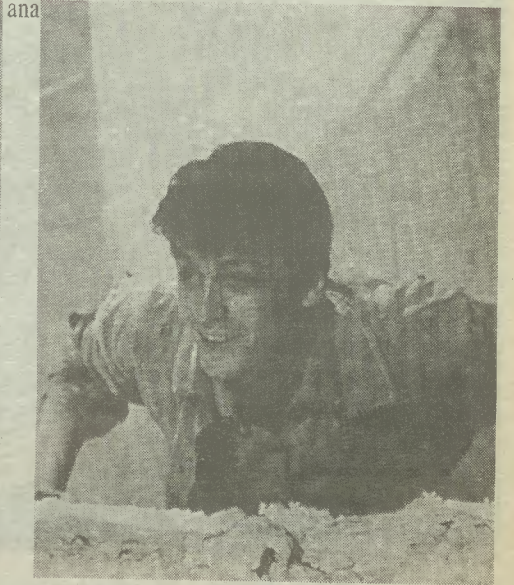
Rocco e os Seus Irmãos

(Sábado, 23.30, RTP 2)

Filmado em 1960, foi com este filme que Luchino Visconti atingiu finalmente o grande público e o êxito comercial reafirmando a escola neo-realista de que o seu «*Ossessione*» de 1942 definira em grande medida os parâmetros. Com «*La Terra Trema*» de 51 afirmara-se como um das pedras essenciais do cinema italiano do pós-guerra, mas o seu trabalho seguinte, «*Senso*», em 1954, parecia anunciar um afastamento no sentido de uma elaboração cenográfica que caracterizaria os seus últimos trabalhos. «*Rocco*» marcou porém um retorno à estética (essencial a fotografia de Giuseppe Rotunno) e à temática neo-realista: a saga de uma mulher do Sul da Itália, da Calábria, que fugindo à miséria parte com os seus cinco filhos para Milão. O sonho de uma vida melhor cedo se revela uma frustração e a dura vida acaba em tragédia com um dos filhos (uma soberba interpretação de Renato Salvatori) assassinando a amante e Rocco (papel que deu a Alain Delon o estatuto de estrela) a sacrificar-se numa significativa carreira de *boxeur*. Retrato contundente de vidas duras por onde perpassa a miséria, a sensualidade, a violência, mas também a dignidade, especialmente das figuras femininas a que Visconti sempre concede uma particular densidade. Essencial a música de Nino Rota.



Renato Salvatori e Alain Delon, as duas principais figuras masculinas de «Rocco e Seus Irmãos», o clássico do neo-realismo de Visconti



Última Aposta

(Sábado, 02.25, SIC)

Várias razões para ver (ou gravar, dada a hora...). Um grupo de fuzileiros que embarcarão no dia seguinte para o Vietnam fazem uma cruel aposta: organizam um baile, juntam todo o dinheiro que será entregue àquele do grupo que se fizer acompanhar pela rapariga *mais feia*. O protagonista (River Phoenix, que se tornaria numa lenda ao morrer em 93 com apenas 23 anos, dois anos após este filme) convida uma rapariga sonhadora, que escreve poemas e ouve discos de Joan Baez (Lili Taylor) e que, ao aperceber-se do sentido do convite, abandona o baile depois de invectivar os participantes. Há um romantismo e uma sensibilidade em todo o filme que são marca da realizadora, Nancy Savoca, e simultaneamente uma interessante memória da América de John Kennedy no início dos anos 60.

Solo de Violino

(Domingo, 16.30, RTP2)

Realizado em 1990 por Monique Rutler com fotografia de Manuel Costa e Silva, o filme narra a história verídica de Maria Adelaide Coelho da Cunha, filha de Eduardo Coelho, um dos fundadores e primeiro director do «*Diário de Notícias*», casada com Alfredo da Cunha que, em 1894, ocupara igualmente a direcção do jornal. Em 1918, Adelaide Coelho da Cunha, mulher culta e de invulgar independência para os padrões da época, envolveu-se num caso amoroso com o seu motorista com quem fugiu, dando origem a um escândalo que abalou toda a sociedade lisboeta e deu pretexto ao marido para conseguir o seu internamento num asilo de loucos e que fosse declarada incapaz para administrar os seus bens. O que, aliás, lhe permitiria negociar a venda do «*Diário de Notícias*» no ano seguinte. Excelentes interpretações em que se destacam Fernanda Lapa e André Gago e uma bela banda sonora de Constança Capdeville.

Ingmar Bergman

(Segunda-feira, das 01.00 às 06.15, SIC)

É a contribuição da SIC para a comemoração dos 80 anos do grande mestre sueco numa maratona nocturna só possível de acompanhar com a ajuda do vídeo! À 01.00 é exibido Ingmar Bergman - *Vida e Obra*, estreia televisiva de um extenso documentário baseado numa entrevista com o realizador. Às 02.40 e 04.30 serão passadas duas das suas primeiras obras (exactamente, a segunda e terceira): *Chove no Nosso Amor*, de 1946, e *Um Barco Para a Índia*, de 1947. Seriam necessários ainda dez anos sobre estas películas para que, em 1956, «*Sorrisos de Uma Noite de Verão*», seu décimo sexto filme, o revelasse à Europa no Festival de Cannes. Naturalmente que estas duas películas não têm ainda a maturidade e profundidade da filmografia de Bergman nos 60 e 70, mas revelam já muitos dos traços que fariam dele uma figura incontornável da cinematografia mundial.

O Homem-Elefante

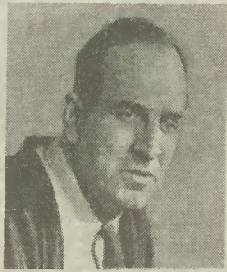
(Terça-feira, 22.50, RTP2)

As oito nomeações para Oscars que o filme teve em 1980 (incluindo melhor realizador e melhor actor) dizem bem do êxito obtido por este trabalho de David Lynch — a sua segunda longa-metragem! — e que o consagraria como um dos mais influentes cineastas de vanguarda de Hollywood. Foi a sua primeira realização (No Céu Tudo é Perfeito, que a RTP 2 exhibe na segunda-feira) que

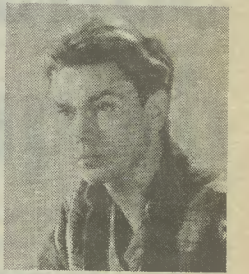
levaria Mel Brooks a convidar Lynch para narrar a história de John Merrick, o «homem-elefante», uma figura real da Inglaterra vitori-

«*A Última Aposta*», brilhante expressão do romantismo de Nancy Savoca, conta com a presença de uma lenda de Hollywood: River Phoenix, que dois anos depois desta filmagem desapareceria com apenas 23 anos

vítima de monstruosas deformações físicas e que fora já objecto de várias abordagens (incluindo uma peça teatral) em torno da coragem com que ao longo da vida enfrentou o seu terrível aspecto. O elaborado universo mórbido de Lynch (que anos mais tarde atingiria a dimensão de culto com a série «*Twin Peaks*») contou nesta realização com a portentosa interpretação de John Hurt como Merrick, lado a lado com um cast de luxo que em muitas circunstâncias consegue ultrapassar aspectos claudicantes do argumento, seja na análise das situações e personagens, seja em artifícios de manifesta infelicidade.



Dois realizadores em destaque esta semana: de novo o mestre sueco Ingmar Bergman a propósito dos seus 80 anos e o americano David Lynch que «*Twin Peaks*» transformaria em figura de culto da vanguarda de Hollywood



CABO & SATELITE

Melomanias diversas

Uma semana com propostas para (quase) todos os gostos. Hoje, às 21.50, no Muzzik, a pedagogia musical do «*Pedro e o Lobo*» de Prokofief. Também hoje, mas no Sol, às 12.00 e 18.00, o trio espanhol Ketama que Rao Kyao apresentou ao público português. Na sexta-feira, às 13.55, La Cinquième dedica 30 minutos a Léo Ferré. Também na sexta, o dia do jazz no Muzzik, os Festivais de Jazz de Montreux de 1991 (19.55) e de 93 (22.05). Domingo, de novo o Muzzik mas em registo folk céltico: os Solistas de uilleann pipes no Festival de Lorient-1994. Para os amantes de rock, a oferta vem do Sol na quarta-feira, às 12.00 e 18.00: a fulgurante guitarra eléctrica de Joe Satriani.

Visitar Portugal

Quiseram os manes da programação que Portugal andasse esta semana por várias ondas televisivas. Na série «*O Homem e a Cidade*» da Odisseia inclui-se na terça-feira uma visita a Peniche (17.00) seguida de outra ao Seixal (17.30). No dia seguinte, às 10.00, na série «*Os Grandes Castelos da Europa*», o Discovery oferece uma visita de meia-hora ao Castelo de Guimarães.

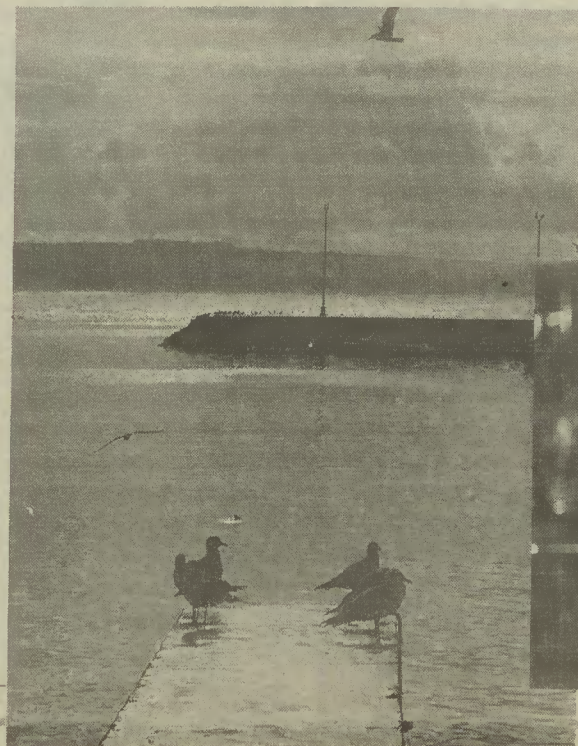


O começo da «guerra fria»

O Arte recorda às 19.30 de sábado um dos mais relevantes episódios da política do pós-guerra: a batalha eleitoral entre Truman e Dewey em Julho de 1948, ganha pelo primeiro contra os títulos dos jornais que davam Dewey como triunfante! Mas a escalada da direita norte-americana empurrava qualquer presidente para o corte com a política de Roosevelt.

Três clássicos

Três filmes para ver e registar na videoteca doméstica oferecidos pelo Hollywood. Na sexta-feira, às 13.00, A Lança Quebrada (1954) com Spencer Tracy a dar uma das suas magistrais lições de representar enquanto velho rancheiro que perde progressivamente o controlo do seu império de terras e gado filmado pela sólida mão de Edward Dmytryk. Exactamente a mesma temática da luta pela conservação do poder no domingo às 07.00: O Gigante (1956), um filme mítico por diversas razões, entre as quais ser a última presença no ecrã de James Dean ao lado de Rock Hudson e de uma deslumbrante Elizabeth Taylor. Na terça-feira, às 20.00, uma curiosa junção de estilos, temas e interpretações: o realizador francês Louis Malle dirige primorosamente os americanos Burt Lancaster e Susan Sarandon para fazer o retrato de uma cidade «inventada» pela «lei seca»: Atlantic City-USA (1980).





Saudades do que não houve

De súbito, pareceu-me que a televisão tinha tomado o meu olhar nas mãos e o conduzia para os lugares da obra de Alves Redol: mostrara o Tejo a passar pelo Ribatejo e falara-me dos avieiros, transportara-me logo a seguir para os socalcos que descem para o Douro e trouxera-me imagens dos que prosseguem a faina do «Ciclo do Port Wine» aparentemente como ficou registada nas páginas um pouco esquecidas de «Vindima de Sangue». A breve ilusão não se fixou, contudo, porque as câmaras tinham andado já por outros lugares e outras gentes, voltariam a fazê-lo depois de abandonarem as vertentes e as águas durienses. Voltariam a fazê-lo, aliás, a meu contragosto, porque aquelas paisagens esplêndidas são um deslumbramento para os olhos de um qualquer.

Era um telefilme que surgira discretamente, sem que eu desse conta de algum aviso especial: «Rios de Portugal». A julgar pelo que se leu no genérico final, surgiu na passada da Expo 98, de onde pode suspeitar-se, e creio que com fundamento, que a exposição gera mais consequências e produtos do que se supõe. Esta era, no mínimo, uma consequência linda de ver, e por isso lá fiquei a lamentar mais uma vez que, salvo raras e honrosas excepções, o melhor que a RTP transmite seja encaminhado para a «2», a cumprir a pena que lhe cabe por incorrer na suspeita de ser «cultural». É um critério que ultrapassa o âmbito do discutível para se ficar no limiar do crime, mas é um critério que só raros contestam, rendida a maioria ao arrasador argumento da imprescindibilidade das audiências máximas supostamente para que os défices da televisão pública não sejam ainda maiores e, por isso, não seja mais elevado o custo da RTP. Como se a prioridade concedida à mediocridade emparvedora não tivesse um enorme custo nacional que não é menor por não ser quantificável e não estar contabilizado.

Mas seria «Rios de Portugal» um telefilme tão óbvia e retintamente cultural que justificasse o exílio para a «2», isto admitindo que eventuais efeitos culturalizantes justificam exílios? Parece claro que não. Era apenas uma viagem por lugares lindos e uma visita a gentes autênticas, isto sem conotações políticas nem desvios doentivamente «intelectuais» (com carregadas aspas, naturalmente). É certo que a dada altura era referida a poluição assassina que transforma rios em esgotos, e sei de alguns empresários que ao ouvirem falar de poluição logo se sentem empurrados para um banco-dos-réus que ninguém lhes apontou, isto por muito bem saberem que por detrás da maioria das catástrofes ecológicas está a gula capitalista pelo lucro máximo e a

responsabilidade nenhuma. Mas «Rios de Portugal» nem entrava por tais caminhos, aquilo era uma co-produção da Expo não era um telefilme do PCP, e era consensual e tranquilo como a água daqueles rios em dias de calmaria. Não, o telefilme cabia perfeitamente na «1», o canal que seria tão generalista quanto diz ser se não tivesse aquela desgraçada vocação para a demagogia. Mas ficou na «2», e desse modo na semiclandestinidade que nestes casos me exaspera.

Lugares de trabalho

A dado passo, até se poderia suspeitar de que «Rios de Portugal» era um bocado passadista, suscitador de nostalgias dos «bons velhos tempos»: quando mostrou imagens dos hoje reformados rabelos do Douro ou de outras lindas fragatas do Tejo apodrecerem nas margens (nem todas, porque autarquias ribeirinhas,

na maior parte dos casos de hegemonia CDU, se têm aplicado a recuperá-las e a garantir-lhes a existência possível). E é verdade que à vista deles, ou em imagens actuais ou em velhos filmes que o documentário foi repescar, tive sauda-

des. Saudades, porém, não exactamente dos anos que em parte ainda presenciei e em que aqueles barcos seguiam, rios abaixo, rios acima, fazendo o seu trabalho, mas sim saudades de um tempo que não houve. Porque as imagens não trouxeram apenas os cascos ainda «vivos» e as velas ainda enfiadas, mas também os rostos e as mãos da gente que neles trabalhava a troco de muito pouca coisa, bem se pode dizer que apenas a troco de um presente trespassado por angústias e de um futuro que seria o de uma velhice miserável.

Desse tempo, é claro que eu não pude sentir saudades, mesmo se para elas fosse aliciado pelas imagens bonitas e pelo inevitável aceno convidativo lançado pela nostalgia que sempre, em maior ou menor grau, nos habita. As saudades que senti do que não houve, porque não deixaram que houvesse, foi de um tempo de convergência entre aquelas imagens belas, colhidas em cenários esplêndidos, e uma circunstância social em que o trabalho fosse respeitado e pago pelo seu justo valor. É que rabelos do Douro e fragatas do Tejo, tais como os moliceiros da Ria e as embarcações da pesca artesanal nas águas ribejejanas, não eram apenas, nem principalmente, motivos decorativos em panoramas pitorescos, mas sim lugares de trabalho difícil e escassamente retribuído, a bordejar tempos de encalhe na fome. E a certeza de que era assim impedida a saudade míope ou simplesmente esquecida.

Os referendos

O debate em torno da realização dos primeiros referendos do regime saído do 25 de Abril continua no centro da actualidade. Porque acabámos de viver uma experiência cujos traumas persistem e não mereceram talvez a reflexão decisiva. E também porque se anuncia para breve, por entre incertezas, o regresso às urnas – apesar do contraditório de opiniões políticas e jurídicas em curso.

Vale decerto a pena formular ainda, sem preocupações de exaustividade ou inovação argumentativa, umas quantas observações.

Começo por sinalizar a ligeireza e as obscuridades com que se lançou mão de um instrumento de democracia directa a todas as luzes impróprio para experimentações, traficâncias, embustes e florentinismos de mau gosto. Os dois maiores partidos são, por isso, inteiramente responsáveis pela opção abstencionista do eleitorado – fácil de prever, aliás.

Perplexos diante da suspensão de um percurso legislativo normal por razões da pior estirpe, confrontados com a ausência de campanha por parte daqueles que ditaram a efectivação da consulta e o espectáculo de pusilanimidade através de uma proclamação inequívoca de reprovação. Reprovação da falta de seriedade, desde logo. Do voluntarismo, da demissão. Quantos se não lembraram de que a Assembleia da República, manietada pelos

gicas, descontaminado de sofreguidões e imediatismo, à margem de manipulações conjunturais. Tal como na matéria referente ao aborto, sobrepôs-se o negociismo de cúpula e bastidor, a lógica de tudo enredar numa teia de dilações, cobardias, oportunismos, mesquinhos cálculos, a uma ponderação indispensável dos problemas de fundo segundo a Lei Fundamental e os interesses do País. E isto após a eloquência dos resultados de Junho!

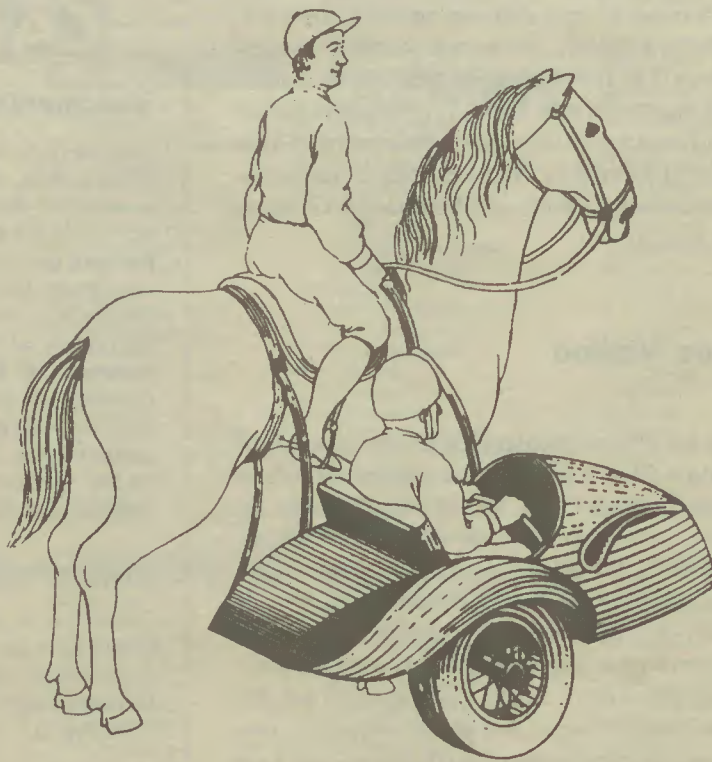
Acresce que, no caso do referendo sobre a Europa (permita-se a simplificação...), se acumulam os elementos configuradores de um enorme despautério – intempestividade do acto, muito duvidosa constitucionalidade da pergunta, ausência de factores de mobilização da opinião pública. Os que recusaram ouvir o povo na hora adequada, quando o PCP reiterada-

mente o propôs, não conseguiram melhor do que a encenação serôdia de uma rábula para efeitos de consagra-

ção plebiscitária! Presentem agora os crepes da derrota e, na sequência de alguns quadros de opereta, endossando às mãos do Presidente da República uma tocha a arder, preparam o discurso com que dosearão a mudança de posições em caso de anulação da iniciativa. Vá lá conceber-se procedimento equiparável em leviandade e baixeza!

ANACRÓNICAS

Manuel de Melo



líderes do bloco central, não pôde ou não quis assumir uma legislação que era do seu foro e da sua competência específica? Patético foi assistir à hermenêutica de certos dirigentes e comentadores, na noite das televisões, imputando a cada cidadão o ónus que apenas cabe a quem desencadeou um processo armadilhado de erros, reservas mentais e má-fé. Ficará para a história risível da hipocrisia e do cinismo, risível apesar das consequências que se conhecem!, o comportamento do Primeiro-Ministro e, em geral, do seu Partido em quanto respeita às votações sobre a despenalização da interrupção voluntária da gravidez.

A mesma ligeireza e as mesmas obscuridades que conduziram ao desaire do dia 28 último conformam a decisão de promover os dois próximos referendos – um a propósito da presença de Portugal na União Europeia, o outro relativo à Regionalização. Sabe-se a origem deste tropismo para o abastardamento e a banalização de um instituto que deveria permanecer destinado às questões nevrál-

Resta o referendo a propósito das Regiões Administrativas, tornado obrigatório por uma incrustação na Constituição de 76, por altura da recente revisão aprovada no Parlamento, de uma norma a meu ver espúria. As questões a colocar aos eleitores – a de alcance nacional e a relativa a cada área regional –, bem como a articulação entre si, afiguram-se-me longe de obedecer ao requisito da inequívocidade legalmente estabelecido. Surgem, além disso, pesadas de chumbo e artrose, inapelativas... Bastantes jornadas de esclarecimento serão necessárias para que o povo participe nas discussões e no escrutínio. E importa, malgrado as águas turvas em que o processo nasceu e se move, atingir este objectivo – condição essencial a um triunfo do sim. Como importa exigir, depois, que o vazio de ideias, o frenesismo, a inépcia, a incriatividade do PS e do PSD não gerem mais episódios do estilo dos que enfrentámos e suportaremos até meados do Outono. As instituições e os portugueses agradecem...

ESCAPARATE

Festa é festa



Julho é mês de festa em todo o País. Ou melhor, de festas, múltiplas e variadas, a contento ou a descontento de quem as promove e de quem as vive. De Norte a Sul somam-se e multiplicam-se as iniciativas culturais em ambiente festivo, mais ou menos ligadas às raízes de cada terra. Algumas destas iniciativas constituem verdadeiros festivais de arte, cultura, espectáculo. Como em Loures. Como no Seixal. De que deixamos aqui algumas indicações das respectivas agendas.

Da Expo ao Seixal

O concelho do Seixal, ou melhor, a respectiva Câmara, liga, desta vez, a sua agenda cultural ao evento nacional que ali perto, do outro lado do Tejo, se desenrola, a Expo'98, convidando os visitantes à descoberta do concelho. A agenda, que se estende por este mês de Julho e por Agosto próximo, apresenta todos os dias numerosas razões para a visita. Particular atenção é dada ao cinema, com um programa de sessões que têm lugar no **Auditório Municipal** e que esta semana vai mostrar os filmes **Taxi**, de Carlos Saura, hoje mesmo, quinta-feira; **Tempestade de Gelo**, de Ang Lee, na sexta; **Escândalos do Candidato**, de Mike Nichols, no sábado; na próxima quarta-feira, passa o filme **Mais Olhos do que Barriga**, de Martha Coolidge. Mas há mais, ainda para esta semana. Por exemplo as **Festas Populares da Arrentela**, com espectáculos e animações

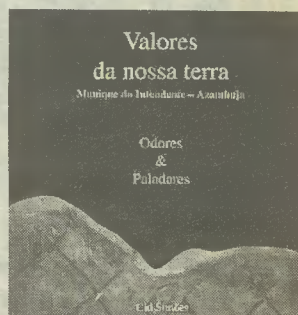


musicais; as de **Fernão Ferro**, com uma garraída no sábado. As variadas iniciativas juvenis, o desporto, os circuitos turísticos.

Loures

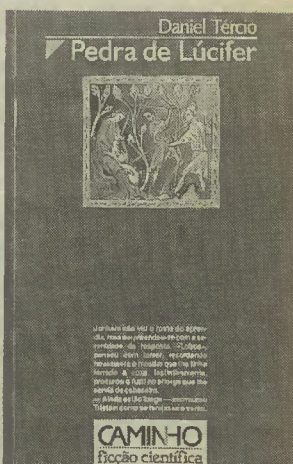
Vivam as nossas festas, escreve **Demétrio Alves**, o presidente de Loures, a abrir a agenda de mais uma edição destas iniciativas no concelho, sublinhando que o convívio, a festa e a participação são as ideias-força que estão na base do que atrai todos os anos muitos milhares de visitantes. O programa, que tem início amanhã e se estende até 26 deste mês, conta com a participação de numerosos artistas, grupos e espectáculos - **Cesária Évora**, **Fausto**, **Mute Life Dept**, **Blasted Mechanism**, **Companhia de Dança de Lisboa**, **Filipe Crawford**, **Camané**, a **ópera rock Jesus Cristo Superstar**. Grupos folclóricos actuarão no Arraial Saloio. No Espaço Comunidades têm lugar os espectáculos musicais e outros. E há a animação de rua. E o artesanato. E a gastronomia. E Festa no Jardim, para as crian-

LIVROS



Valores da Nossa Terra - Odores & Paladares

Alinhámos na felicidade que nos propõe **Herculano Valada Martins**, presidente da Junta de Freguesia de **Manique do Intendente**, ao prefaciar este belo livro, da autoria de **Cid Simões**, com fotos de **António Flor**. Diz ele que «cultivar o paladar e o odor, usufruindo do universo de sabores e cheiros que a Natureza colocou à nossa disposição, deverá ser estímulo e motivo para defendermos uma importante parcela da nossa felicidade». Alinhámos na felicidade e propomos ao leitor que passe ao ataque e prove, neste livro, não apenas a prosa de **Cid Simões** mas o conteúdo dela. Trata-se de um livro de receitas. daquelas tão simples na aparência - e por ouvir dizer - que muita gente esquece a arte que está na base da cozinha popular, a imaginação do tratamento e dos condimentos que lhe dá os sabores e os cheiros que vão perdurar, como cultura, para além de uma simples refeição. Leia o leitor a lume brando. E fique a saber mais.



Pedra de Lúçifer

De **Daniel Tércio** já conhecíamos outros livros, nomeadamente **O Demónio de Maxwell**, também publicado na Caminho. E esta **Pedra de Lúçifer** virá certamente confirmar o autor nos domínios da FC, onde constrói uma curiosa história. Se é verdade que, nesta área como nas outras da ficção, já tudo terá sido escrito e glosado, este é um livro original, onde mais uma vez se recria a história «alternativa» ou uma «alternativa» à história. Não é como se fosse uma visita aos tempos de antes, mas aos tempos que, com o livre arbítrio que o autor se atribui, ele inventa ironicamente, colocando-se no lugar de uma pergunta comum: e se em vez de ter sido assim, houvesse sido diferentemente?

EXPOSIÇÕES

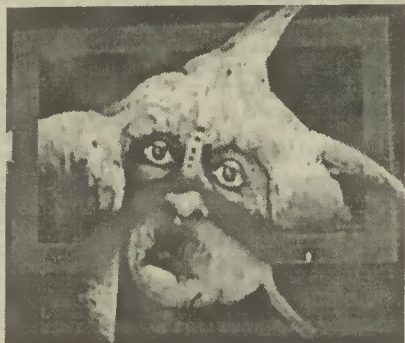


Rever Augusto Cabrita

As exposições são também de Norte a Sul. E muitas delas promovidas por órgãos autárquicos, que se encontram em bom lugar na escala das entidades que divulgam cultura. A **Câmara Municipal de Almada**, por exemplo, inaugura hoje, às 21.30 horas na **Galeria Municipal de Arte**, uma exposição de fotografia do saudoso **Augusto Cabrita**. Até fins de Setembro, quem recorda os trabalhos do artista e quem nunca os viu pode agora fazê-lo nesta mostra que tem por título **Imagens do Tejo**.

Daniel Hompesh

E vamos agora mais a Norte, ao encontro da pintura. Patente até ao fim do mês está a exposição de trabalhos do belga **Daniel Hompesh**, um artista natural de Liège, distinguido com os primeiros prémios de Desenho, Gravura e Pintura na sua



licenciatura e com muitas outras distinções não apenas no seu país natal como ainda na Polónia e em Itália, tendo realizado exposições em numerosos países. A exposição, «**La 50eme**» (a 50ª) tem lugar na **Biblioteca Municipal da Póvoa de Varzim - Casa da Cultura**.

Colectiva em Mora...

Em colaboração com a **Galeria Obra d'Arte**, a **Câmara Municipal de Mora** promove uma exposição colectiva

de pintura apresentando na **Galeria da Casa da Cultura de Mora**, a partir de hoje e até 2 de Agosto, os trabalhos de três artistas. Os pintores **Urias**, **Paula Carreiras** e **Fernando Lory**, os dois primeiros naturais de Lisboa e o terceiro nascido em Moçambique - todos com um vasto currículo de exposições individuais e colectivas - reúnem-se agora nesta mostra.

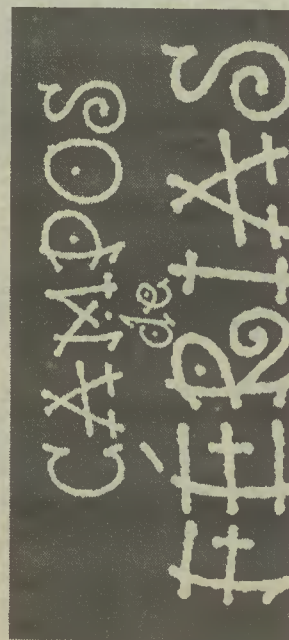
... e em Lisboa

Até final de Agosto, a **Galeria Novo Espaço D'Arte** apresenta uma exposição colectiva de pintura e escultura. Os artistas são **Acácio Malhador**, **Ana Cardoso**, **Ana Martins**, **Ana Paula Silva**, **André Letria**, **António Domingues**, **Clara Ribeiro**, **D'Olivares**, **Ismael Sequeira**, **João Francela**, **Paulo Gonçalves**, **Rui Belas** e **Sónia Aniceto**. O local é na Loja 1 - Rua Ricardo Jorge, 14. Em Alvalade, Lisboa.

CAMPISMO

Pioneiros de Portugal

E como o convívio entre as crianças também é cultura, aqui damos a notícia. Os **Pioneiros de Portugal** estão a realizar os seus **campos de férias** deste ano. Um já lá vai - de 11 a 17 de Julho. O próximo começa no próximo sábado e vai até 25 do corrente. O terceiro realiza-se de 26 de Julho a 1 de Agosto. Três semanas em que os **Pioneiros** acolhem os seus amigos e convivem no parque de campismo do **SITAVA**, em Vila Nova de Mil Fontes. Para mais informações sobre esta iniciativa e sobre o programa de actividades destes turnos de férias, contactar com a **Associação "Os Pioneiros de Portugal"**, na Rua dos Fanqueiros, 235, 3º Esq., em Lisboa. O telefone (ou fax) é o (01) 886 95 26.



ÚLTIMAS

ATALHE DE FOICE

Luto

Ao contrário do que se temia, o dia 13 de Julho não foi mais uma segunda-feira sangrenta na sangrenta história do Ulster. Foi antes um dia de luto e de vergonha. Não porque os extremistas protestantes e católicos tenham, enfim, despertado para o absurdo do confronto que há três décadas vem ceifando vidas nos dois campos. Não porque dos dois lados se tenha imposto finalmente a inevitabilidade de encontrar o modo de entendimento para uma coexistência pacífica. Foi um dia de luto e de vergonha porque a Irlanda do Norte se viu confrontada com o brutal assassinato de três crianças, cujo único 'crime' foi o de serem filhas de uma católica casada com um protestante.

Os irmãos Quinn, de dez, nove e sete anos, dormiam quando uma bomba incendiária entrou pela janela do seu quarto, num bairro católico de Ballymoney. Familiares e vizinhos nada puderam fazer para os salvar. Vítimas de uma guerra que provavelmente nem chegaram a entender, eles foram o elevado preço pago pela comunidade do Ulster que evitou a onda de violência generalizada anunciada para segunda-feira. A morte das três crianças foi a barreira que fez parar a marcha dos orangistas, mas nem por isso pôs fim ao pesadelo que se vive na Irlanda do Norte.

O cerco dos protestantes ao bairro católico de Drumcree continua, com os orangistas a ameaçar permanecer no local «até ao Natal, se for preciso», em nome do direito a marchar numa evocação de um acontecimento velho de trezentos anos, anualmente reeditado num cerimonial de humilhação e provocação da comunidade católica.

O que está em causa não é, como pretendem os orangistas, uma questão de liberdade de expressão. O que está em causa, para os orangistas - defensores da continuação do poder imperial britânico e dos privilégios que por seu intermédio detêm -, é a manutenção de um estatuto de prepotência e de domínio.

O que está em causa não é apenas ou sobretudo um conflito religioso, como tantas vezes se pretende fazer crer, mas o aproveitamento da religião para cavar as profundas divergências resultantes da dominação política e económica da elite protestante.

A morte dos irmãos Quinn poderá ter abalado as consciências no Ulster, mas não enterrou o germe da violência que move os radicais. Pessoas como o reverendo Ian Paisley, que há dias incentivou os orangistas a «adoptar uma linha dura para o futuro», continuam impunemente a pregar o ódio na Irlanda do Norte. Dirigentes orangistas, que em nada se distinguem dos «hooligans» britânicos que por todo o lado envergonham o país a que pertencem, continuam livremente a acirrar os ânimos entre protestantes e católicos, a provocar, a ameaçar e a perseguir quem insiste em viver numa terra a que tem o direito de chamar sua. Em Ballymoney, onde os irmãos Quinn foram tão cobardemente assassinados, não falta quem tenha recebido nos últimos dias um envelope com uma bala lá dentro, assinada pela UVF, a milícia extremista protestante.

O luto e a vergonha pelo trágico destino de três crianças do Ulster só poderão ganhar algum sentido se for a gota de água a fazer transbordar a taça da revolta contra a impunidade de que têm gozado até agora os orangistas.

O governo de sua majestade não pode continuar a permitir que continuem a actuar em liberdade os que em seu nome espalham a morte e o terror. A paz no Ulster, que a maioria de católicos e protestantes deseja, como ficou provado no referendo de Maio e nas eleições de Junho, exige um pouco mais de coragem.

■ Anabela Fino

Plano de acção para o sector têxtil

O Parlamento Europeu aprovou antontem, em Estrasburgo, o relatório do deputado do PCP, Sérgio Ribeiro, sobre o «Plano de Acção para a Competitividade da Indústria Europeia do Têxtil e Vestuário», apresentado pela Comissão Europeia.

Desde a sua apresentação para relatório na comissão económica do PE, foram feitas muitas críticas ao documento - nomeadamente devido à falta de propostas concretas, de calendarização e de verbas a disponibilizar -, o que levou a Comissão a desvalorizar a sua própria proposta e a considerá-la como um mero «documento estratégico», assim se contrariando um processo em que o PE teria um papel apagado, de mera aceitação ou homologação do que lhe passasse pelas mãos. O PE reclama agora que a Comissão

prossiga o diálogo iniciado com os parceiros sociais e implique o PE em todo o processo, para que venha a haver, como sublinhou Sérgio Ribeiro durante o debate, «um real, útil e necessário plano de acção».

Assim, o relatório do deputado português, aprovado por uma larga maioria de votos, relevando a importância do sector, apresenta à Comissão um conjunto de orientações e linhas que devem ser seguidas na elaboração do referido Plano, nomeadamente o respeito do conceito de «fileira produtiva»,

pois todas as suas partes (fiação, tecelagem, confecção) são essenciais para garantir um todo coeso. É colocada ainda especial ênfase no apoio e atenção a conceder às PME, nomeadamente através do reforço da ajuda que lhes é atribuída e da facilitação do seu acesso ao 5º Programa Quadro de Investigação e Desenvolvimento.

Os aspectos sociais são também objecto de particular atenção. O texto aprovado preconiza a promoção do emprego no sector através da adopção de medidas conducentes à redução do horário de trabalho, o desenvolvimento de formação específica que tenha em consideração as mulheres empregadas no sector e os trabalhadores não qualificados e promoção da introdução de novas tecnologias.

O Parlamento Europeu manifesta-se ainda preocupado pelas pressões competitivas provocadas por países terceiros e, além de denunciar o excesso de pedidos de licença de importações por parte daqueles devido à alteração do artigo 8º do Regulamento 3030/93 pela Comissão, solicita a tomada das medidas necessárias por forma a «garantir o estrito respeito dos sistemas de quotas de importação» nos acordos com aqueles países e consagra o princípio da reciprocidade.

Ainda neste âmbito, é chamada a atenção para o problema da certificação e solicita-se à Comissão que preveja a forma de verificar se os produtos provenientes de países terceiros «respeitam as mesmas especificações técnicas que são exigidas aos produtos comunitários».

SODIA

Guterres desvia atenções



Uma luta que se repete

Dezenas de trabalhadores da SODIA, ex-Renault de Setúbal, acolheram na segunda-feira, com gritos e apupos, o primeiro-ministro, António Guterres, nos Estaleiros da Lisnave, na Mitrena.

A revolta dos trabalhadores foi motivada pelo facto de, a poucos dias do fecho da fábrica, cerca de 140 trabalhadores continuarem sem oferta de emprego, sendo que o salário das ofertas que aparecem são quase metade do actualmente auferido na SODIA.

Após um longo processo de luta, de alguma forma vitorioso, em que os trabalhadores obrigaram o Governo a assumir algumas das suas responsabilidades, vem agora o primeiro-ministro desviar a atenção da opinião pública para as indemnizações que os trabalhadores irão receber.

A União dos Sindicatos de Setúbal, em nota à imprensa, referindo o silêncio de António Guterres em relação a várias questões levantadas por esta União, lembra que as indemnizações que os trabalhadores vão receber «não são uma dádiva do Governo mas apenas e tão-só o cumprimento da lei.»

Por outro lado, o primeiro-ministro está a esquecer que o valor das indemnizações se deve ao «negócio» efectuado entre o actual Governo e a Renault, quando este acordou substituir a multinacional francesa, tendo então prometido que tal «negócio» não se traduziria por quaisquer despedimentos.

O que o Governo anunciou à opinião pública e prometeu aos trabalhadores, lembra ainda a USS, foi que iria vender a fábrica a outro construtor automóvel, mantendo a unidade fabril em laboração, e um conjunto de ofertas de candidaturas a empregos com possibilidade de passagem a efectivos.

Ex-Comissário Europeu adere à Esquerda Unitária

O Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia / Esquerda Verde Nórdica (GUE/NGL) do Parlamento Europeu, do qual fazem parte os deputados do PCP, reforçou a sua composição, com a consumação da passagem para as suas fileiras do deputado italiano Carlo RIPA DI MEANA.

Esta adesão - que se segue à de Ken Coates, deputado britânico que recentemente aderiu ao GUE na sequência de divergências com o Partido Trabalhista - foi anunciada na semana passada e agora confirmada, na presente sessão plenária do Parlamento Europeu, que decorre em Estrasburgo até sexta-feira.

Ripa di Meana, jornalista de profissão, é membro do PE desde 1994, tendo já cumprido uma legislatura entre 1979 e 1984. Em 1985, foi convidado por Jacques Delors a integrar a Comissão Europeia, onde começou por assumir o pelouro da Cultura. Algum tempo depois, trocou a Cultura pelo Ambiente, cargo que manteve enquanto permaneceu naquela instituição. Em 1992, abandonou a Comissão Europeia, a seis meses do termo do mandato, por desacordo com as posições assumidas por esta aquando da Conferência do Rio. Entre 1992 e 1993 desempenhou o cargo de ministro do Ambiente

no governo do socialista D'Amato. Em 1993, assumiu o cargo de porta-voz da Federação dos Verdes, por quem foi eleito para o PE em 1994.

Recentemente, Ripa di Meana teve um papel de destaque na formação, em Itália, do movimento da Esquerda Verde, criado na sequência da ruptura com a Federação dos Verdes devido à participação deste partido no governo de Prodi. Ruptura essa que se repercutiu no grupo dos Verdes no Parlamento Europeu.

O GUE/NGL é actualmente constituído por 34 deputados de oito países (Portugal, Espanha, Finlândia, França, Grécia, Itália, Reino Unido e Suécia).

Carlos Carvalhas em Santarém

Uma delegação do PCP, integrando Carlos Carvalhas, secretário-geral, e Jorge Cordeiro, membro da Comissão Política, visitou, terça-feira, a cidade de Santarém.

Após a sessão de boas vindas e assinatura do livro de honra do município, a delegação visitou a exposição "O descobrimento do Brasil", na Igreja da Graça.

À tarde decorreu uma visita à cidade, pela área histórica para classificação junto da Unesco e zonas novas, cuicerrando-se a visita com um balanço.

